



# ÍNDICE COMPARATIVO DE GESTÃO MUNICIPAL - ICGM

## 2021

**Organização**  
**José Fábio Bezerra Montenegro**

**Autores**  
**Alexandre Lira Cavalcante**  
**Cleyber Nascimento de Medeiros**  
**Paulo Araújo Pontes**

**Colaborador**  
**Aprígio Botelho Lócio**



## **Governador do Estado do Ceará**

Elmano de Freitas

## **Vice-governadora do Estado do Ceará**

Jade Romero

## **Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG**

### **Secretária**

Sandra Maria Olímpio Machado

### **Secretária Executiva de Planejamento e Orçamento**

Naiana Corrêa Lima Peixoto

### **Secretário Executivo de Gestão e Governo Digital**

Auler Gomes de Sousa

### **Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna**

Raimundo Avilton Meneses Júnior

## **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE**

### **Diretor Geral**

Alfredo José Pessoa de Oliveira

Montenegro, José Fábio Bezerra. Cavalcante, Alexandre Lira. Medeiros, Cleyber Nascimento de. Pontes, Paulo Araújo.

Índice Comparativo de Gestão Municipal - ICGM 2021 / José Fábio Bezerra Montenegro, Alexandre Lira Cavalcante, Cleyber Nascimento de Medeiros e Paulo Araújo Pontes. Fortaleza, Ceará: IPECE. 2023.  
98p. Cores.

ISBN: 978-65-990380-5-1

1. Economia Brasileira. 2. Economia Cearense. 3. Aspectos Econômicos. 4. Aspectos Sociais. 5. Mercado de Trabalho. 6. Finanças Públicas. 7. Gestão Pública.



### **INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)**

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo - Cambeba |  
CEP: 60822-325 | Fortaleza, Ceará, Brasil Telefone: (85) 3101-3521  
[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)



# **ÍNDICE COMPARATIVO DE GESTÃO MUNICIPAL - ICGM 2021 DOS MUNICÍPIOS CEARENSES**

**Organização**

**José Fábio Bezerra Montenegro**

**Autores**

**Alexsandre Lira Cavalcante**

**Cleyber Nascimento de Medeiros**

**Paulo Araújo Pontes**

**Colaboradores**

**Aprígio Botelho Lócio**

**Luiz Nivardo Melo Filho**

**Tiago Emmanuel Gomes dos Santos**

**FORTALEZA, 2023**



O **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)** é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

**Missão:** Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

**Valores:** Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

**Visão:** Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

#### **Diretor Geral**

Alfredo José Pessoa de Oliveira

#### **Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP**

José Fábio Bezerra Montenegro

#### **Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC**

Ricardo Antônio de Castro Pereira

#### **Diretoria de Estudos Sociais - DISOC**

José Meneleu Neto

#### **Gerência de Estatística, Geografia e Informações - GEGIN**

Rafaela Martins Leite Monteiro



## **ORGANIZAÇÃO**

### **José Fábio Bezerra Montenegro**

Graduado em Matemática e Mestre pela Universidade Federal do Ceará, Doutor pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA – Rio de Janeiro com estágios de Pós-Doutorado na Unicamp/SP, Universidade de Murcia – UM/Espanha e na Universidade de Princeton – Princeton/Estados Unidos. Diretor de Estudos e Gestão Pública - DIGEP/ IPECE.

## **AUTORES**

### **Alexsandre Lira Cavalcante**

Doutor em Economia - CAEN/UFC, Mestre em Economia - CAEN/UFC e Bacharel em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis - FEAACS/UFC. Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC.

### **Cleyber Nascimento de Medeiros**

Doutor em Geografia - UECE, Mestre em Geociências - UFRN e Bacharel em Estatística - UFRN. Analista de Políticas Públicas da Gerência de Estatística, Geografia e Informações - GEGIN.

### **Paulo Araújo Pontes**

Doutor em Administração Pública e Governo - FGV-SP, Mestre em Economia - CAEN/UFC e Graduado em Administração de Empresas - UECE. Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC.

## **COLABORADORES**

### **Aprígio Botelho Lócio**

Mestre em Negócios Internacionais - UNIFOR e Bacharel em Ciências Econômicas - FEAACS/UFC. Apoio Técnico da Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP/IPECE.

### **Luiz Nivardo Melo Filho**

Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR (2002), Diploma de Estudos Avanzados pela Universidad de Salamanca – Usal, Espanha. Assessor Técnico da Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP/IPECE.

### **Tiago Emmanuel Gomes dos Santos**

Pós Graduação em Governança de TI – Faculdade Estácio e Bacharelado em Ciências da Computação – Faculdade Lourenço Filho. Apoio Técnico da Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP/IPECE.

## APRESENTAÇÃO

O **Índice Comparativo de Gestão Municipal - ICGM** propõe subsidiar a gestão pública, com evidências, para a tomada de decisão, além de promover uma competitividade saudável entre os municípios e estimular uma maior integração entre Governo e a sociedade civil.

Nesta edição, o ICGM é composto por quatorze indicadores, agregados em quatro dimensões: Planejamento, Recursos Financeiros, Serviços e Transparência. Desta forma é possível verificar o *Ranking* dos municípios cearenses, por grupo populacional. O índice tem como finalidade apoiar o governo do Estado em estratégias e políticas, além de auxiliar os gestores públicos municipais em análises para o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão nos municípios.

José Fábio Bezerra Montenegro  
Diretor de Estudos de Gestão Pública

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1. ÍNDICE DE GESTÃO MUNICIPAL</b> .....	<b>2</b>
1.1 <i>Ranking</i> de Competitividade dos Municípios.....	2
1.2 Índice CFA de Governança Municipal - IGM-CFA.....	3
1.3 Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM .....	3
1.4 Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - IFGF .....	4
1.5 Índice Comparativo de Gestão Municipal - ICGM .....	4
<b>2. METODOLOGIA DO ICGM</b> .....	<b>6</b>
2.1 Dimensões e Indicadores .....	8
2.1.1 Planejamento .....	8
2.1.2 Recursos Financeiros .....	9
2.1.3 Serviços .....	11
2.1.3.1 Educação Básica .....	12
2.1.3.2 Saúde Básica.....	12
2.1.3.3 Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos .....	13
2.1.4 Transparência.....	13
2.2 Cálculo do Índice Comparativo de Gestão Municipal (ICGM - 2021) .....	14
<b>3. RESULTADOS</b> .....	<b>19</b>
3.1 Municípios do Grupo Populacional 1 .....	19
3.2 Municípios do Grupo Populacional 2 .....	28
3.3 Municípios do Grupo Populacional 3 .....	36
3.4 Municípios do Grupo Populacional 4.....	44
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>55</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>57</b>
Apêndice 1: Ficha Técnica dos Indicadores .....	58

Apêndice 2: Indicadores, sem padronização, por ordem alfabética para os municípios do Grupo Populacional 1. ....	63
<b>Tabela 2.1:</b> Indicadores, sem padronização, por ordem alfabética para os municípios do Grupo Populacional 1. ....	63
Apêndice 3: Região de Planejamento, População, Resultados do ICGM 2021 e os indicadores, sem padronização por <i>Ranking</i> para os municípios do Grupo Populacional 2. ....	64
<b>Tabela 3.1:</b> Região de Planejamento, População e Índice do ICGM 2021 por <i>Ranking</i> para os municípios do Grupo Populacional 2. ....	64
<b>Tabela 3.2:</b> Indicadores, sem padronização, por ordem alfabética para os municípios do Grupo Populacional 2. ....	65
Apêndice 4: Região de Planejamento, População, Resultados do ICGM 2021 e os indicadores, sem padronização por <i>Ranking</i> para os municípios do Grupo Populacional 3. ....	68
<b>Tabela 4.1:</b> Região de Planejamento, População e Índice do ICGM 2021 por <i>Ranking</i> para os municípios do Grupo Populacional 3. ....	68
<b>Tabela 4.2:</b> Indicadores, sem padronização, por ordem alfabética para os municípios do Grupo Populacional 3. ....	70
Apêndice 5: Região de Planejamento, População, Resultados do ICGM 2021 e os indicadores, sem padronização por <i>Ranking</i> para os municípios do Grupo Populacional 4. ....	77
<b>Tabela 5.1:</b> Região de Planejamento, População e Índice do ICGM 2021 por <i>Ranking</i> para os municípios do Grupo Populacional 4. ....	77
<b>Tabela 5.2:</b> Indicadores, sem padronização, por ordem alfabética para os municípios do Grupo Populacional 4. ....	79

## ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> As quatro dimensões do Índice Comparativo de Gestão Municipal - ICGM.....	5
<b>Figura 2:</b> Dimensões, Grupos e Indicadores do Índice Comparativo de Gestão Municipal – ICGM .....	7
<b>Figura 3:</b> Elaboração do <i>Ranking</i> dos municípios pelo resultado do ICGM.....	19
<b>Quadro 1:</b> Propriedades necessárias para a construção de um Indicador.....	15
<b>Tabela 1:</b> Municípios cearenses por Porte e Faixa Populacional - população, área e densidade demográfica - 2021 .....	17
<b>Tabela 2:</b> Estatísticas descritivas para o ICGM 2021 - Municípios do Grupo Populacional 1 .....	20
<b>Tabela 3:</b> Região de Planejamento, População e Índice do ICGM 2021 por <i>Ranking</i> para os municípios do Grupo Populacional 1.....	20
<b>Tabela 4:</b> Estatísticas descritivas para o ICGM 2021 - Municípios do Grupo Populacional 2 .....	28
<b>Tabela 5:</b> <i>Ranking</i> dos dez municípios do Grupo Populacional 2 com maior ICGM 2021, Região de Planejamento, população e Índice .....	28
<b>Tabela 6:</b> <i>Ranking</i> dos dez municípios do Grupo Populacional 2 com menor ICGM 2021, Região de Planejamento, população e Índice .....	32
<b>Tabela 7:</b> Estatísticas descritivas para o ICGM 2021 - Municípios do Grupo Populacional 3. ....	36
<b>Tabela 8:</b> <i>Ranking</i> dos dez municípios do Grupo Populacional 3 com maior ICGM 2021, Região de Planejamento, população e ICGM.....	36
<b>Tabela 9:</b> <i>Ranking</i> dos dez municípios do Grupo Populacional 3 com menor ICGM 2021, Região de Planejamento, população e Índice .....	40
<b>Tabela 10:</b> Estatísticas descritivas para o ICGM 2021 - Municípios do Grupo Populacional 4 .....	44
<b>Tabela 11:</b> <i>Ranking</i> dos dez municípios do Grupo Populacional 4 com maior ICGM 2021, Região de Planejamento, população e Índice .....	44
<b>Tabela 12:</b> <i>Ranking</i> dos dez municípios do Grupo Populacional 4 com menor ICGM 2021, Região de Planejamento, população e Índice .....	48
<b>Gráfico 1:</b> Valores padronizados dos indicadores para o município de <b>Sobral</b> (1º lugar).....	21
<b>Gráfico 2:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Crato</b> (2º lugar) .....	22
<b>Gráfico 3:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Fortaleza</b> (3º lugar).....	23
<b>Gráfico 4:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Maranguape</b> (9º lugar) .....	24
<b>Gráfico 5:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Iguatu</b> (8º lugar).....	25

<b>Gráfico 6:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Caucaia</b> (7º lugar).....	26
<b>Gráfico 7:</b> Valores padronizados dos indicadores para o município de <b>Granja</b> (1º lugar).....	29
<b>Gráfico 8:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Russas</b> (2º lugar).....	30
<b>Gráfico 9:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Cratéis</b> (3º lugar).....	31
<b>Gráfico 10:</b> Valores padronizados dos indicadores para o município de <b>Tianguá</b> (28º lugar).....	32
<b>Gráfico 11:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Aquiraz</b> (27º lugar).....	33
<b>Gráfico 12:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Morada Nova</b> (26º lugar).....	34
<b>Gráfico 13:</b> Valores padronizados dos indicadores para o município de <b>Itatira</b> (1º lugar).....	37
<b>Gráfico 14:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Senador Pompeu</b> (2º lugar).....	38
<b>Gráfico 15:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Jijoca de Jericoacoara</b> (3º lugar).....	39
<b>Gráfico 16:</b> Valores padronizados dos indicadores para o município de <b>Missão Velha</b> (68º lugar).....	40
<b>Gráfico 17:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Milagres</b> (67º lugar).....	41
<b>Gráfico 18:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Catarina</b> (66º lugar).....	42
<b>Gráfico 19:</b> Valores padronizados dos indicadores para o município de <b>Solonópole</b> (1º lugar).....	45
<b>Gráfico 20:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Jaguetama</b> (2º lugar).....	46
<b>Gráfico 21:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Fortim</b> (3º lugar).....	47
<b>Gráfico 22:</b> Valores padronizados dos indicadores para o município de <b>Paramoti</b> (79º lugar).....	49
<b>Gráfico 23:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Acarape</b> (78º lugar).....	50
<b>Gráfico 24:</b> Valores padronizados dos Indicadores para o município de <b>Monsenhor Tabosa</b> (77º lugar).....	51
<b>Mapa 1:</b> ICGM 2021 dos municípios do Grupo Populacional 1. Fonte: IPECE.....	27
<b>Mapa 2:</b> ICGM 2021 dos municípios do Grupo Populacional 2. Fonte: IPECE.....	35
<b>Mapa 3:</b> ICGM 2021 dos municípios do Grupo Populacional 3. Fonte: IPECE.....	43
<b>Mapa 4:</b> ICGM 2021 dos municípios do Grupo Populacional 4. Fonte: IPECE.....	52

### INTRODUÇÃO

Elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e inicialmente divulgado por meio da Nota Técnica nº67 (IPECE, 2018), o Índice Comparativo de Gestão Municipal - ICGM, tem como objetivo central “realizar uma análise relativa dos municípios cearenses”, através da comparação da qualidade na gestão pública. O Índice serve como subsídio à tomada de decisão dos gestores públicos e proposição de políticas para a melhoria contínua do planejamento e da gestão pública municipal.

Alguns aprimoramentos metodológicos foram realizados a partir da edição “Índice Comparativo de Gestão Municipal - ICGM 2019”, como elaboração do *Ranking* seguindo o critério por porte populacional e ampliação da quantidade de indicadores, o que permite uma abrangência maior na orientação aos prefeitos com relação ao planejamento, execução orçamentária, oferta de serviços de qualidade e transparência da gestão pública dos municípios cearenses.

Esta publicação é composta por quatro capítulos, além desta introdução, a saber: 1. Índice de Gestão Municipal; 2. Metodologia do ICGM; 3. Resultados; e 4. Considerações Finais, complementado pelas Referências Bibliográficas e Apêndices.

### 1. ÍNDICE DE GESTÃO MUNICIPAL

Tratar os municípios juntamente com a União, Estados e Distrito Federal, como entes federativos, com autonomia administrativa, política e financeira, foi uma inovação trazida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Arts. 1º e 18º (BRASIL, 2021). O que levou à necessidade de aumento dos repasses financeiros municipais advindos da participação nos tributos federais e estaduais e demais transferências de recursos, como forma de complementar as receitas próprias daqueles entes federativos.

Conforme Meireles (2008), quatro princípios fazem parte da chamada autonomia municipal: “i) **poder de auto-organização** (elaboração de lei orgânica própria); ii) **poder de autogoverno** (eleição do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores); iii) **poder normativo próprio ou autolegislação** (elaboração de leis municipais dentro dos limites de atuação traçados pela Constituição da República); e iv) **poder de autoadministração** (administração própria para criar, manter e prestar os serviços de interesse local, bem como legislar sobre os tributos e suas rendas)”.

Os resultados alcançados a partir dos princípios “**poder de auto-organização**” e principalmente “**poder de autoadministração**”, estão diretamente relacionados ao que se espera de uma gestão pública ideal. Para que o município consiga avançar, melhorando a qualidade de vida dos seus cidadãos, entendendo e superando seus limites e desafios, faz-se necessário um aprimoramento na qualidade da gestão pública municipal, que somente será possível a partir de políticas públicas baseadas em evidências.

Diante disto surge algumas questões relevantes: Quais são os municípios que se destacam com algum modelo a ser estudado e seguido? Em que áreas, estes municípios mais se destacam? Como mensurar resultados de várias ações da gestão de um município para poder comparar a performance destes? Que técnicas podem e devem ser empregadas para monitorar e avaliar os esforços e os resultados de cada gestor municipal? No sentido de responder a estas questões é que algumas instituições desenvolveram, cada uma com seu propósito, índices capazes de captar os resultados das gestões públicas municipais.

A título de exemplo, referenciam-se algumas experiências de instituições na elaboração de índices de gestão pública municipal, a saber: *Ranking* de Competitividade dos Municípios; Índice CFA de Governança Municipal - IGM-CFA; Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM; e Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - IFGF, conforme a seguir.

#### 1.1 *Ranking* de Competitividade dos Municípios

O Centro de Liderança Pública (CLP), fundado em 2008, tem como objetivo “formar líderes públicos com foco na promoção de transformações sociais por meio da eficácia da gestão e da melhoria da qualidade das políticas públicas”.

Em 2011, o CLP, em parceria com a *Economist Intelligence Unit* e Tendências Consultoria Integrada (a partir de 2015), elaborou o *Ranking* de Competitividade dos Estados, criado com o objetivo de subsidiar a gestão pública, ao apontar os resultados obtidos a partir das ações dos governos estaduais, apresentando informações para a elaboração de políticas baseadas em evidências.

Além disso, o *Ranking* provoca a competitividade saudável entre as unidades federativas com a finalidade de estimular seus líderes a repensar em gestão pública com base em monitoramento e avaliação dos seus indicadores.

Em 2021, o CLP lançou o **Ranking de Competitividade dos Municípios**<sup>1</sup>, com o mesmo objetivo, porém voltado para a gestão municipal, ou seja, com “o intuito de gerar diagnósticos e direcionamentos para a atuação dos líderes públicos municipais” (CLP, 2021).

O referido *Ranking* municipal tem como objetivo servir como um sistema de incentivo e fiscalização à legislação e aos gestores públicos; como um mecanismo de avaliação e cobrança de resultados por parte dos cidadãos; e por fim, como instrumento de promoção de melhores práticas na gestão pública municipal. O *Ranking* foi aplicado para aqueles municípios do país com população acima de 80 mil habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE<sup>2</sup>, exceto Brasília.

### 1.2 Índice CFA de Governança Municipal - IGM-CFA

De acordo com a Lei nº 4.769/1965, o Conselho Federal de Administração (CFA) é o órgão normativo, consultivo, orientador e disciplinador que tem como finalidade controlar e fiscalizar o exercício da profissão de Técnico de Administração (BRASIL, 1965), bem como das atividades administrativas e financeiras do Sistema CFA/CRA.

Em 2016, o CFA criou o **Índice CFA de Governança Municipal (IGM-CFA)**<sup>3</sup>, com o objetivo principal de auxiliar os gestores públicos a conhecer melhor as necessidades dos seus municípios, bem como boas práticas de gestão e possíveis oportunidades para melhorar a gestão municipal. O Índice também se propõe: estimular a participação social e uma maior integração do governo com a sociedade; orientar o setor privado em suas ações voltadas para o desenvolvimento local; e facilitar diversas análises e pesquisas sobre a realidade dos municípios brasileiros.

### 1.3 Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM

Em sua 1ª Edição, lançada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), em outubro de 2014, o **Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM** (TCESP, 2019) teve por finalidade analisar a eficiência das prefeituras paulistas, isto é, medir a “qualidade dos gastos municipais e avaliar as políticas e atividades públicas do gestor municipal, bem como verificar, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios estão sendo alcançados de forma efetiva”.

Após duas edições, o IEGM tornou-se um índice extensível a todos os Tribunais de Contas do Brasil através da Rede Nacional de Indicadores Públicos (Rede Indicon) em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB)<sup>4</sup>, e passou a ser denominado IEGM/Brasil. A Rede Indicon realiza a

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.clp.org.br/competitividade/>. Acesso em: 13 de abril de 2023.

<sup>2</sup> Em 2021, no total foram 410 municípios, 126,93 milhões de habitantes ou 59,93% da população brasileira. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 13 de abril de 2023.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://igm.cfa.org.br/>. Acesso em: 13 de abril de 2023.

<sup>4</sup> O Instituto Rui Barbosa é uma associação civil criado pelos Tribunais de Contas do Brasil, com o objetivo de auxiliar os Tribunais no desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades dos Tribunais de Contas. É conhecido por ser o

validação do IEGM e a revisão metodológica, enquanto o IRB disponibiliza a tabela estruturada de dados do IEGM que é a base para os Tribunais de Contas aplicarem o questionário do indicador.

### 1.4 Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - IFGF

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN)<sup>5</sup> cujo foco é a competitividade das indústrias e o desenvolvimento econômico, elaborou um índice que auxilia os gestores públicos a entender a qualidade da sua gestão fiscal, de forma a mostrar que pontos precisam ser melhorados a fim de atrair mais indústrias.

O **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - IFGF** (FIRJAN, 2018) foi lançado em 2012, com o objetivo de analisar a eficiência da gestão fiscal, a partir da administração dos recursos públicos por parte das prefeituras com vistas à melhoria do ambiente de negócios nos municípios. A princípio, esta análise se daria apenas nos municípios do estado do Rio de Janeiro, mas dada a relevância da questão, resolveu-se analisar, também, as contas de todos os municípios brasileiros.

Além do seu objetivo principal, o IFGF, também, contribui para auxiliar os gestores municipais na administração das contas públicas com eficiência; ajudar os cidadãos no controle social sobre a administração dos recursos públicos; e permitir os investidores avaliarem as melhores opções de ambiente de negócios.

### 1.5 Índice Comparativo de Gestão Municipal - ICGM

Entendendo a necessidade de analisar e auxiliar, com evidências, a gestão pública municipal cearense, o IPECE buscou desenvolver uma metodologia própria focada na realidade e especificidade dos municípios do Ceará. Em 2018, o Instituto propôs o Índice Comparativo de Gestão Municipal - ICGM a partir de cinco dimensões: Gestão Fiscal, Planejamento, Transparência, Resultado e Eficiência, capazes de analisar o desempenho dos gestores municipais. Após aperfeiçoamento metodológico, baseado na literatura mais recente, o ICGM passou a abordar um número maior de indicadores, distribuídos em quatro dimensões essenciais: Planejamento, Recursos Financeiros, Serviços e Transparência, conforme Figura 1.

---

“braço acadêmico” do Sistema de Controle Externo. Disponível em: <https://irbcontas.org.br/iegm/>. Acesso em: 13 de abril de 2023.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>. Acesso em: 13 de abril de 2023.

**Figura 1:** As quatro dimensões do Índice Comparativo de Gestão Municipal - ICGM



Fonte e elaboração: IPECE.

No **Planejamento** se faz necessário analisar a capacidade do poder público municipal de pagar as despesas dentro do próprio exercício, obedecendo ao seu planejamento orçamentário, e sua capacidade de obter recursos de transferências por meio de convênios com outros entes. São utilizados três indicadores: Planejamento da Despesa; Captação de Recursos; e Restos a Pagar Pagos.

Com relação aos **Recursos Financeiros** e tendo como base a execução orçamentária, percebe-se a necessidade de identificar e monitorar fatores como a rigidez das despesas orçamentárias e o esforço do poder público municipal em aumentar ou diversificar suas fontes de recursos próprios. Esta dimensão é composta por sete indicadores distribuídos em três grupos: Grupo 1 - Composição das Receitas formada por dois indicadores: Independência Tributária e Complexidade Tributária; Grupo 2 - Alocação das Despesas, também com dois indicadores: Despesa de Pessoal e Investimentos; e Grupo 3 - Comprometimento da Receita Corrente Líquida, com três indicadores: Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida; e Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida.

No aspecto de **Serviços**, busca-se avaliar a qualidade dos serviços prestados pelo poder público municipal aos seus cidadãos, em pelo menos três pontos: educação, saúde e meio ambiente. Para tanto usa-se três indicadores: Índice de Qualidade da Educação; Índice de Qualidade da Saúde; e Índice de Qualidade do Meio Ambiente.

Por fim, a **Transparência**, deve-se analisar o compromisso de diálogo e interação com a sociedade, e principalmente, a prestação de contas com os contribuintes, apresentando lisura no bom uso do dinheiro público, além de ser uma obrigação legal. Essa dimensão possui apenas um indicador: Indicador de Transparência.

A princípio, estas quatro dimensões parecem contribuir isoladamente, mas há uma interação e integração entre elas. A exemplo, não adiantará a posse de Recursos Financeiros se não houver Planejamento bem executado. Assim como transparência sem a presença de serviços de qualidade.

A partir desse entendimento, é possível compreender a relevância do ICGM para a gestão pública, como um importante instrumento de análise da eficiência e efetividade das ações dos prefeitos, possibilitando um maior conhecimento da realidade dos municípios cearenses. Além de gerar informações para estudos e pesquisas, o índice incentiva a gestão pública na elaboração de políticas para o desenvolvimento local e a atração de novos investimentos do setor privado.

Com o resultado do cálculo do ICGM será possível criar um ordenamento, por valores, dos municípios que registram os maiores até os de menores valores. Ao comparar indicadores econômicos, sociais, ambientais e institucionais, provoca-se uma competitividade saudável entre os municípios cearenses, o que leva ao estímulo dos gestores públicos municipais a repensar sua administração, além de incentivar a cobrança de resultados por parte dos munícipes, aumentando a integração do governo e a sociedade. Cabe salientar que o ganho ou perda intertemporal da posição do município no *Ranking* é relativo, ou seja, depende tanto do desempenho da gestão daquele município quanto de seus pares.

Por fim a partir da identificação das necessidades e realidades dos municípios, apontadas pelo ICGM, o gestor estadual poderá orientar sua tomada de decisão e elaboração de políticas públicas.

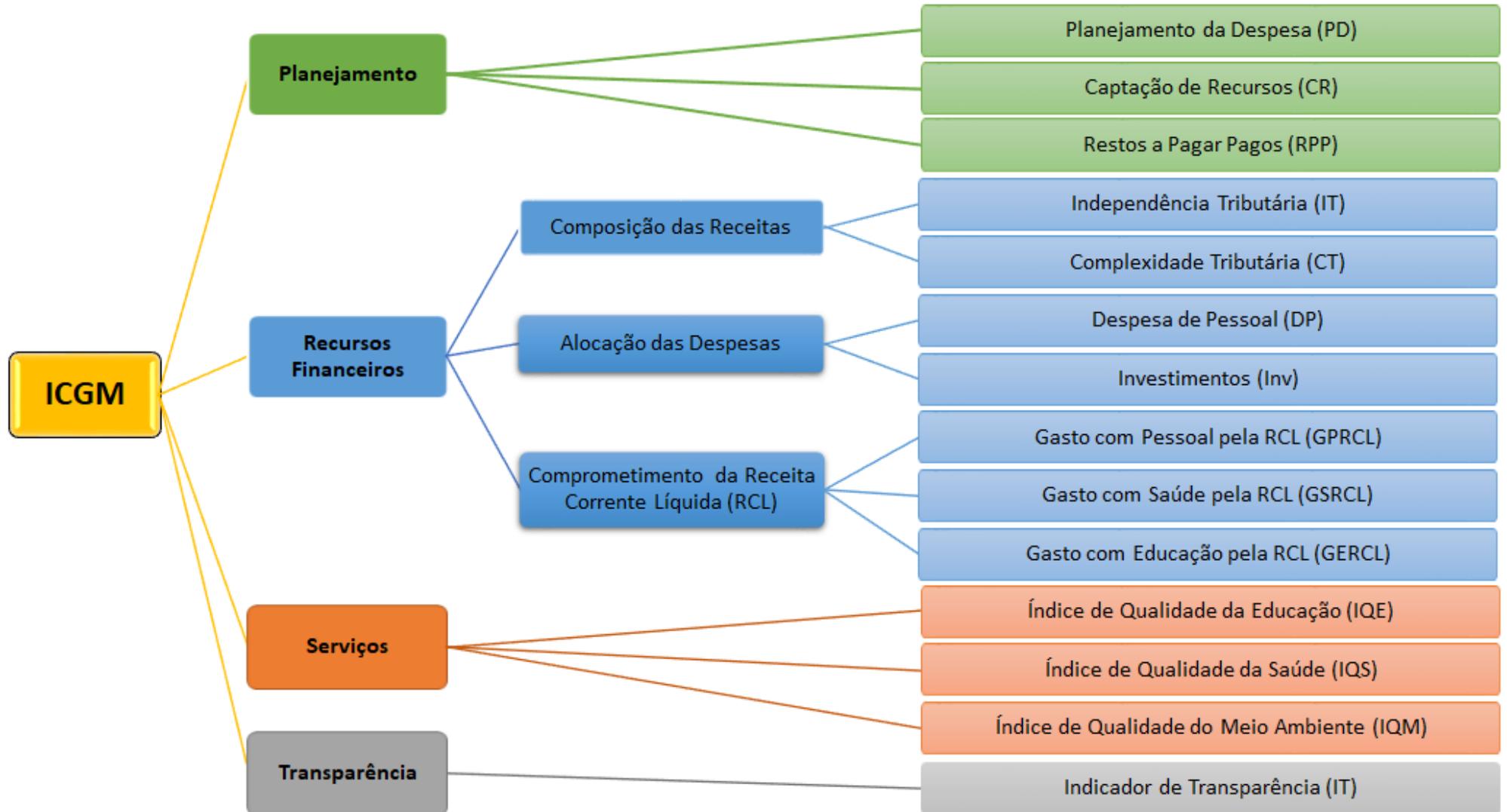
## 2. METODOLOGIA DO ICGM

A construção de índices de gestão para os estados brasileiros é mais factível do que para os municípios, sua principal limitação recai sobre a disponibilidade de dados. Além disso problemas como descontinuidade de informação dificulta a escolha de indicadores que alicercem a construção de um índice de gestão municipal.

Na contramão disto, a legislação sobre transparência e informação, o aumento na fiscalização e a cobrança pelos Tribunais de Contas e o desenvolvimento da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) podem ser considerados os principais responsáveis pelo aumento na disponibilidade de bases de dados municipais, permitindo, atualmente, a criação de indicadores que auxiliem no monitoramento e avaliação das políticas públicas em prol da eficiência e efetividade da gestão pública.

Neste contexto e com o objetivo de identificar as melhores variáveis por área, para a formulação do ICGM, foram definidas quatro dimensões, a saber: Planejamento, Recursos Financeiros, Serviços e Transparência. A partir destas áreas foram selecionados catorze indicadores apresentados a seguir na Figura 2.

Figura 2: Dimensões, Grupos e Indicadores do Índice Comparativo de Gestão Municipal – ICGM



Fonte e elaboração: IPECE.

### 2.1 Dimensões e Indicadores

#### 2.1.1 Planejamento

Relativamente aos indicadores de planejamento do setor público municipal, buscou-se, de forma sintética, a partir dos dados constantes no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)<sup>6</sup>, saber se o poder público municipal está pagando ou não suas despesas dentro do próprio exercício, obedecendo ao seu próprio planejamento orçamentário e sua capacidade de obter recursos de transferências, por meio de convênios, de outros entes.

Destaque-se que para a obtenção desse tipo de recursos o município deve empreender um considerável esforço para o qual se pressupõem a existência de uma estrutura burocrática qualificada.

Para essa análise, foram identificados três indicadores que ajudam na análise do planejamento orçamentário do município: **Planejamento da Despesa (PD)**, **Captação de Recursos (CR)** e **Restos a Pagar Pagos (RPP)**. As fichas técnicas destes três indicadores se encontram no Apêndice 1.

##### 2.1.1.1 Planejamento da Despesa

O primeiro indicador dessa dimensão, **Planejamento da Despesa**, busca mensurar quanto da despesa do ano anterior está deixando de ser paga no presente ano. Destaca-se que é esperado, de uma forma geral, observar valores residuais pouco significativos, dado que se a execução orçamentária estiver ocorrendo como planejada, a despesa do exercício anterior será paga no período que ela foi executada.

O cálculo do indicador de **Planejamento da Despesa** é obtido pela razão entre o valor total das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) e o valor total das Despesas Orçamentárias no total geral de despesas empenhadas (DO) (Despesa Corrente + Despesas de Capital) do município em um determinado ano, ou seja, quanto menor esse indicador, significa que menos despesas do ano anterior, o município deixou para pagar no presente ano. Esse indicador é proposto em Riani (2002).

##### 2.1.1.2 Captação de Recursos

O segundo indicador dessa primeira dimensão, **Captação de Recursos**, busca mensurar a importância que os recursos de convênios apresentam na execução orçamentária. Como as transferências por convênio são voluntárias e, normalmente, exigem a elaboração de planejamento de ações, entende-se, facilmente, que os municípios que apresentem maiores montantes recebidos dessa forma possuem estrutura burocrática suficientemente organizada e capacitada para identificar e providenciar a habilitação do município para recebê-los.

O cálculo do indicador de **Captação de Recursos** é obtido pela razão entre o valor total dos Recursos Captados em Convênio (RCC) e o valor total da Receita Corrente (RC) do município em um determinado ano, ou seja, quanto maior esse indicador, significa que o município tem mais

---

<sup>6</sup> O RREO é disponibilizado por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (SICONFI) que é mantido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf;jsessionid=Kt-PVJ8v1-VYXUnaH5fyUMGL.node2>. Acesso em: 13 de abril de 2023.

capacidade de realizar convênios para o aumento das suas próprias receitas no presente ano. Esse indicador é proposto em Riani (2002).

### 2.1.1.3 Restos a Pagar Pagos

Por fim, o terceiro e último indicador dessa primeira dimensão é **Restos a Pagar Pagos**. É importante lembrar que no começo de cada exercício o município necessita apresentar uma programação de pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores, logo se o planejamento for coerente com a capacidade financeira do município, é esperado que sejam pagos a totalidade, ou valores próximos, do que foi inicialmente programado.

O cálculo do indicador de **Restos a Pagar Pagos** é obtido pela razão entre a soma do valor total dos Restos a Pagar não processados mais os processados que foram pagos ( $RPNPPg + RPPPg$ ) pela soma do valor total dos Restos a Pagar não processados mais os processados ( $RPNP + RPP$ ), ou seja, quanto maior esse indicador, significa que mais os gestores estão preocupados com a solvência das contas públicas para os exercícios futuros.

### 2.1.2 Recursos Financeiros

A segunda dimensão tem por base a execução orçamentária dos municípios, mensurando características relacionadas tanto as receitas como as despesas. Busca-se, nesta dimensão, identificar fatores como a rigidez das despesas orçamentárias e o esforço do poder público municipal em aumentar ou diversificar suas fontes de recursos próprios.

Esta segunda dimensão é dividida em três grupos distintos: (i) **Composição das Receitas** (ii) **Alocação das Despesas**; e (iii) **Comprometimento da Receita Corrente Líquida**.

#### 2.1.2.1 Composição das Receitas

No primeiro grupo da **Composição das Receitas** são utilizados dois indicadores: **Independência Tributária (IT)** e **Complexidade Tributária (CT)**. No segundo grupo da **Alocação das Despesas** também são utilizados dois indicadores: **Despesa de Pessoal (DP)** e **Investimentos (INV)**. Por fim, no terceiro grupo do **Comprometimento da Receita Corrente Líquida** são utilizados três indicadores: **Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida (GPRCL)**; **Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida (GSRCL)** e **Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida (GERCL)**. As fichas técnicas de todos estes indicadores se encontram no Apêndice 1.

O primeiro grupo de indicadores desta segunda dimensão, **Composição da Receita**, tem por objetivo analisar o esforço que o poder público municipal empreende para melhorar sua capacidade de financiamento com recursos próprios. Nesse sentido, o primeiro indicador **Independência Tributária** permite mensurar diretamente quanto da receita corrente municipal provém de tributos e taxas arrecadados pelo próprio município (RIANI, 2002).

O seu cálculo é obtido pela razão entre o valor total das Receitas Tributárias (RT) e o valor total da Receita Corrente (RC) em um determinado ano, ou seja, quanto maior esse indicador, maior o esforço do gestor em aumentar a arrecadação própria do município e menor dependência de transferências e repasses da União e do Estado.

Em seguida, no indicador de **Complexidade Tributária**, pretende-se verificar se as receitas municipais são diversificadas ou concentradas em um ou dois tributos. Deve-se pontuar que a receita tributária mais diversificada é desejada por refletir uma estrutura tributária não concentrada em uma única fonte de receita. Deve-se pontuar, também, que uma maior complexidade é um indicativo da existência de uma estrutura tributária local, na forma de legislação e organização específica, mais complexa.

Para o cálculo do Indicador de **Complexidade Tributária** foi utilizado o Índice de *Herfindahl- Hirschman* (IHH), sugerido por Araújo e Siqueira (2016), que permite identificar o quanto a receita tributária é concentrada entre os tributos locais, ou seja, quanto maior pior é a complexidade tributária deste município.

### 2.1.2.2 Alocação das Despesas

No segundo grupo desta segunda dimensão, analisa-se a **Alocação das Despesas** tendo por base a rigidez do gasto corrente e o gasto discricionário em investimentos.

O primeiro indicador do segundo grupo, **Despesa de Pessoal**, permite dimensionar o quanto da Despesa Corrente está comprometido com as Despesas de Pessoal, devendo-se lembrar de que esta última é uma despesa obrigatória e que apresenta considerável rigidez no curto prazo.

Para o cálculo deste indicador divide-se o valor total das Despesas de Pessoal (DP) pelo valor total das Despesas Correntes (DC) em um determinado período. Deve-se frisar que se esperam valores mais elevados, dado que a despesa com pessoal é, de uma forma geral, a principal despesa dos municípios. Quanto menor for este resultado, supõe-se que a administração do serviço público seja mais enxuta.

Já o segundo indicador do segundo grupo, **Investimentos**, mensura a alocação nos investimentos e foi incluído na análise pois esse tipo de gasto, por hipótese, implica ou no aumento da capacidade produtiva do município, ou no incremento do bem-estar geral dos munícipes.

Este indicador é calculado a partir da razão entre o valor total de Investimentos (I) e o valor total das Despesas Orçamentárias (DO), que é dada pela somatória do valor total das Despesas Correntes (DC) e o valor total das Despesas de Capital (DK), em um determinado período. Por isso, quanto maior o resultado, melhor para o município.

### 2.1.2.3 Comprometimento da Receita Corrente Líquida

Por fim, o terceiro grupo de indicadores dessa segunda dimensão, objetiva mensurar o quanto a Receita Corrente Líquida (RCL) está comprometida com alguns gastos realizados pelo poder público municipal.

O primeiro indicador deste terceiro grupo é o **Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida** que reflete o comprometimento da RCL com pagamento de pessoal, sendo esse indicador preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), que estabelece como limite máximo o percentual de 60%. Destaque-se que quanto maior esse comprometimento, menos recursos estão disponíveis para outras políticas públicas. Ultrapassado este limite o gestor municipal poderá sofrer improbidade administrativa. Espera-se que quanto menor o valor deste indicador melhor será a gestão municipal.

O segundo e o terceiro indicadores deste terceiro grupo, a saber, **Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida** e **Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida** refletem o percentual do comprometimento da RCL com gastos em Saúde e Educação, representando o quanto o poder público municipal compromete de seus recursos disponíveis no financiamento de serviços públicos que atendem diretamente sua população.

Deve-se pontuar que o indicador de Gasto com Educação, aqui apresentado, não reflete o comprometimento do gasto mínimo com educação preconizado no Artigo 212 da Constituição Federal, porém pode ser considerado uma *proxy*. Espera-se que quanto maior for o Gasto com Saúde e com Educação em relação à RCL, melhor para o município.

### 2.1.3 Serviços

A terceira dimensão do cálculo do ICGM é a de Serviços relacionados à Educação Básica; Saúde Básica; e Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos. A referida dimensão utiliza três conjuntos de indicadores, o **Índice de Qualidade da Educação (IQE)**, o **Índice de Qualidade da Saúde (IQS)** e o **Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM)**, índices já consolidados e de reconhecimento no meio científico.

Todos estes três índices são oriundos da metodologia do Cálculo da Cota Parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) elaborados anualmente pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e disponibilizados<sup>7</sup> através da legislação publicada em Diário Oficial os índices relativos à Cota Parte do ICMS. Os dados são enviados pelas secretarias estaduais: Secretaria da Educação (SEDUC), Secretaria da Saúde (SESA) e Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) ao IPECE até 30 de julho de cada ano. A Cota Parte é um mecanismo de transferência de recursos aos municípios cearenses baseado em resultados em áreas consideradas estratégicas: Educação, Saúde e Meio Ambiente.

A importância dos três índices relacionados à qualidade da Educação, da Saúde e do Meio Ambiente, como instrumento de política de distribuição da quota parte do ICMS cearense, tem como objetivo principal a formulação de políticas municipais para o desenvolvimento e o avanço nestas três áreas. Portanto, daí a justificativa para sua utilização como uma das dimensões do cálculo do ICGM.

O repasse do ICMS pelo estado é uma obrigação definida na Constituição Federal e deve levar em consideração, obrigatoriamente, a arrecadação municipal e outros pontos cuja definição fica a critério dos estados.

O objetivo da metodologia do Cálculo da Cota Parte do ICMS é instituir um mecanismo de recompensa, potencializando os resultados da política estadual, premiando os municípios com bom desempenho nas áreas de Educação, Saúde e Meio Ambiente, melhorando os resultados municipais em áreas estratégicas, com especial atenção à Educação, e estimulando desempenhos mais elevados e homogêneos.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/cota-parte-do-icms/>. Acesso em: 13 de abril de 2023.

Por fim, a citada metodologia visa mudar o paradigma na gestão pública da ênfase nos gastos para a ênfase nos resultados e fortalecer uma maior parceria entre o Estado e os Municípios para obter avanços em indicadores educacionais, de saúde e de meio ambiente.

### 2.1.3.1 Educação Básica

O **Índice de Qualidade da Educação** está fundamentado no Decreto Estadual Nº 33.412 de 20 de dezembro de 2019 (CEARÁ, 2019) e é um coeficiente aplicado ao montante do ICMS que deve ser repassado aos municípios, ou seja, determina a fatia que cada um dos 184 municípios cearenses receberá de acordo com o seu desempenho na educação, utilizando dados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE)<sup>8</sup>, ao qual todos os municípios são submetidos anualmente.

A importância desse índice é que ele leva em consideração a avaliação da proficiência dos alunos e a desigualdade de desempenho entre os estudantes da rede pública municipal, com base no rigor técnico e igualdade de tratamento, incentivando um esforço contínuo de melhoria dos indicadores da educação por parte dos municípios cearenses.

Na construção do **Índice de Qualidade da Educação** são considerados três indicadores no cálculo do Índice, a saber: Índice de Qualidade da Alfabetização (IQA) que é calculado a partir da Taxa de alfabetização no 2º ano do Ensino Fundamental, obtido a partir do resultado do SPAECE-Alfa do Município; Índice de Qualidade do Ensino Fundamental (IQF) que é calculado pela média da nota do desempenho em língua portuguesa e matemática dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, obtido também do resultado do SPAECE-Alfa; e por fim, pela Taxa Média de Aprovação do 1º ao 5º do Ensino Fundamental.

O uso desses indicadores tradicionais da área da educação e a forma de tratamento dado a partir de suas ponderações e seu uso na quota parte de repartição do ICMS cearense mostram a sua relevância e uso como instrumento de avaliação das condições de educação dos municípios cearenses.

Na sequência, o **Índice de Qualidade da Saúde** e o **Índice de Qualidade do Meio Ambiente** também são coeficientes aplicados ao montante do ICMS que devem ser repassados aos municípios, ou seja, determinam a fatia que cada um dos 184 municípios cearenses receberá de acordo com o seu desempenho na saúde e no meio ambiente. Quanto maior o valor deste índice, melhor a qualidade dos serviços de educação básica para o município.

### 2.1.3.2 Saúde Básica

A construção do **Índice de Qualidade da Saúde** está respaldada legalmente no Decreto Estadual Nº 33.424 de 07 de janeiro de 2021 (CEARÁ, 2021) e são levados em consideração indicadores de saúde tradicionais muito utilizados em várias políticas públicas e pesquisas acadêmicas, a saber: Taxa de Mortalidade Infantil (TMI), Número de Óbitos por Acidente Vascular Cerebral (AVC) e por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), e Mortes por Acidente de Trânsito envolvendo motocicletas. Esse conjunto de indicadores são de extrema relevância na avaliação da qualidade de saúde em uma determinada região revelando a importância desse indicador para uma

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/spaace>. Acesso em: 13 de abril de 2023.

boa avaliação das condições de saúde dos municípios cearenses. Quanto maior o valor deste índice, melhor a qualidade dos serviços de saúde básica para o município.

### 2.1.3.3 Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos

Por fim, o Decreto Estadual Nº 32.926 de 28 de dezembro de 2018 (CEARÁ, 2018) que modificou as regras do **Índice de Qualidade do Meio Ambiente** leva em consideração indicadores de elevada importância na mensuração de condições ambientais, tais como a Implantação da Estrutura Operacional definida pelo Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos (PGIRSU); Implantação da Coleta Sistemática; Implantação da Coleta Seletiva; Apresentação da Licença de Instalação válida para a disposição final dos Resíduos Sólidos Urbanos, preferencialmente consorciada e por fim, Apresentação da Lei Municipal que Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos Sólidos ou Consórcio Público para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Esses indicadores de forma isolada apresentam diferenças nas condições ambientais em cada município e de forma combinada possibilitam uma visão mais aprofundada da qualidade da gestão ambiental municipal. O valor do IQM utilizado é o coeficiente de rateio (2% da cota-parte), calculado pelo IPECE, a partir do IQM calculado pela Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e que é enviado para a Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Quanto maior o valor deste índice, melhor a qualidade dos serviços de limpeza urbana e serviços sólidos para o município.

### 2.1.4 Transparência

Esta quarta dimensão mede o esforço dos gestores em permitir o acesso dos contribuintes às informações referentes à gestão pública e a interlocução do cidadão, aprimorando a administração participativa. A dimensão de Transparência possui apenas um componente, que até a quarta edição do ICGM (2018) utilizava o **Índice de Transparência Municipal (ITM)**, calculado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE). Em 2018 o ITM/TCE foi descontinuado, o que levou o IPECE a modificar a metodologia para esta dimensão e criar, assim, o **Indicador de Transparência (IT)**, calculado com base no acompanhamento mensal nos sítios eletrônicos e portais de transparências dos Poderes Executivo e Legislativo municipais realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE).

O TCE-CE realiza o monitoramento, visando cumprir os dispositivos da Lei Complementar nº. 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como os da Lei Complementar nº. 131/2009 - Lei da Transparência, no âmbito de suas competências e atribuições.

Nessa atividade desenvolvida pelo TCE, os requisitos são organizados em: Endereço Eletrônico, Transparência da Gestão Fiscal e acesso às demais informações, sendo observados três aspectos: o **Padrão Mínimo de Qualidade**, previsto no Inciso III, do §1º do Art. 48-A da citada LRF; a **Transparência na Gestão Fiscal (G.F)**, caput do art. 48 da LRF; e **Tempo Real (T.R.)**, conforme inciso II, também, do Art. 48 e Art. 48-A da LRF, relativamente aos quais a situação da transparência municipal é avaliada em **Regular** ou **Irregular**.

Vale ressaltar que a avaliação sob o aspecto do **Padrão Mínimo de Qualidade** foi suspensa em função do Decreto nº 10540/2021. Assim, atualmente, são considerados apenas os aspectos da **Transparência na Gestão Fiscal (G.F)** e do **Tempo Real (T.R.)**.

No aspecto **Transparência na Gestão Fiscal (G.F)** são analisados 17 itens envolvendo, por exemplo, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), Relatório de Gestão Fiscal (RGF), entre outros. Para que um município tenha um resultado “SIM” e seja aprovado nesse aspecto é necessário que todos itens sejam contemplados. No aspecto **Tempo Real (T.R.)** são analisados dois itens: receitas e despesas realizadas pelos municípios. Caso esses dois itens sejam atendidos o município estará com um resultado “SIM”, indicando aprovação nesse aspecto.

Por fim, o TCE considera um município em situação **Regular** quanto a **Transparência na Gestão Fiscal (G.F)** e o **Tempo Real (T.R.)** em determinado mês **caso os dois aspectos sejam aprovados**, se for somente um aspecto aprovado ou nenhum dos dois o município estará em situação **Irregular**.

Dessa forma, ao longo de um ano tem-se 12 avaliações por parte do TCE onde um município estará na situação **Regular** ou **Irregular** quanto a transparência. Assim, a nota de um determinado município poderá variar de 0 (situação **Irregular** em todos os meses) a 12 (situação **Regular** em todos os meses).

Nesse contexto, é proposto o **Indicador de Transparência (IT)**, que busca medir a situação de transparência dos municípios cearenses ao longo de um determinado ano, conforme exposto na Fórmula 1, a partir da média aritmética das notas obtidas em cada um dos 12 meses de certo ano.

$$IT_i = \frac{1}{12} \sum_{j=1}^{12} I_{ij} , \quad (1)$$

onde:

$IT_i$  = Indicador de Transparência do município  $i$ ;

$I_{ij}$  = Valor do indicador (0 ou 1) do município  $i$  em determinado mês  $j$ ;

Desse modo, a partir do cálculo do Indicador de Transparência tem-se uma medida de tendência central que quantifica e sumariza o valor da transparência dos municípios cearenses. Quanto mais próximo de 1 estiver o valor do IT, maior será a transparência.

### 2.2 Cálculo do Índice Comparativo de Gestão Municipal (ICGM - 2021)

Após apresentar as quatro dimensões e lista de indicadores, será destacado a seguir os dois critérios utilizados na escolha dos indicadores. O primeiro critério é a disponibilidade de dados em bases de dados de órgãos e instituições públicas, para todos os 184 municípios cearenses. Já o segundo critério envolve a escolha de variáveis possíveis de serem coletadas anualmente, de forma continuada e de fácil acesso, que atendessem as propriedades fundamentais para a construção de indicadores, conforme apresentado no Quadro 1. (JANNUZZI, 2017. JANNUZZI, 2005. SESI PR, 2010. BRASIL, 2010).

**Quadro 1:** Propriedades necessárias para a construção de um Indicador.

Propriedade	Relação
Relevância	O porquê da construção, dado o contexto e o objetivo da agenda política
Validade	Grau de proximidade e representação entre o conceito e a medida do indicador
Confiabilidade	Qualidade dos dados (Coleta e Fonte)
Cobertura	Grau de cobertura territorial e populacional (representatividade)
Sensibilidade	Monitoramento e avaliação das políticas públicas em prol da eficiência e efetividade da gestão pública
Especificidade	Capacidade de refletir alterações relacionadas a dimensão de interesse
Transparência	Transparência das decisões metodológicas e das escolhas subjetivas
Comunicabilidade	Compreensão por parte da população e dos demais agentes públicos
Factibilidade	Aos custos e a disponibilidade de dados para o cálculo periódico
Periodicidade	Ao período de atualização do indicador
Desagregabilidade	Possibilidade de ser representativo para espaços geográficos reduzidos, grupos sociodemográficos, ou grupos vulneráveis específicos
Comparabilidade	Inferência de tendências e a avaliação de eventuais efeitos

Elaboração: IPECE. Fonte: Adaptado dos autores citados.

Ademais o ICGM leva em consideração questões relativas às diferenças entre cidades, por entender que certas características afetam de algum modo a gestão municipal. As cidades ao redor do mundo podem se diferenciar segundo as mais variadas características que lhe são peculiares, como aspectos geográficos, demográficos, econômicos e sociais. Além disso, suas vocações naturais contemplam as principais variáveis levantadas para compreender fatores que podem afetar a gestão municipal.

Além destas características, Pena (2021) destaca que as cidades podem também ser classificadas a partir de seu grau de influência econômica e, também, política. Nesse sentido, leva-se em conta os mais diversos índices, como renda *per capita*, Produto Interno Bruto, índice populacional etc. Tal classificação é chamada de Hierarquia das Cidades ou Hierarquia Urbana.

Em razão dos critérios sobre a classificação hierárquica das cidades serem bem variados, existem vários tipos de hierarquias urbanas, com padronizações bem diferentes. Sendo assim, as cidades podem ser divididas, por exemplo, em cidades pequenas, médias e de grande porte.

As pequenas cidades costumam apresentar baixo grau de urbanização, pequenos índices populacionais e relevante dependência econômica para com outras cidades. Estas cidades, em função do seu pequeno porte apresentam sérios problemas nas mais variadas áreas de serviços públicos municipais, principalmente por causa dos baixos recursos financeiros disponíveis.

Na sequência, as cidades de médio porte são aquelas que normalmente exercem certo grau de influência econômica sobre algumas pequenas cidades do seu entorno, mas não muito elevada. Estas cidades apresentam alguma vocação destacada na economia, oferecendo uma maior gama de serviços e de melhor qualidade se comparado as pequenas cidades. Todavia, também enfrentam dificuldades em relação à escassez recursos disponíveis.

Por fim, as grandes cidades são aquelas que apresentam maior porte populacional e maior poder de influência econômica sobre outras cidades que muitas vezes transcendem as divisas

estaduais. Essas cidades oferecem uma grande variedade de mercadorias para consumo e serviços, apoiando normalmente as cidades de pequeno e médio porte.

Destaca-se que os agrupamentos de municípios considerando suas principais semelhanças é uma etapa importante para a melhor definição, desenho e avaliação de políticas públicas.

Neste contexto, é oportuno observar que o porte populacional, além de ser uma variável utilizada para hierarquizar cidades também vem sendo frequentemente utilizado como variável de estratificação de municípios brasileiros em vários estudos considerando diversas dimensões nas áreas, por exemplo, de gestão pública, educação, saúde e desigualdade de renda. Por exemplo, os estudos de Fausto *et al.* (2014); Seidl *et al.* (2014); Pontes *et al.* (2017); e Miclos *et al.* (2017), ressaltam a importância de usar os diferenciais de porte populacional em pesquisas na área de saúde.

Com a mesma preocupação Willemann *et al.* (2019) desenvolveu com base em dados do período censitário de 2010, um modelo de estratificação de municípios brasileiros para avaliação de desempenho da gestão em saúde considerando dentre suas variáveis também as diferenças populacionais.

Os autores citados ainda ressaltam que, em virtude de mudanças políticas, econômicas e sociais, quaisquer dados utilizados para estratificação municipal podem apresentar variações no médio e longo prazo, influenciando as condições de gestão nos municípios.

Diante do exposto é possível perceber que, dependendo do grau de influência de uma cidade, a gestão municipal é fortemente afetada pelo porte hierárquico do município e, também, pelo grau de influência de seus vizinhos. Com isto, uma boa avaliação necessita de um melhor enquadramento das características de porte de um determinado município.

Para efeito de análise, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) classifica as cidades brasileiras conforme a sua população do seguinte modo:

- I. Acima de 500.000 hab.
- II. De 100.001 a 500.000 hab.
- III. De 50.001 a 100.000 hab.
- IV. De 20.001 a 50.000 hab.
- V. De 10.001 a 20.000 hab.
- VI. De 5.001 a 10.000 hab.
- VII. Até 5.000 hab.

Desta forma o Índice Comparativo de Gestão Municipal (ICGM) utiliza em seu cálculo a segregação dos municípios cearenses pelos quatro portes populacionais, tendo em vista a identificação da relevância da separação dos municípios por estratos populacionais, para análise dos resultados na qualidade da gestão pública.

Ao considerar as sete faixas populacionais, apontadas pelo IBGE, foi possível agrupar as cidades cearenses em quatro grupos considerando seus diferentes portes populacionais, a saber:

- I. **Grupo Populacional 1:** municípios com população acima de 100 mil habitantes
- II. **Grupo Populacional 2:** municípios com população acima de 50 mil e menor que 100 mil habitantes

- III. **Grupo Populacional 3:** municípios com população acima de 20 mil e menor que 50 mil habitantes
- IV. **Grupo Populacional 4:** municípios com população até 20 mil habitantes

Com base em informações levantadas junto ao IBGE (2021) foi possível construir a Tabela 1 com quatro grupos populacionais e seus respectivos quantitativos de municípios cearenses, onde verifica-se que o Grupo Populacional 1 contém nove municípios cearenses, o Grupo Populacional 2 contém um total de vinte e oito municípios, o Grupo Populacional 3 contém sessenta e oito municípios cearenses e por fim o Grupo Populacional 4 abrange setenta e nove municípios. Desta forma diante do critério de composição por grupos populacionais, foi possível realizar a construção das Tabelas 2.1, 3.2, 4.2 e 5.2, constantes nos Apêndices, com os indicadores, sem padronização, para todos os municípios e por grupo populacional.

**Tabela 1:** Municípios cearenses por Porte e Faixa Populacional - população, área e densidade demográfica - 2021

Porte Populacional	Faixa populacional	Municípios	População (hab.)	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> )
<b>Grupo Populacional 1</b>	Acima de 100.000 hab.	9	4.294.906	8.282,15	518,57
<b>Grupo Populacional 2</b>	De 50.001 a 100.000 hab.	28	1.874.747	41.680,61	44,98
<b>Grupo Populacional 3</b>	De 20.001 a 50.000 hab.	68	2.038.717	59.132,36	34,48
<b>Grupo Populacional 4</b>	Até 20.000 hab.	79	1.032.210	39.799,33	25,94
<b>Total Geral</b>		<b>184</b>	<b>9.240.580</b>	<b>148.894,44</b>	<b>62,06</b>

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Outro aspecto que foi arbitrado no cálculo do índice para os 184 municípios, é que, caso aconteça a situação de não estar disponível alguma variável relativa a qualquer município pelo órgão ou instituição responsável, no ano de referência, então, será adotado o valor “zero” para a referida variável daquele município.

Após a coleta dos dados e cálculo dos indicadores selecionados, faz-se necessário o tratamento prévio nos valores encontrados antes do cálculo final do ICGM. Para tanto recorreu-se à metodologia de padronização dos indicadores, definindo-se valores de 0 a 1, por cada grupo de municípios, conforme seu porte populacional. Desta forma, um indicador padronizado no município “m” é obtido através da seguinte fórmula<sup>9</sup>:

$$I_{pm} = \frac{I_m - I_{min}}{I_{max} - I_{min}} \quad [1]$$

Onde:

$I_{pm}$  = Valor padronizado do indicador “*T*” no município *m*, para o ano;

$I_m$  = Valor do indicador “*T*” no município *m*, para o ano;

$I_{min}$  = Menor valor do indicador “*T*” dentre os municípios com dados disponíveis, no ano; e

$I_{max}$  = Maior valor do indicador “*T*” dentre os municípios com dados disponíveis, no ano.

<sup>9</sup> Quando a polaridade do indicador for negativa, ou seja, “**Quanto menor, melhor**”, a fórmula do indicador padronizado será igual a  $1 - I_{pm}$ .

Após a padronização dos valores dos indicadores, em cada porte populacional, tem-se que o cálculo do ICGM corresponde à média aritmética simples dos quatorze indicadores. Cabe destacar que a polarização do indicador é levada em consideração no cálculo da padronização.

Na Fórmula 2 pode-se, portanto, visualizar o cálculo do ICGM:

$$ICGM_m = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n I_{pm}^i \quad [2]$$

Onde:

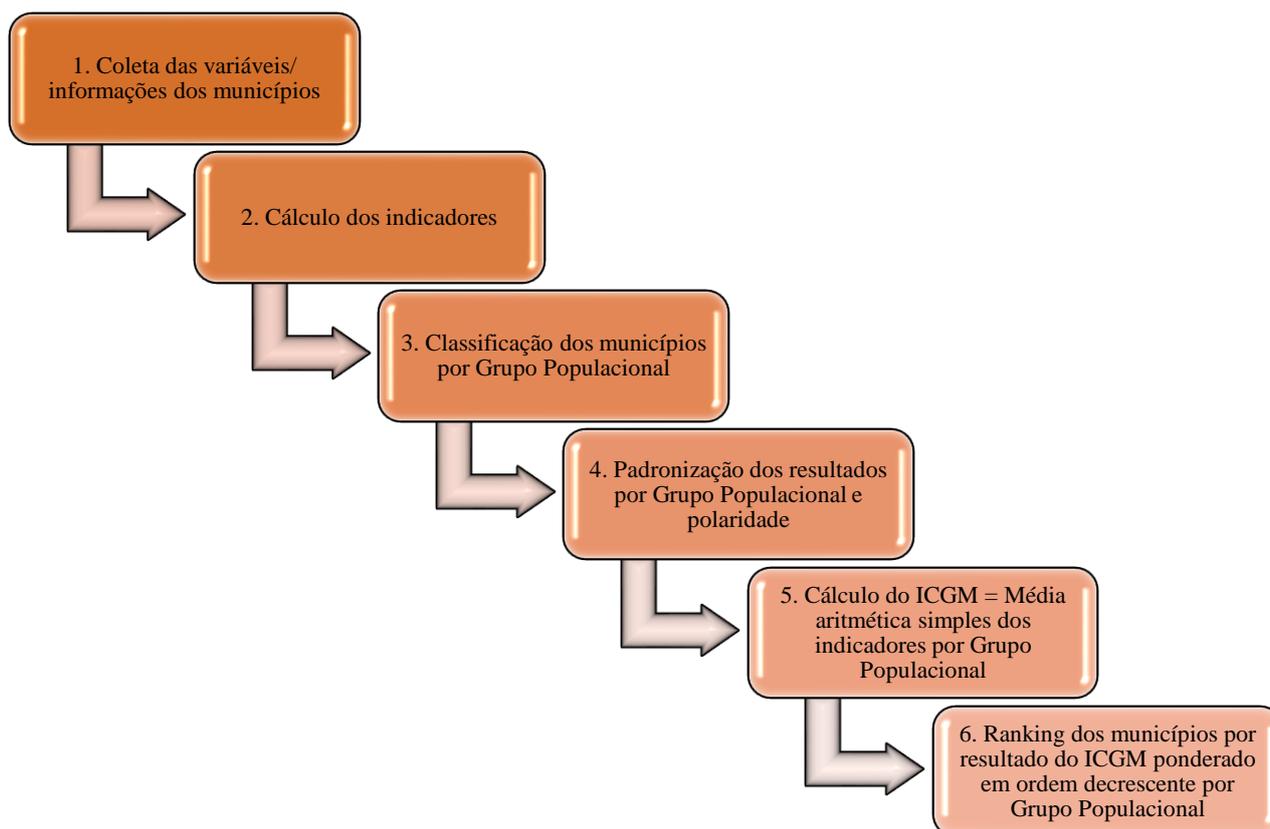
$ICGM_m$  = Índice Comparativo de Gestão Municipal do município  $m$ , no ano;

$I_{pm}^i$  = Valor do indicador padronizado “ $i$ ” no município  $m$ , no ano;

$n$  = total de indicadores selecionadas.

Destaca-se que os 14 indicadores que compõem o ICGM passaram a ter uma relação direta com o índice após a padronização dos seus valores, ou seja, o menor valor aponta para o menor desempenho, assim como o maior valor aponta para o maior desempenho. Desse modo, após a padronização adotada, quanto mais próximo de 1, melhor é a performance de um dado município em um determinado indicador. Após o cálculo da média por porte populacional proceder-se-á o ordenamento dos municípios dentro de cada grupo de forma decrescente dos valores obtidos no cálculo do índice.

Considerando o cálculo do ICGM, é possível então montar as principais etapas do processo do ranqueamento dos municípios, conforme apresentado na Figura 3:

**Figura 3:** Elaboração do *Ranking* dos municípios pelo resultado do ICGM

Fonte e Elaboração: IPECE.

Ressalta-se que o Índice Comparativo de Gestão Municipal (ICGM) carrega em sua essência a ideia de uma análise multidimensional de quatorze indicadores atinentes as atividades de planejamento, recursos financeiros, serviços e transparência, consentindo-se identificar relativamente em determinado ano os municípios com melhor gestão municipal dentro de seus grupos populacionais. Por se tratar de um índice que avalia relativamente indicadores dos municípios em um certo ano através da técnica de padronização, não se pode efetuar comparações do valor do ICGM de um município ao longo dos anos, sendo válida a comparação relativa em um determinado ano entre municípios.

### 3. RESULTADOS

A partir das informações coletadas e da aplicação da metodologia de cálculo do ICGM, edição 2021, é possível analisar os resultados do Índice por grupo populacional dos municípios, além do comparativo nas Regiões de Planejamento.

#### 3.1 Municípios do Grupo Populacional 1

A partir da análise da Tabela 2, que exhibe estatísticas descritivas para o ICGM 2021 referente aos municípios do Grupo Populacional 1, é possível observar que a média do índice para este grupo correspondeu a 0,5024, enquanto o desvio-padrão foi 0,1201, indicando média variabilidade do ICGM 2021 dentro deste grupo de municípios.

**Tabela 2:** Estatísticas descritivas para o ICGM 2021 - Municípios do Grupo Populacional 1

Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de variação
0,3696	0,7307	0,5024	0,1201	23,96%

Fonte: IPECE.

Neste primeiro grupo estão os nove municípios cearenses com população acima de 100 mil habitantes. Verifica-se na Tabela 3 que **Sobral** apresentou o maior ICGM 2021 (0,7307), seguido por **Crato** (0,6416) e **Fortaleza** (0,5787). Enquanto isso, o menor resultado foi observado em **Maranguape** (0,3696), acompanhado de **Iguatu** (0,3804) e **Caucaia** (0,3946).

No Grupo Populacional 1, quatro municípios pertencem à Região de Planejamento Grande Fortaleza, dois na região do Cariri e os demais nas regiões Centro Sul, Litoral Oeste / Vale do Curu e Sertão de Sobral, mostrando uma certa dispersão espacial.

**Tabela 3:** Região de Planejamento, População e Índice do ICGM 2021 por *Ranking* para os municípios do Grupo Populacional 1.

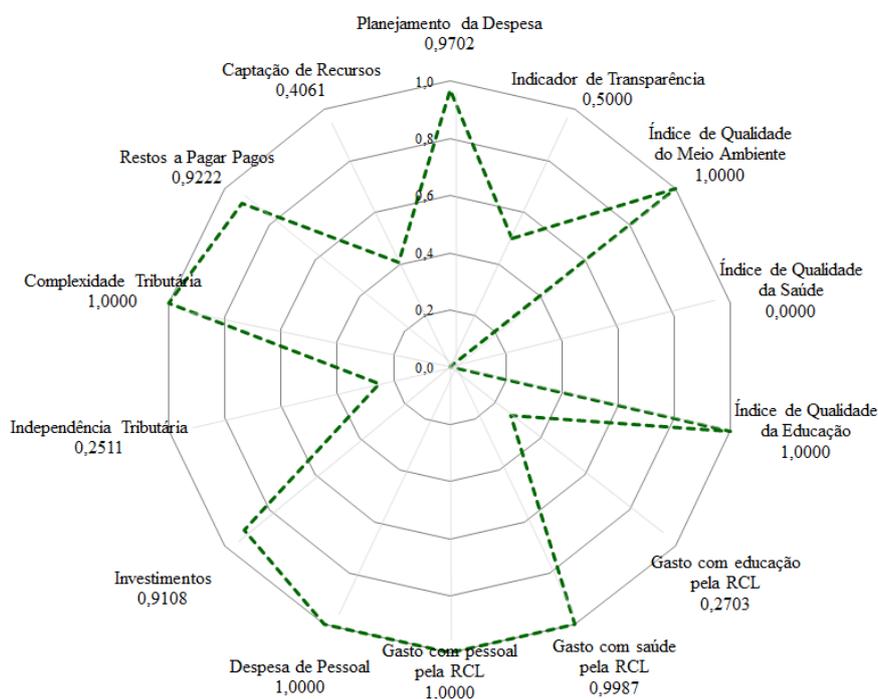
Ranking	Município	Região de Planejamento	População	Índice ICGM 2021
1º	Sobral	Sertão de Sobral	212.437	0,7307
2º	Crato	Cariri	133.913	0,6416
3º	Fortaleza	Grande Fortaleza	2.703.391	0,5787
4º	Itapipoca	Litoral Oeste / Vale do Curu	131.687	0,5270
5º	Maracanaú	Grande Fortaleza	230.986	0,4871
6º	Juazeiro do Norte	Cariri	278.264	0,4120
7º	Caucaia	Grande Fortaleza	368.918	0,3946
8º	Iguatu	Centro Sul	103.633	0,3804
9º	Maranguape	Grande Fortaleza	131.677	0,3696

Fonte: IPECE.

A seguir analisaremos os três municípios que obtiveram os índices mais elevados dentro do primeiro grupo (Gráficos 1, 2 e 3), apontando assim os indicadores que mais influenciaram as suas posições.

Conforme pode ser observado no Gráfico 1, **Sobral** avançou, comparativamente aos demais municípios do Grupo Populacional 1, por alcançar resultado máximo (1,0) em cinco dos quatorze indicadores pertencentes ao ICGM 2021: Índice de Qualidade do Meio Ambiente; Índice de Qualidade da Educação; Despesa de Pessoal; Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; e Complexidade Tributária. Em quatro indicadores o município obteve resultados próximos a 1,0. Em cinco indicadores: Indicador de Transparência; Captação de Recursos; Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida; Independência Tributária; e Índice de Qualidade da Saúde, o município obteve valores igual ou abaixo de 0,5, assim sua colocação foi a melhor no resultado do ICGM 2021, entre os municípios do Grupo Populacional 1.

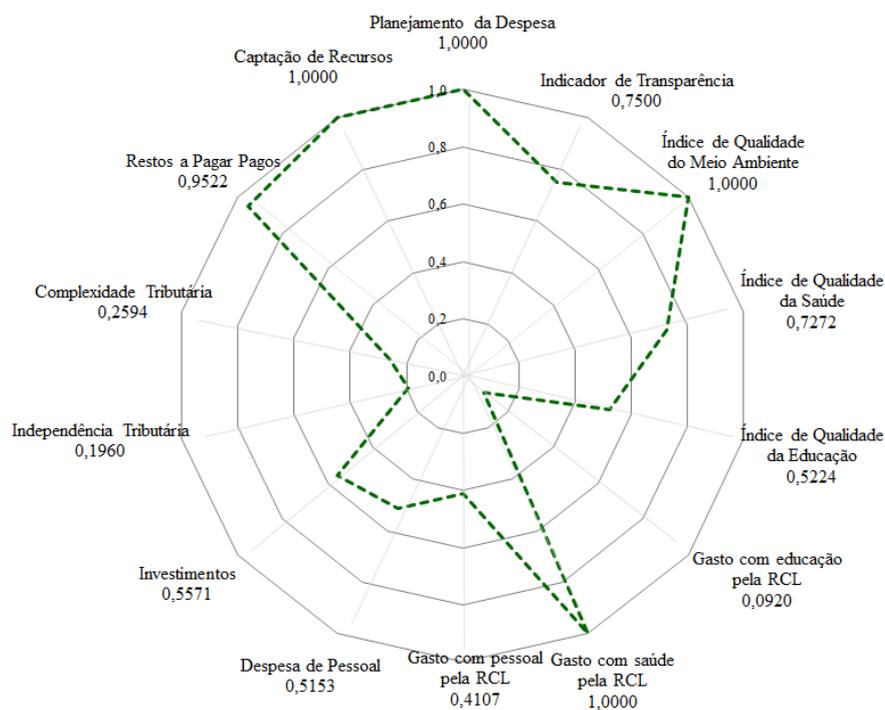
**Gráfico 1:** Valores padronizados dos indicadores para o município de **Sobral** (1º lugar)



Fonte: IPECE.

O Gráfico 2 mostra que o município do **Crato** (2º lugar) registrou nota máxima nos indicadores Captação de Recursos, Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida, Índice de Qualidade do Meio Ambiente e Planejamento da Despesa. No entanto, o município obteve valores abaixo de 0,5 em quatro indicadores: Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; Complexidade Tributária; Independência Tributária; e Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida, o que impactou negativamente no seu *Ranking*, nos municípios do Grupo Populacional 1. Outros seis indicadores ficaram entre 0,5 e 1,0.

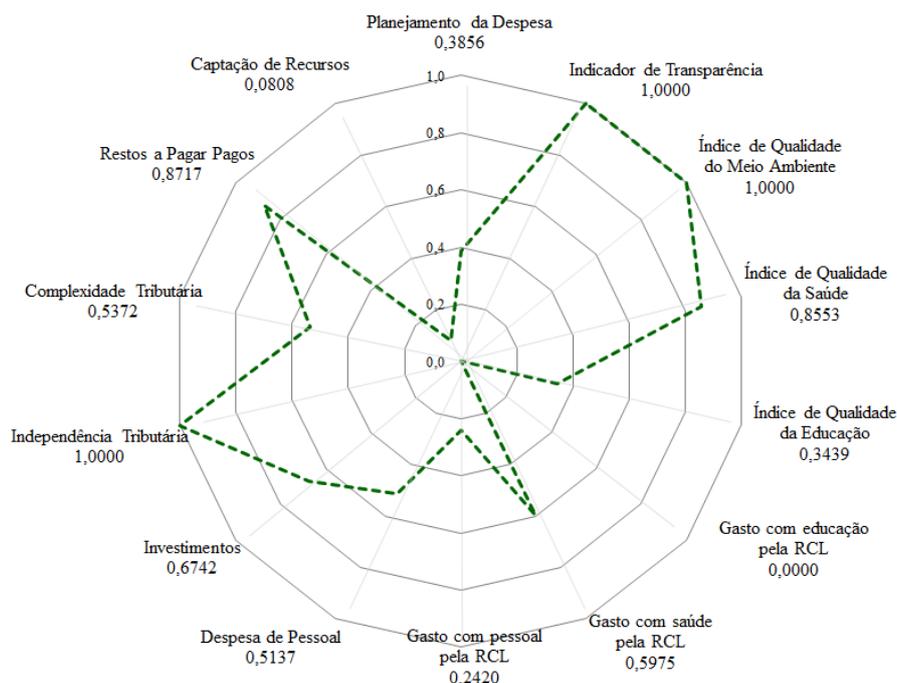
**Gráfico 2:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Crato** (2º lugar)



Fonte: IPECE.

Em 2021, **Fortaleza** (Gráfico 3) obteve nota máxima em três indicadores: Independência Tributária, Índice de Qualidade do Meio Ambiente e Indicador de Transparência. Em seis indicadores o município obteve resultados entre 0,5 e 1,0, o que lhe permitiu a terceira posição no Ranking do ICGM 2021, dentre os municípios do Grupo Populacional 1. No entanto, o município obteve valores abaixo de 0,5 em seis indicadores: Planejamento da Despesa; Índice de Qualidade da Educação; Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; Captação de Recursos; e Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida.

**Gráfico 3:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Fortaleza** (3º lugar)

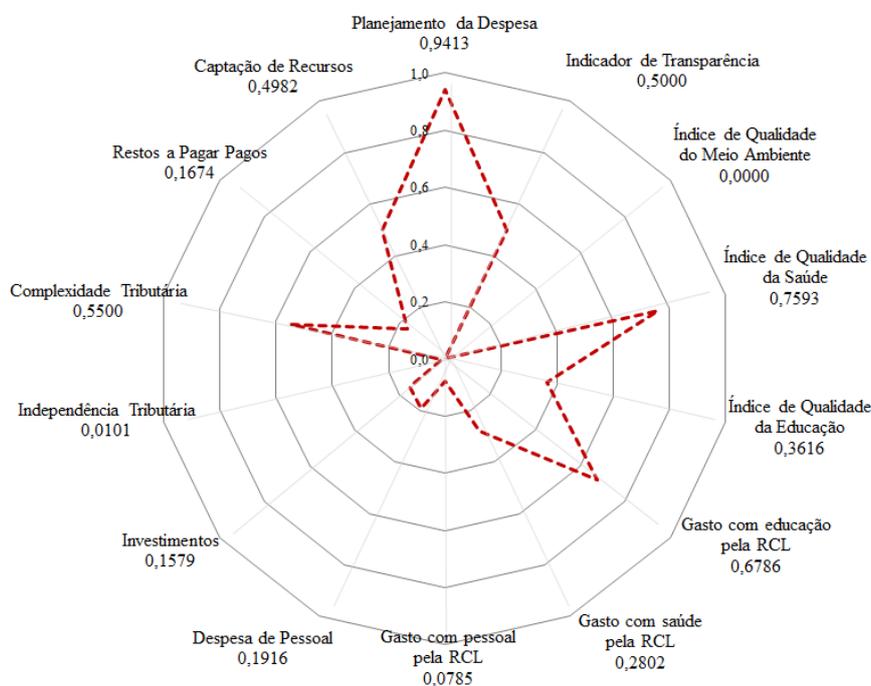


Fonte: IPECE.

Os Gráficos 4 a 6 exibem os municípios que obtiveram os menores valores para o ICGM 2021, na categoria de municípios do Grupo Populacional 1.

Por meio do Gráfico 4, observa-se que **Maranguape** não alcançou resultado máximo (1,0) em qualquer dos 14 indicadores. Em outros quatro indicadores o município obteve resultados acima de 0,5: Planejamento da Despesa; Índice de Qualidade da Saúde; Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida; e Complexidade Tributária. Em dez indicadores, o município obteve resultado igual ou abaixo de 0,5, colocando-o em último lugar entre os municípios do Grupo Populacional 1. São eles: Indicador de Transparência; Captação de Recursos; Índice de Qualidade da Educação; Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida; Despesa de Pessoal; Restos a Pagar Pagos; Investimentos; Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; Independência Tributária; e Índice de Qualidade do Meio Ambiente.

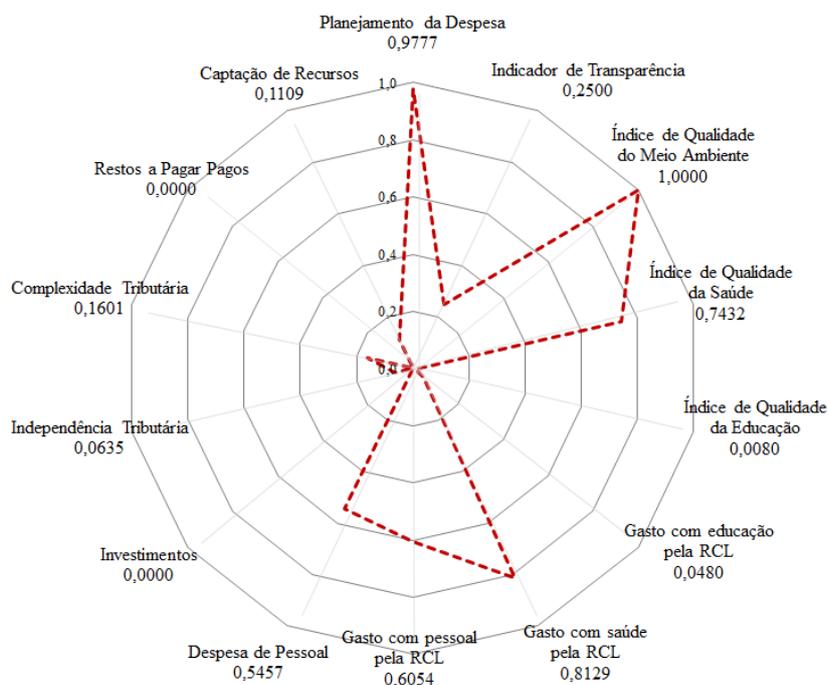
**Gráfico 4:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Maranguape** (9º lugar)



Fonte: IPECE.

**Iguatu** (Gráfico 5) alcançou resultado máximo em apenas um indicador (Índice de Qualidade do Meio Ambiente), obteve bons resultados em cinco indicadores: Planejamento da Despesa; Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida; Índice de Qualidade da Saúde; Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; e Despesa de Pessoal. Em 2021, o município teve resultado abaixo de 0,5 nos demais indicadores, posicionando-o em oitavo lugar entre os municípios do Grupo Populacional 1.

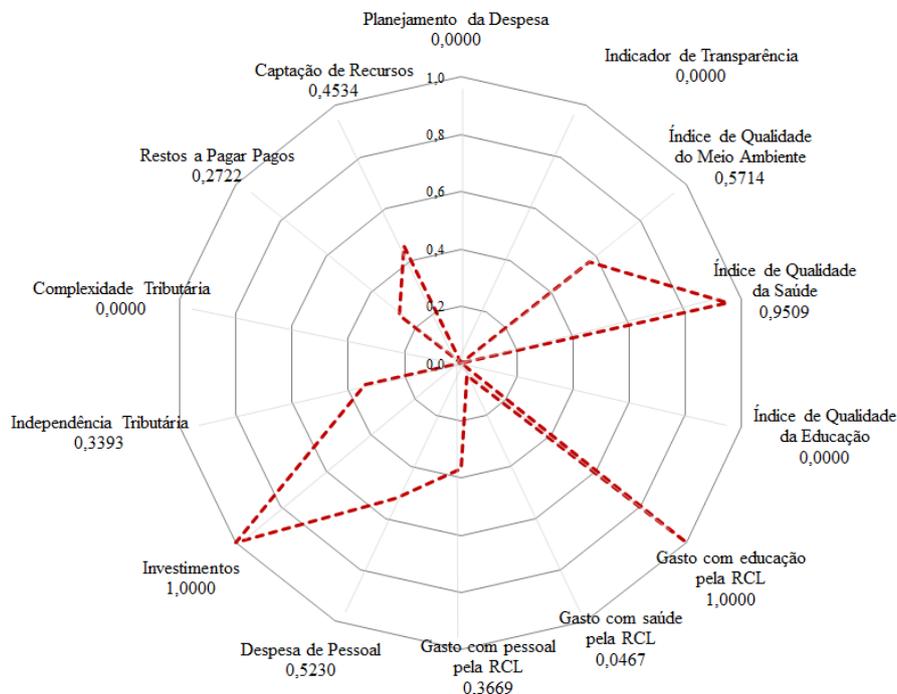
**Gráfico 5:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Iguatu** (8º lugar)



Fonte: IPECE.

Em 2021, **Caucaia** (Gráfico 6) se destacou com resultado máximo (1,0) e dois indicadores: Investimentos e Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida. Obteve bons resultados entre 0,5 e abaixo de 1,0 em três indicadores: Índice de Qualidade da Saúde; Índice de Qualidade do Meio Ambiente; e Despesa de Pessoal. Nos outros nove indicadores tirou resultado abaixo de 0,5.

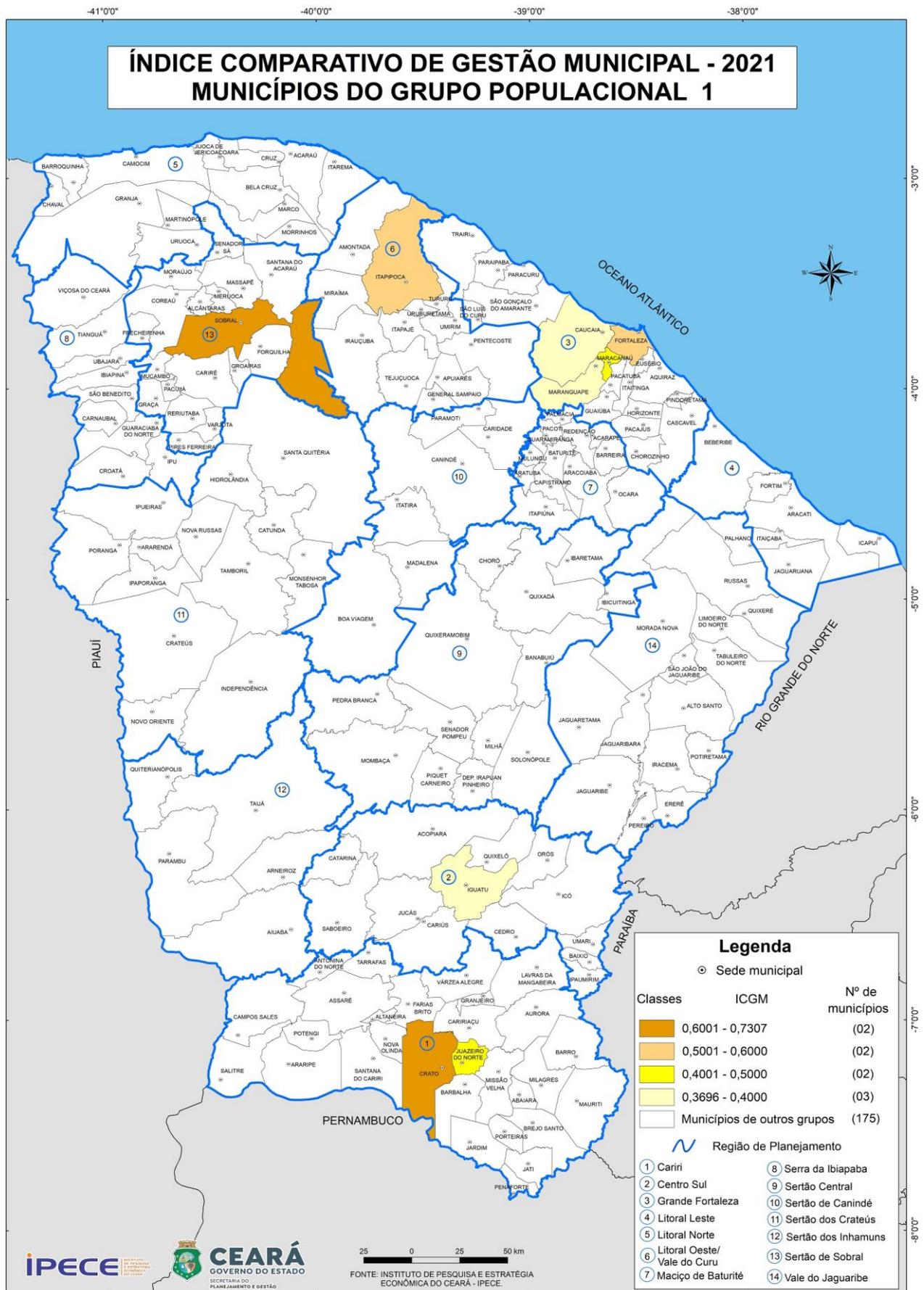
**Gráfico 6:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Caucaia** (7º lugar)



Fonte: IPECE.

A Tabela 2.1, no Apêndice 3, apresenta os valores dos indicadores, sem padronização, por ordem alfabética, para os municípios do Grupo Populacional 1.

O Mapa 1 exibe a distribuição territorial do ICGM 2021 no tocante aos municípios do **Grupo Populacional 1** no estado do Ceará. Como analisado anteriormente, Sobral deteve o maior valor do ICGM 2021 no seu grupo populacional, sendo o único município na Região de Planejamento do Sertão de Sobral. Em seguida, destacam-se os municípios de Fortaleza e Maracanaú na Região da Grande Fortaleza e os municípios do Crato e Juazeiro do Norte na Região do Cariri.



Mapa 1: ICGM 2021 dos municípios do Grupo Populacional 1. Fonte: IPECE.

### 3.2 Municípios do Grupo Populacional 2

No Grupo Populacional 2 estão os vinte e oito municípios cearenses com população acima de 50 mil e menor que 100 mil habitantes. A Tabela 3.1, no Apêndice 3, apresenta os municípios deste grupo por *Ranking* do resultado do ICGM 2021, distribuídos nas quatorze Regiões de Planejamento e por população.

O maior ICGM 2021 deste grupo foi igual a 0,6143 (Granja) e o menor foi de 0,3646 (Tianguá). A média dos índices correspondeu a 0,4801 e o desvio-padrão encontrado foi de 0,0698, indicando baixa variabilidade do ICGM 2021 dentro deste grupo de municípios com este porte populacional (Tabela 4).

**Tabela 4:** Estatísticas descritivas para o ICGM 2021 - Municípios do Grupo Populacional 2

Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
0,3646	0,6143	0,4801	0,0698	14,53%

Fonte: IPECE.

Na sequência, verifica-se na Tabela 5 que **Granja** apresentou o maior ICGM 2021 (0,6143) nesse grupo dos municípios do Grupo Populacional 2, seguido por **Russas** (0,5852) e **Eusébio** (0,5670). Dentre os dez municípios do Grupo Populacional 2 de maior ICGM 2021, três estão localizados na Região de Planejamento do Litoral Norte, dois na Grande Fortaleza, e apenas um município nas regiões do Cariri, Litoral Leste, Sertão Central, Sertão de Crateús e Vale do Jaguaribe, mostrando uma certa dispersão espacial dos melhores colocados.

**Tabela 5:** *Ranking* dos dez municípios do Grupo Populacional 2 com maior ICGM 2021, Região de Planejamento, população e Índice

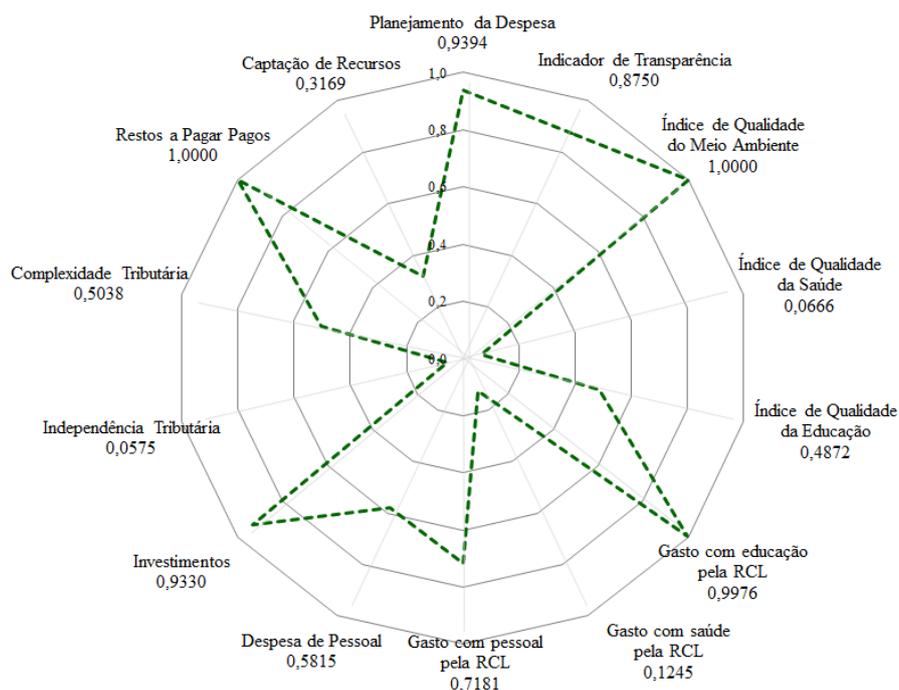
Ranking	Município	Região de Planejamento	População	Índice ICGM 2021
1º	Granja	Litoral Norte	55.170	0,6143
2º	Russas	Vale do Jaguaribe	79.550	0,5852
3º	Eusébio	Grande Fortaleza	55.035	0,5670
4º	Crateús	Sertões de Crateús	75.241	0,5656
5º	Quixeramobim	Sertão Central	82.455	0,5640
6º	Aracati	Litoral Leste	75.392	0,5459
7º	Acaraú	Litoral Norte	63.556	0,5402
8º	Camocim	Litoral Norte	64.147	0,5353
9º	Trairi	Grande Fortaleza	56.653	0,5275
10º	Brejo Santo	Cariri	50.195	0,5197

Fonte: IPECE.

Os Gráficos 7 a 9 apresentam os valores padronizados dos indicadores dos três municípios que lideram o ICGM 2021, dentre aqueles do Grupo Populacional 2.

O município de **Granja** obteve o 1º lugar no grupo dos municípios do Grupo Populacional 2 (Gráfico 7), os dois indicadores que obtiveram valor igual a 1,0 foram Restos a Pagar Pagos e Índice de Qualidade do Meio Ambiente. Outros sete indicadores alcançaram resultado acima de 0,5: Gasto com educação pela RCL; Planejamento da Despesa; Investimentos; Indicador de Transparência; Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; e Despesa de Pessoal. Os indicadores Índice de Qualidade da Educação; Captação de Recursos; Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida; Índice de Qualidade da Saúde; e Independência Tributária obtiveram resultado abaixo de 0,5.

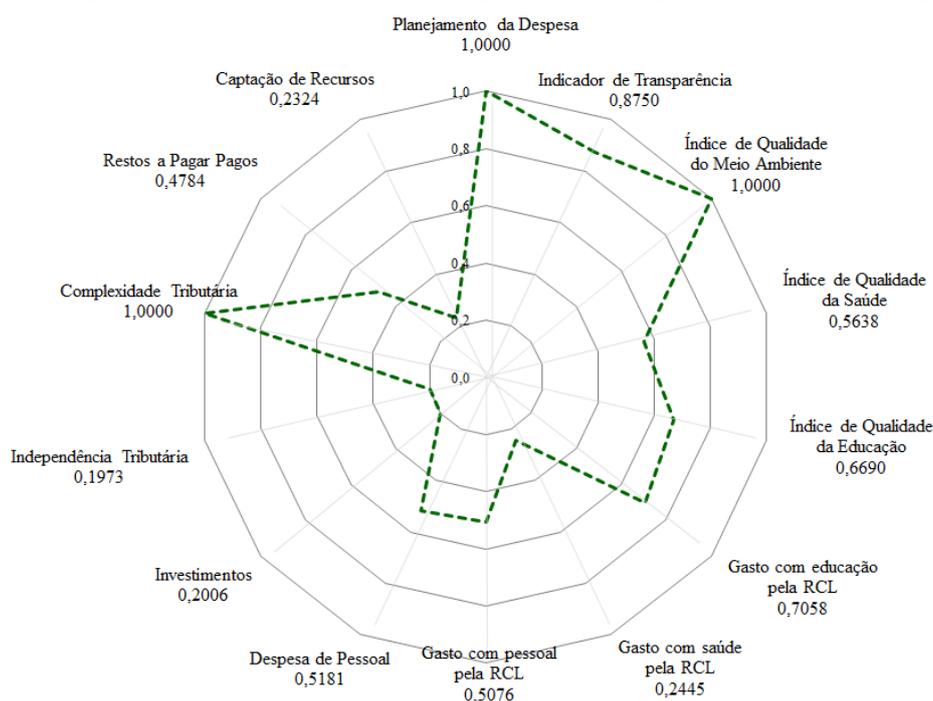
**Gráfico 7:** Valores padronizados dos indicadores para o município de **Granja** (1º lugar)



Fonte: IPECE.

**Russas** ficou no 2º lugar no grupo dos municípios do Grupo Populacional 2. De acordo com o Gráfico 8, três indicadores obtiveram valor igual a 1,0: Índice de Qualidade do Meio Ambiente; Complexidade Tributária; e Planejamento da Despesa. Outros seis indicadores alcançaram resultados acima de 0,5: Indicador de Transparência; Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida; Índice de Qualidade da Educação; Índice de Qualidade da Saúde; Despesa de Pessoal; e Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida. Os indicadores Restos a Pagar Pagos; Gasto com saúde pela Receita Corrente Líquida; Captação de Recursos; Investimentos; e Independência Tributária obtiveram resultado abaixo de 0,5.

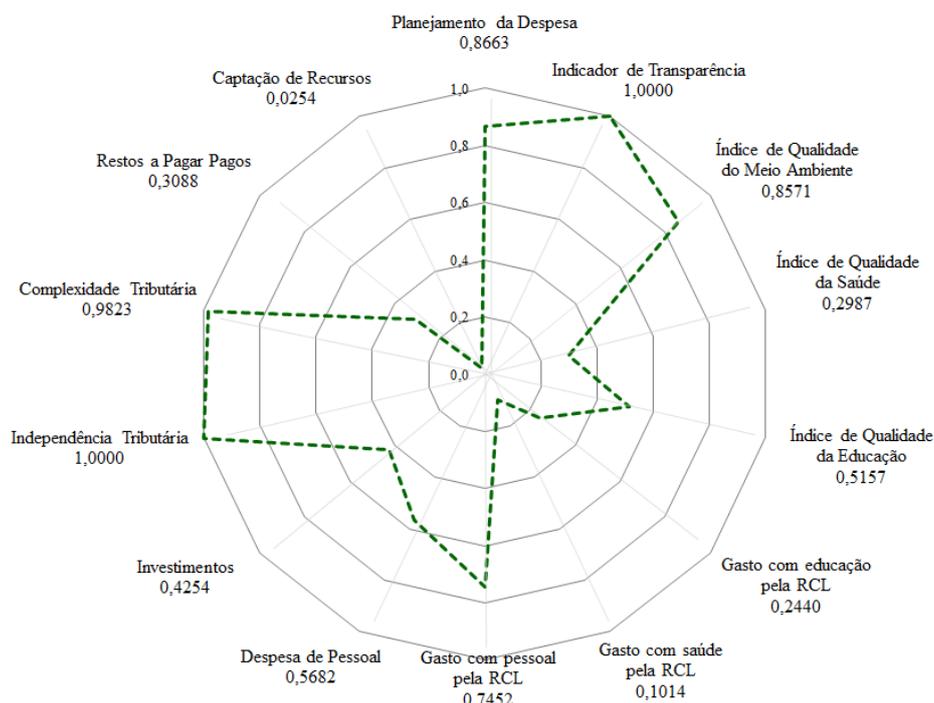
**Gráfico 8:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Russas** (2º lugar)



Fonte: IPECE.

Em 2021, **Eusébio** (Gráfico 9) obteve dois indicadores que se destacaram com o valor máximo (1,0): Indicador de Transparência e Independência Tributária. Outros seis indicadores alcançaram resultados acima de 0,5: Complexidade Tributária; Planejamento da Despesa; Índice de Qualidade do Meio Ambiente; Gasto com pessoal pela Receita Corrente Líquida; Despesa de Pessoal; e Índice de Qualidade da Educação. Outros seis indicadores permitiram a terceira posição no *Ranking* do ICGM 2021 no grupo dos municípios do Grupo Populacional 2, pois alcançaram resultados abaixo de 0,5: Investimentos; Restos a Pagar Pagos; Índice de Qualidade da Saúde; Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida; Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida; e Captação de Recursos.

**Gráfico 9:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Crateús** (3º lugar)



Fonte: IPECE.

Analisando os dados da Tabela 6 percebe-se que **Tianguá** apresentou o menor índice (0,3646) dentre os municípios considerados do Grupo Populacional 2, seguido por **Aquiraz** (0,3833) e **Morada Nova** (0,3983). Dentre os dez municípios de menor ICGM 2021 do Grupo Populacional 2, dois estão localizados na Região de Planejamento da Grande Fortaleza e os demais municípios estão localizados nas regiões: Cariri; Centro Sul; Litoral Leste; Litoral Oeste / Vale do Curu; Serra da Ibiapaba; Sertão Central; Sertões de Canindé; e Vale do Jaguaribe, o que demonstra uma grande dispersão destes dez municípios.

**Tabela 6:** Ranking dos dez municípios do Grupo Populacional 2 com menor ICGM 2021, Região de Planejamento, população e Índice

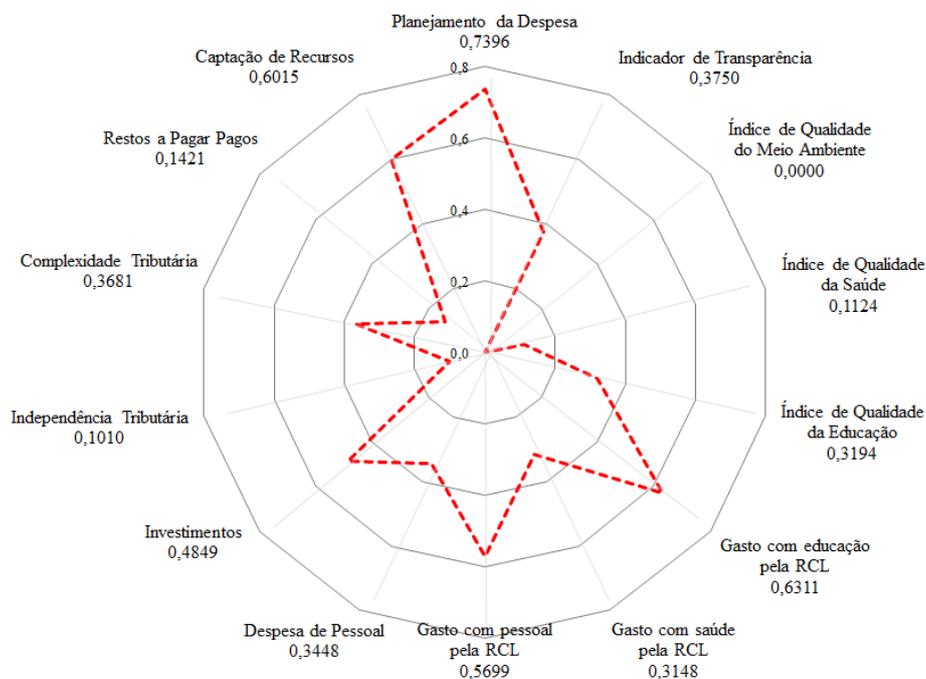
Ranking	Município	Região de Planejamento	População	Índice ICGM 2021
28°	Tianguá	Serra da Ibiapaba	61.662	0,3646
27°	Aquiraz	Grande Fortaleza	81.581	0,3833
26°	Morada Nova	Vale do Jaguaribe	61.590	0,3983
25°	Itapajé	Litoral Oeste / Vale do Curu	53.448	0,4000
24°	Pacatuba	Grande Fortaleza	85.647	0,4027
23°	Acopiara	Centro Sul	54.687	0,4041
22°	Quixadá	Sertão Central	88.899	0,4066
21°	Beberibe	Litoral Leste	54.315	0,4172
20°	Boa Viagem	Sertões de Canindé	54.680	0,4173
19°	Barbalha	Cariri	61.662	0,4190

Fonte: IPECE.

Os Gráficos 10 a 12 apresentam os valores padronizados dos indicadores dos três municípios que obtiveram os menores resultados no ICGM 2021, dentre aqueles do Grupo Populacional 2.

Por exemplo, **Tianguá** (Gráfico 10) obteve a última posição e nenhum indicador alcançou valor máximo (1,0). Os indicadores Planejamento da Despesa; Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida; Captação de Recursos; e Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida ficaram com valores acima de 0,5. Os outros dez indicadores contribuíram para uma não qualidade na gestão municipal e obtiveram valores abaixo de 0,5.

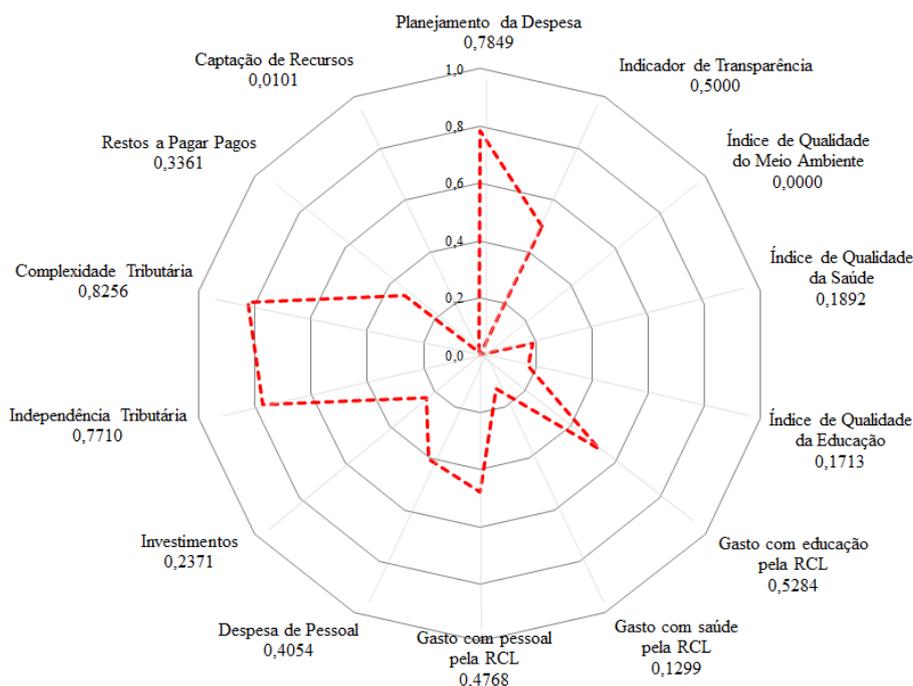
**Gráfico 10:** Valores padronizados dos indicadores para o município de **Tianguá** (28° lugar)



Fonte: IPECE.

**Aquiraz** (Gráfico 11) apesar de estar na penúltima colocação no *Ranking* dos municípios do Grupo Populacional 2, e também nenhum indicador alcançou valor máximo (1,0). Os indicadores Complexidade Tributária; Planejamento da Despesa; Independência Tributária; e Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida ficaram com valores acima de 0,5. Os outros dez indicadores contribuíram para uma não qualidade na gestão municipal e obtiveram valores abaixo de 0,5, ficando na 27ª posição no *Ranking* do ICGM 2021.

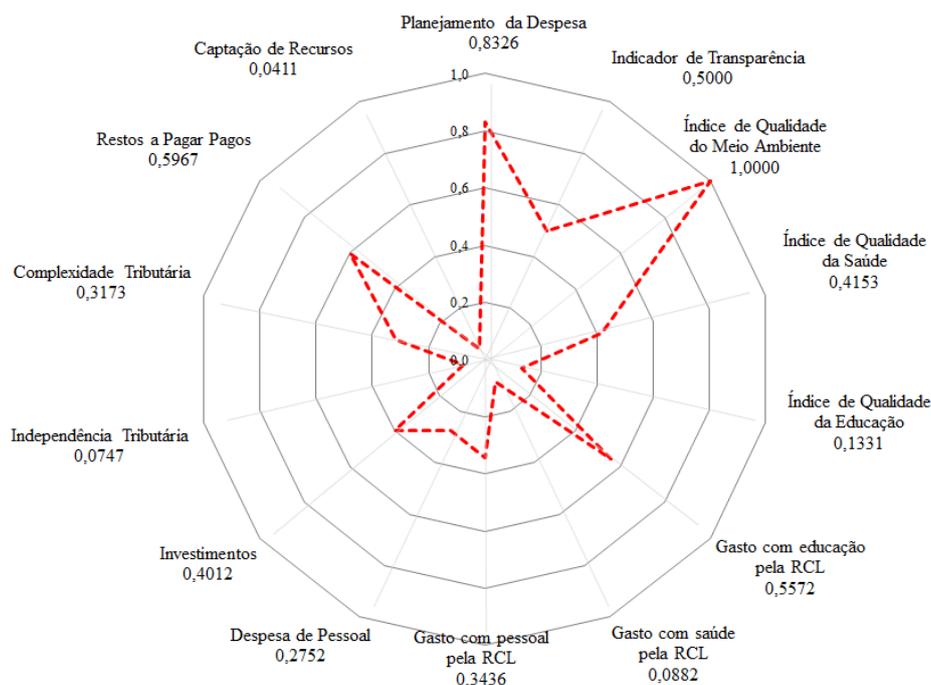
**Gráfico 11:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Aquiraz** (27º lugar)



Fonte: IPECE.

Por fim, **Morada Nova** (Gráfico 12) na 26ª posição no *Ranking* do ICGM 2021 dentre os municípios do Grupo Populacional 2, registrou somente um indicador com valor máximo (1,0) que foi o Índice de Qualidade do Meio Ambiente. Três indicadores apresentaram valores acima de 0,5: Planejamento da Despesa; Restos a Pagar Pagos; e Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida. Os outros dez indicadores contribuíram para uma não qualidade na gestão municipal e obtiveram valores abaixo de 0,5, ficando na 26ª posição no *Ranking* do ICGM 2021.

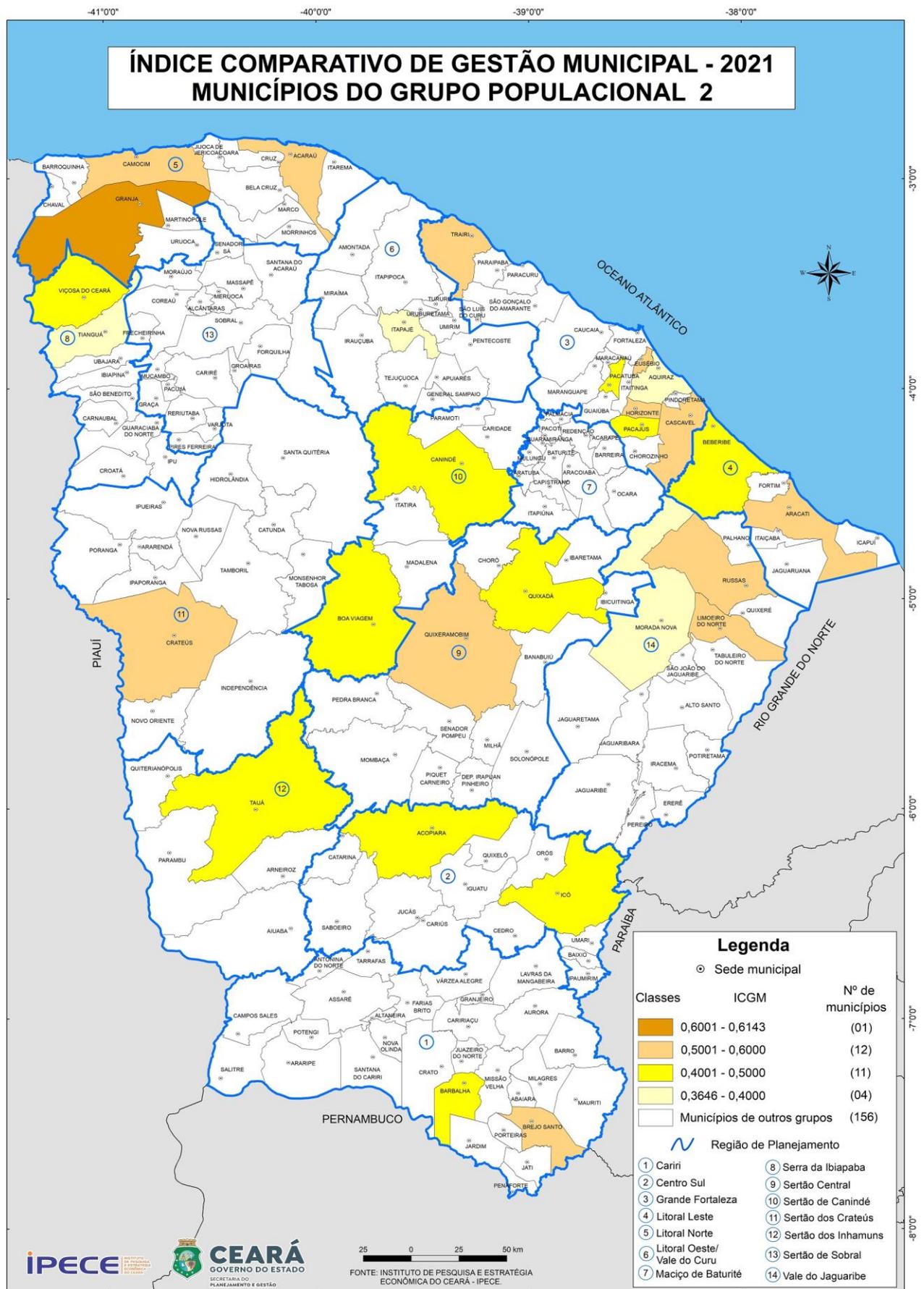
**Gráfico 12:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Morada Nova** (26º lugar)



Fonte: IPECE.

A Tabela 3.2, no Apêndice 3, apresenta os valores dos indicadores, sem padronização, por ordem alfabética, para os municípios do Grupo Populacional 2.

O Mapa 2 apresenta a distribuição geográfica do ICGM 2021 em relação aos municípios do **Grupo Populacional 2**, podendo-se comparar regionalmente o ICGM 2021 dos municípios assim como localizar territorialmente os municípios com maiores e menores valores. Averigua-se através do referido mapa que treze municípios detiveram um índice comparativo de gestão pública superior a 0,500, estando eles distribuídos principalmente nas regiões da Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte e Vale do Jaguaribe.



Mapa 2: ICGM 2021 dos municípios do Grupo Populacional 2. Fonte: IPECE.

### 3.3 Municípios do Grupo Populacional 3

No Grupo Populacional 3 estão os sessenta e oito municípios cearenses com população acima de 20 mil e menor que 50 mil habitantes. A Tabela 4.1, no Apêndice 4, apresenta os municípios deste grupo por *Ranking* do resultado do ICGM 2021, distribuídos pelas 14 Regiões de Planejamento e por população.

O maior ICGM 2021 neste grupo foi igual a 0,7120 (Itatira) e o menor foi de 0,3345 (Missão Velha). A média dos índices correspondeu a 0,4879 e o desvio-padrão encontrado foi de 0,0688, indicando pequena variabilidade do ICGM 2021 dentro deste grupo de municípios com este porte populacional (Tabela 7).

**Tabela 7:** Estatísticas descritivas para o ICGM 2021 - Municípios do Grupo Populacional 3.

Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
0,3345	0,7120	0,4879	0,0688	14,10%

Fonte: IPECE.

Na Tabela 8 verifica-se que **Itatira** apresentou o maior ICGM 2021 (0,7120) dentro do grupo dos municípios do Grupo Populacional 3, seguido por **Senador Pompeu** (0,6418) e **Jijoca de Jericoacoara** (0,6377). Dentre os dez municípios de maior ICGM 2021, dois estão localizados nas Região de Planejamento Sertão Central; dois em Sertões de Crateús; dois no Vale do Jaguaribe, e apenas um município nas regiões do Litoral Norte; Serra da Ibiapaba; Sertões de Canindé; e Sertões de Inhamuns.

**Tabela 8:** *Ranking* dos dez municípios do Grupo Populacional 3 com maior ICGM 2021, Região de Planejamento, população e ICGM

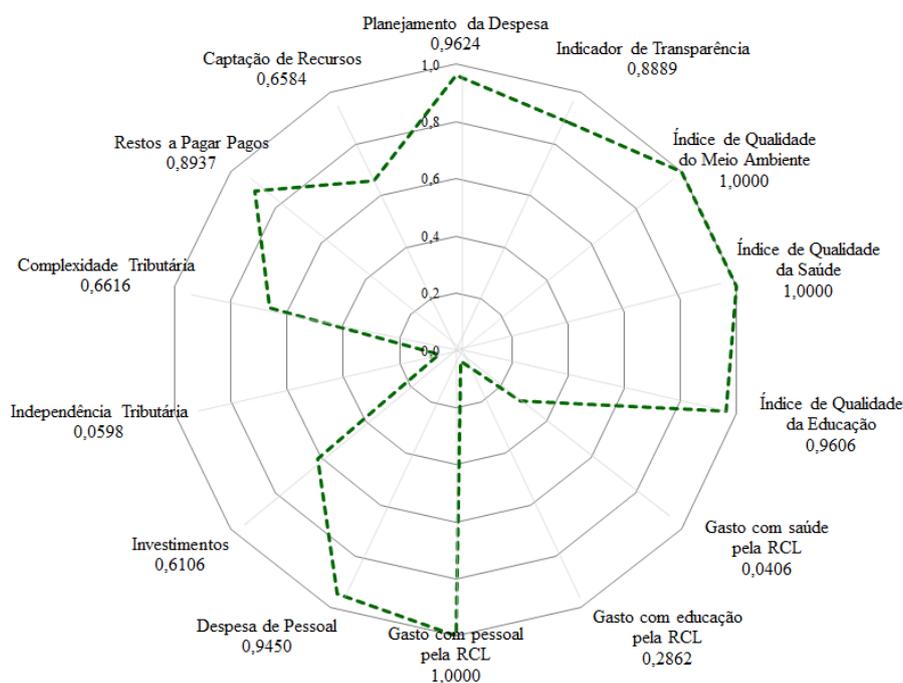
Ranking	Município	Região de Planejamento	População	Índice ICGM 2021
1º	Itatira	Sertões de Canindé	22.018	0,7120
2º	Senador Pompeu	Sertão Central	25.418	0,6418
3º	Jijoca de Jericoacoara	Litoral Norte	20.351	0,6377
4º	Jaguaribe	Vale do Jaguaribe	34.592	0,6102
5º	Nova Russas	Sertões de Crateús	32.487	0,5790
6º	Tabuleiro do Norte	Vale do Jaguaribe	32.079	0,5769
7º	Mombaça	Sertão Central	43.917	0,5688
8º	Guaraciaba do Norte	Serra da Ibiapaba	40.921	0,5641
9º	Independência	Sertões de Crateús	26.196	0,5591
10º	Parambu	Sertões de Inhamuns	31.391	0,5432

Fonte: IPECE.

Os Gráficos 13 a 15 apresentam os valores padronizados dos indicadores dos três municípios que lideram o ICGM 2021, dentre aqueles do Grupo Populacional 3.

Conforme o Gráfico 13, o município de **Itatira** obteve o 1º lugar no grupo dos municípios do Grupo Populacional 3. Três indicadores obtiveram nota máxima (1,0): Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; Índice de Qualidade da Saúde; e Índice de Qualidade do Meio Ambiente. Outros oito indicadores alcançaram resultado acima de 0,5: Planejamento da Despesa; Índice de Qualidade da Educação; Despesa de Pessoal; Restos a Pagar Pagos; Indicador de Transparência; Complexidade Tributária; e Captação de Recursos. Três indicadores obtiveram resultado abaixo de 0,5: Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida; Independência Tributária; e Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida.

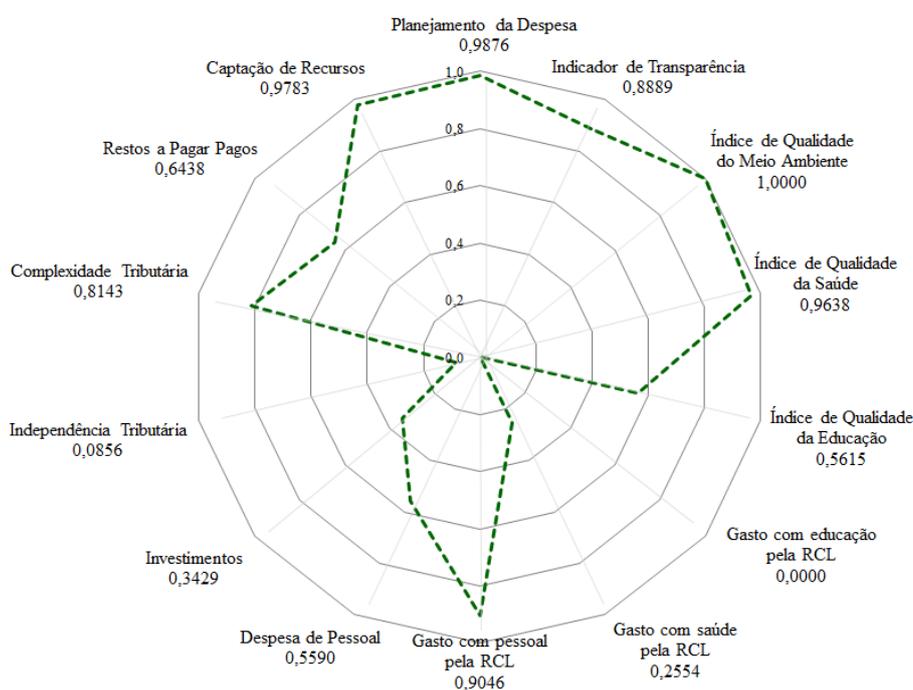
**Gráfico 13:** Valores padronizados dos indicadores para o município de **Itatira** (1º lugar)



Fonte: IPECE.

O Gráfico 14 mostra que **Senador Pompeu** ficou no 2º lugar no grupo dos municípios do Grupo Populacional 3 em 2021 e alcançou valor máximo em apenas um indicador, o Índice de Qualidade do Meio Ambiente. Também obteve bons resultados acima de 0,5 em nove indicadores: Planejamento da Despesa; Captação de Recursos; Índice de Qualidade da Saúde; Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; Indicador de Transparência; Complexidade Tributária; Restos a Pagar Pagos; Índice de Qualidade da Educação; e Despesa de Pessoal. Quatro indicadores obtiveram resultado abaixo de 0,5: Investimentos; Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida; Independência Tributária; e Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida.

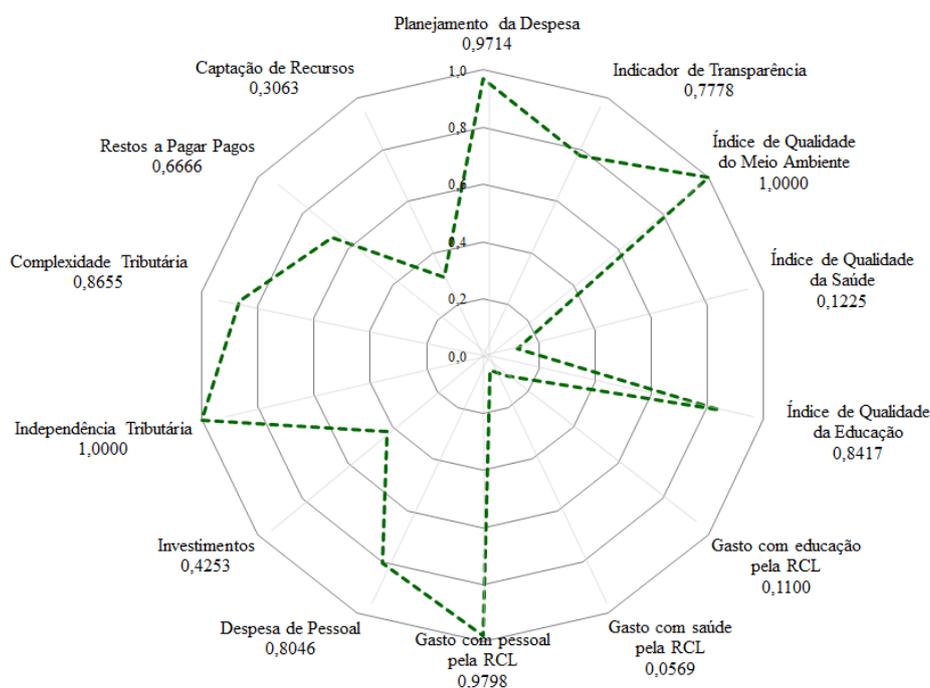
**Gráfico 14:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Senador Pompeu** (2º lugar)



Fonte: IPECE.

Em 2021, **Jijoca de Jericoacoara** (Gráfico 15) se destacou nos indicadores Índice de Qualidade do Meio Ambiente e Independência Tributária, onde obteve valor igual a 1,0. Outros sete indicadores contribuíram para o município alcançar a terceira posição no *Ranking* do ICGM 2021 no grupo dos municípios do Grupo Populacional 3, pois obtiveram resultados acima de 0,5: Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; Planejamento da Despesa; Complexidade Tributária; Índice de Qualidade da Educação; Despesa de Pessoal; Indicador de Transparência; e Restos a Pagar Pagos. Cinco indicadores obtiveram resultado abaixo de 0,5: Investimentos; Captação de Recursos; Índice de Qualidade da Saúde; Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida; Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida.

**Gráfico 15:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Jijoca de Jericoacoara** (3º lugar)



Fonte: IPECE.

Analisando os dados da Tabela 9 percebe-se que **Missão Velha** apresentou o menor ICGM 2021 (0,3345) dentre os municípios considerados do Grupo Populacional 3, seguido por **Milagres** (0,3482) e **Catarina** (0,3819). Dentre os dez municípios de menor ICGM 2021 do Grupo Populacional 3, três estão localizados nas Regiões de Planejamento do Cariri; três em Sertão de Sobral. Os outros quatro estão nas Regiões de Planejamento do Maciço de Baturité; Litoral Norte; Grande Fortaleza; e Centro Sul.

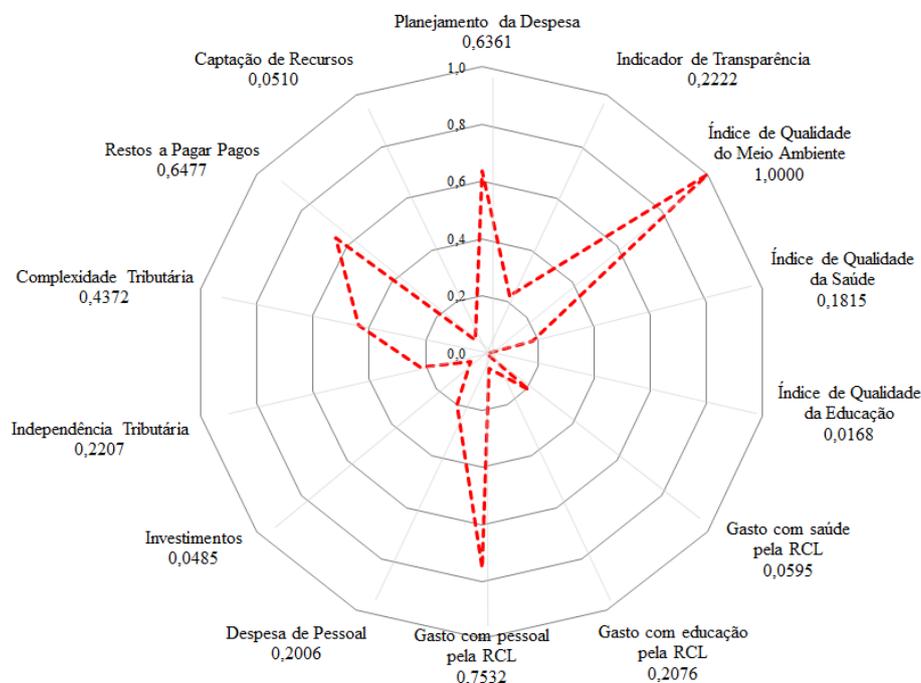
**Tabela 9:** Ranking dos dez municípios do Grupo Populacional 3 com menor ICGM 2021, Região de Planejamento, população e Índice

Ranking	Município	Região de Planejamento	População	Índice ICGM 2021
68°	Missão Velha	Cariri	35.566	0,3345
67°	Milagres	Cariri	27.413	0,3482
66°	Catarina	Centro Sul	21.041	0,3819
65°	Caririaçu	Cariri	27.008	0,3886
64°	Bela Cruz	Litoral Norte	32.851	0,4014
63°	Coreaú	Sertão de Sobral	23.340	0,4045
62°	Baturité	Maciço de Baturité	36.127	0,4056
61°	Massapê	Sertão de Sobral	39.341	0,4102
60°	Santana do Acaraú	Sertão de Sobral	32.851	0,4106
59°	Paraipaba	Grande Fortaleza	33.232	0,4108

Fonte: IPECE.

Os Gráficos 16 a 18 apresentam os valores padronizados dos indicadores dos três municípios que obtiveram os menores resultados no ICGM 2021, dentre aqueles do Grupo Populacional 3. No caso de **Missão Velha** (Gráfico 16), este obteve a última posição, onde apenas um indicador obteve nota máxima (1,0), o Índice de Qualidade do Meio Ambiente e somente três indicadores ficaram com valores acima de 0,5: Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; Restos a Pagar Pagos; e Planejamento da Despesa. Os outros nove tiveram resultado abaixo de 0,5.

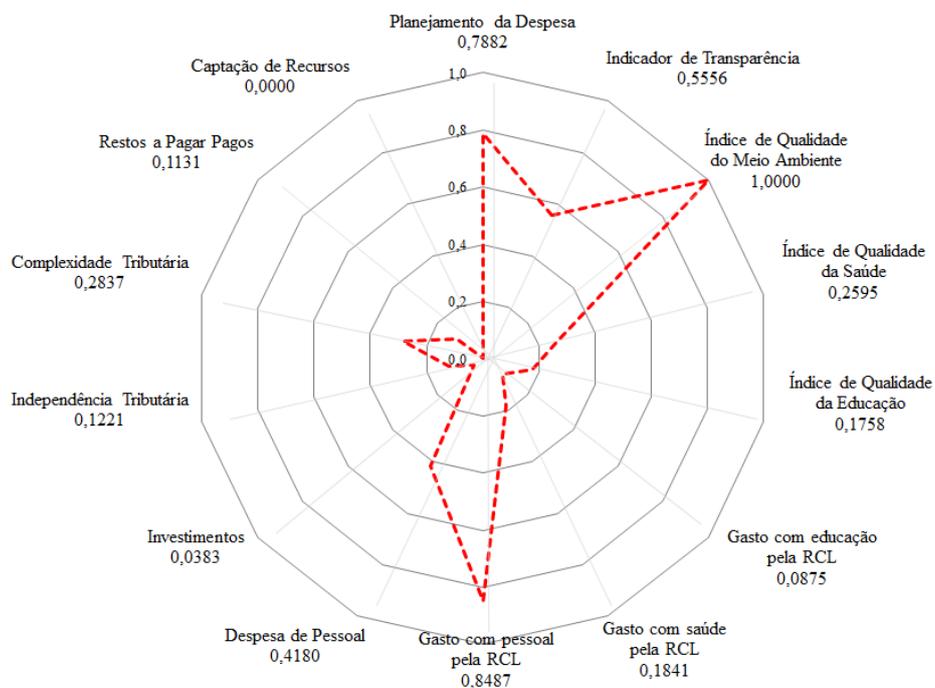
**Gráfico 16:** Valores padronizados dos indicadores para o município de **Missão Velha** (68° lugar)



Fonte: IPECE.

**Milagres** (Gráfico 17) ocupa a 67ª colocação no *Ranking* dos municípios do Grupo Populacional 3, onde o Índice de Qualidade do Meio Ambiente também alcançou nota máxima (1,0) e outros três obtiveram valores acima de 0,5: Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; Planejamento da Despesa; e o Indicador de Transparência. Os outros dez tiveram resultado abaixo de 0,5.

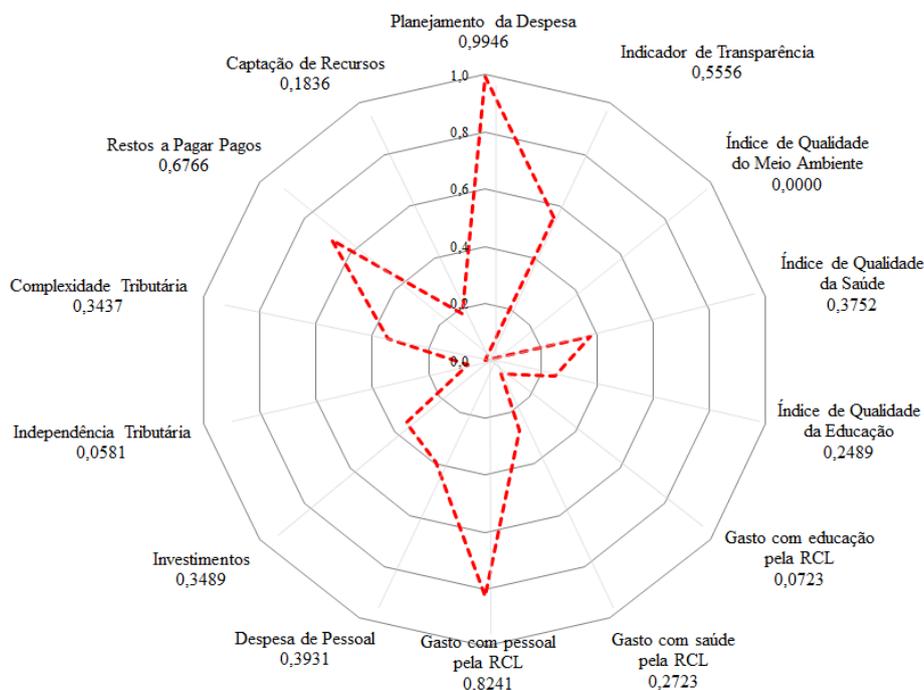
**Gráfico 17:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Milagres** (67º lugar)



Fonte: IPECE.

De acordo com o Gráfico 18, o município de **Catarina** ficou na 66ª posição no *Ranking* do ICGM 2021, dentre os municípios do Grupo Populacional 3. Não houve qualquer indicador com valor igual a 1,0, mas quatro indicadores obtiveram valores acima de 0,5: Planejamento da Despesa; Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; Restos a Pagar Pagos; e o Indicador de Transparência. Os outros dez tiveram resultado abaixo de 0,5.

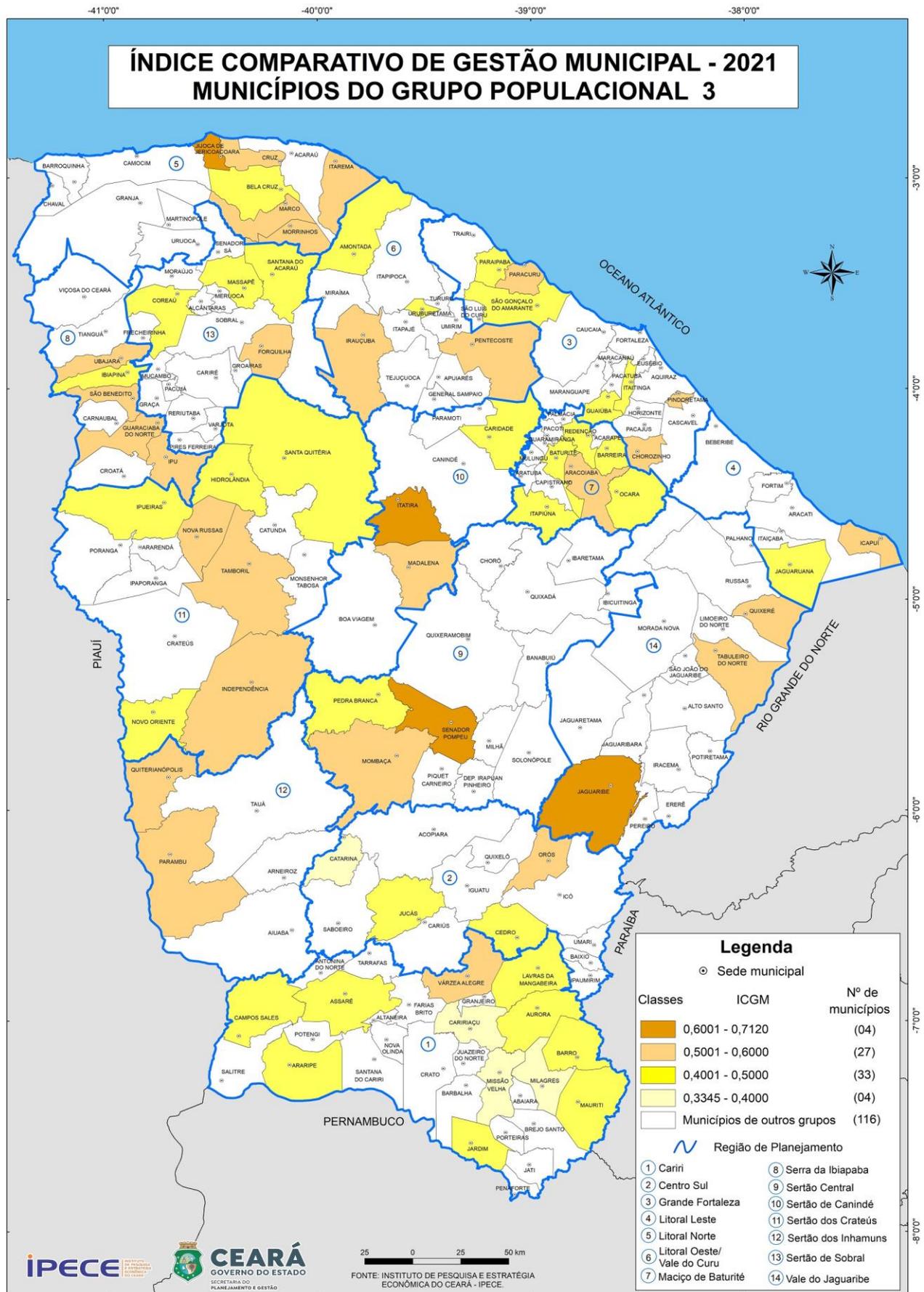
**Gráfico 18:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Catarina** (66º lugar)



Fonte: IPECE.

A Tabela 4.2, no Apêndice 3, apresenta os valores dos indicadores, sem padronização, por ordem alfabética, para os municípios do Grupo Populacional 3.

O Mapa 3 exibe a distribuição territorial do ICGM 2021 no tocante aos municípios do **Grupo Populacional 3**, consentindo-se comparar regionalmente o ICGM 2021 dos municípios assim como localizar geograficamente os municípios com maiores e menores valores.



Mapa 3: ICGM 2021 dos municípios do Grupo Populacional 3. Fonte: IPECE.

### 3.4 Municípios do Grupo Populacional 4

No quarto e último grupo, estão os setenta e nove municípios cearenses com população até 20 mil habitantes. A Tabela 5.1, no Apêndice 5, apresenta os municípios deste grupo por colocação no *Ranking* do resultado do ICGM 2021, distribuídos pelas catorze Regiões de Planejamento e por suas populações.

A Tabela 10 abaixo ilustra as estatísticas descritivas para o ICGM 2021 neste grupo de municípios, verificando-se que o maior índice neste grupo foi de 0,6748 (Solonópole) e o menor igual a 0,3163 (Paramoti). A média dos índices correspondeu a 0,4639 e o desvio-padrão encontrado foi de 0,00719, remetendo a baixa variabilidade do ICGM 2021 também nesta faixa populacional.

**Tabela 10:** Estatísticas descritivas para o ICGM 2021 - Municípios do Grupo Populacional 4

Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
0,3163	0,6748	0,4639	0,0719	15,49%

Fonte: IPECE.

Avaliando os dados presentes na Tabela 11, observa-se que o município de **Solonópole** alcançou a melhor nota (0,6742), seguido dos municípios de **Jaguaretama** (0,6615) e **Fortim** (0,6333). Dentre os dez municípios, do Grupo Populacional 4, com maior ICGM 2021, dois estão localizados na Região de Planejamento do Vale do Jaguaribe, dois na região Sertão Central, dois na região do Cariri e apenas um município nas regiões Sertões de Inhamuns, Maciço de Baturité, Litoral Leste e Centro Sul.

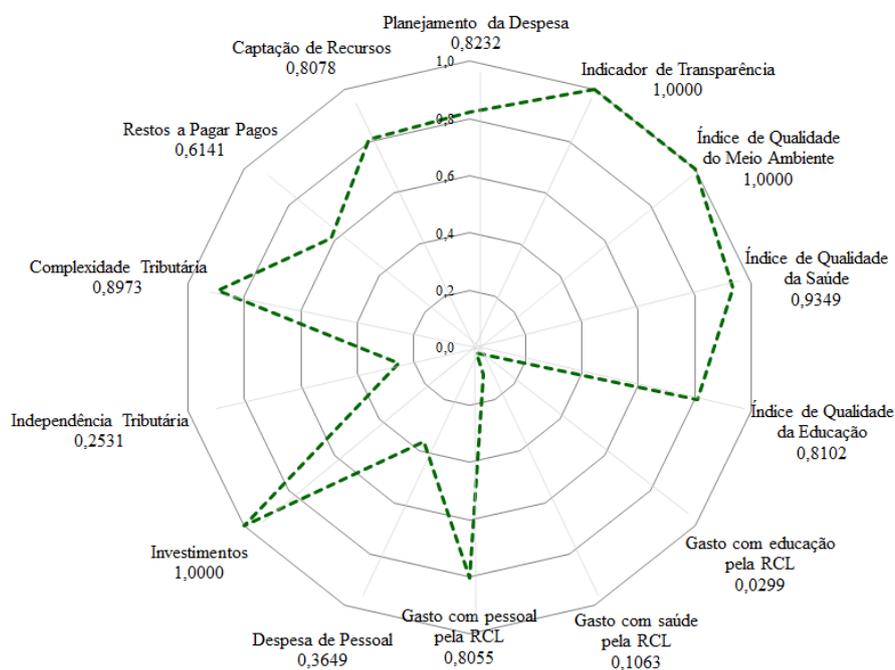
**Tabela 11:** *Ranking* dos dez municípios do Grupo Populacional 4 com maior ICGM 2021, Região de Planejamento, população e Índice

Ranking	Município	Região de Planejamento	População	Índice ICGM 2021
1º	Solonópole	Sertão Central	18.389	0,6748
2º	Jaguaretama	Vale do Jaguaribe	18.133	0,6615
3º	Fortim	Litoral Leste	16.776	0,6333
4º	Guaramiranga	Maciço de Baturité	5.073	0,5734
5º	Pereiro	Vale do Jaguaribe	16.356	0,5707
6º	Ibicuitinga	Sertão Central	12.730	0,5573
7º	Porteiras	Cariri	14.920	0,5468
8º	Altaneira	Cariri	7.712	0,5462
9º	Arneiroz	Sertões de Inhamuns	7.848	0,5460
10º	Quixelô	Centro Sul	16.116	0,5450

Fonte: IPECE.

Os Gráficos 19 a 21 apresentam os valores padronizados dos indicadores dos três municípios que lideram o ICGM 2021 dentre aqueles do Grupo Populacional 4. O município de **Solonópole** (Gráfico 19) obteve o 1º lugar no grupo dos municípios do Grupo Populacional 4, onde os indicadores Investimentos; Índice de Qualidade do Meio Ambiente; e Indicador de Transparência obtiveram nota máxima e outros sete indicadores alcançaram resultado acima de 0,5: Índice de Qualidade da Saúde; Complexidade Tributária; Planejamento da Despesa; Índice de Qualidade da Educação; Captação de Recursos; Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; e Restos a Pagar Pagos. Os outros quatro tiveram resultado abaixo de 0,5 (Despesa de Pessoal; Independência Tributária; Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida; e Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida).

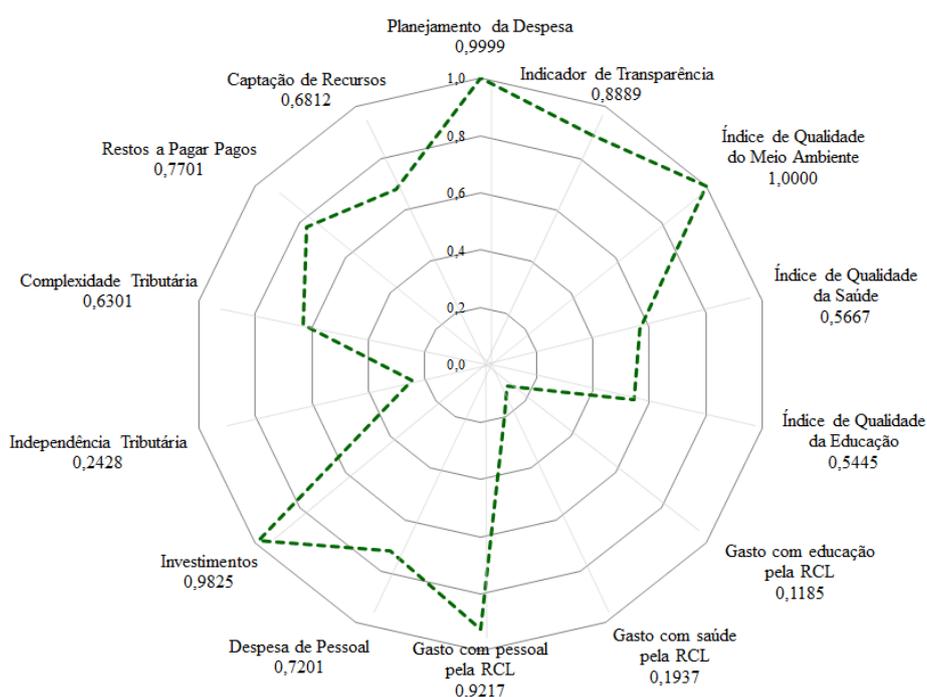
**Gráfico 19:** Valores padronizados dos indicadores para o município de **Solonópole** (1º lugar)



Fonte: IPECE.

O município de **Jaguaretama** (Gráfico 20) ficou no 2º lugar no grupo dos municípios do Grupo Populacional 4 em 2021 e obteve valor máximo em apenas um indicador (Índice de Qualidade do Meio Ambiente). Dez indicadores alcançaram resultado acima de 0,5: Planejamento da Despesa; Investimentos; Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; Indicador de Transparência; Restos a Pagar Pagos; Despesa de Pessoal; Captação de Recursos; Complexidade Tributária; Índice de Qualidade da Saúde; e Índice de Qualidade da Educação. Os indicadores Independência Tributária; Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida; e Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida tiveram resultado abaixo de 0,5.

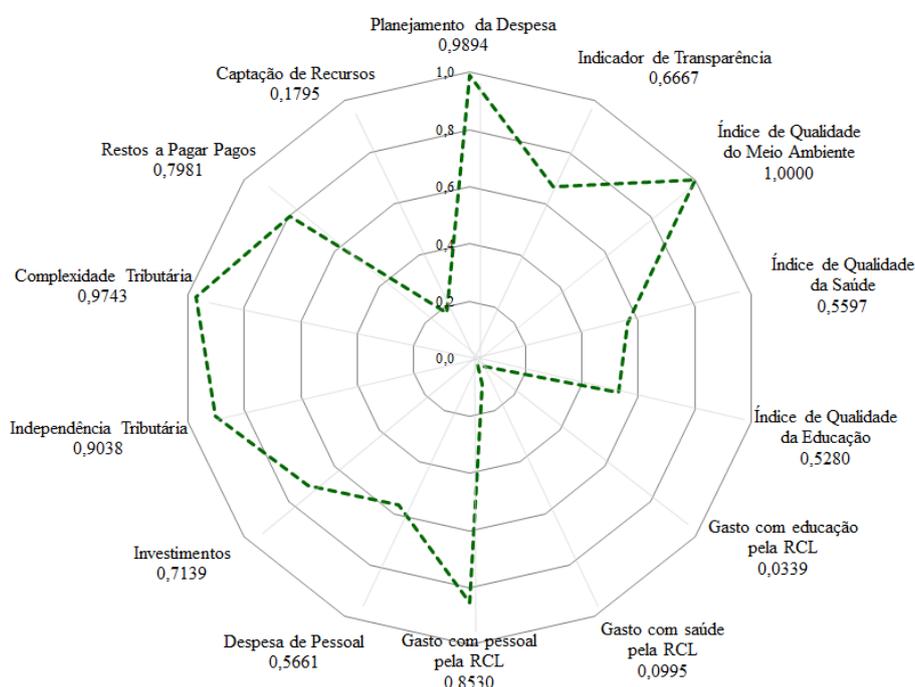
**Gráfico 20:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Jaguaretama** (2º lugar)



Fonte: IPECE.

Por fim, **Fortim** (Gráfico 21) que ficou na 3ª posição, nos municípios do Grupo 4, obteve valor máximo em apenas um indicador (Índice de Qualidade do Meio Ambiente) e dez indicadores alcançaram resultado acima de 0,5: Planejamento da Despesa; Complexidade Tributária; Independência Tributária; Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; Restos a Pagar Pagos; Investimentos; Indicador de Transparência; Despesa de Pessoal; Índice de Qualidade da Saúde; e Índice de Qualidade da Educação. Três indicadores (Captação de Recursos; Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida; e Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida) tiveram resultado abaixo de 0,5, lhe permitindo, assim, a terceira posição no *Ranking* do ICGM 2021 no grupo dos municípios do Grupo Populacional 4.

**Gráfico 21:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Fortim** (3º lugar)



Fonte: IPECE.

Por outro lado, verifica-se na Tabela 12 os municípios que registraram os menores valores do ICGM 2021 para os municípios do Grupo Populacional 4. **Paramoti** apresentou o menor ICGM 2021 (0,3163), seguido por **Acarape** (0,3223) e **Monsenhor Tabosa** (0,3537). Dentre os dez municípios de menor ICGM 2021 do Grupo Populacional 4, dois estão concentrados na Região de Planejamento do Cariri, dois no Litoral Oeste / Vale do Curu; dois na região Sertões de Crateús e os demais estão distribuídos nas regiões do Centro Sul, Grande Fortaleza, Maciço de Baturité e Vale do Jaguaribe.

**Tabela 12:** *Ranking* dos dez municípios do Grupo Populacional 4 com menor ICGM 2021, Região de Planejamento, população e Índice

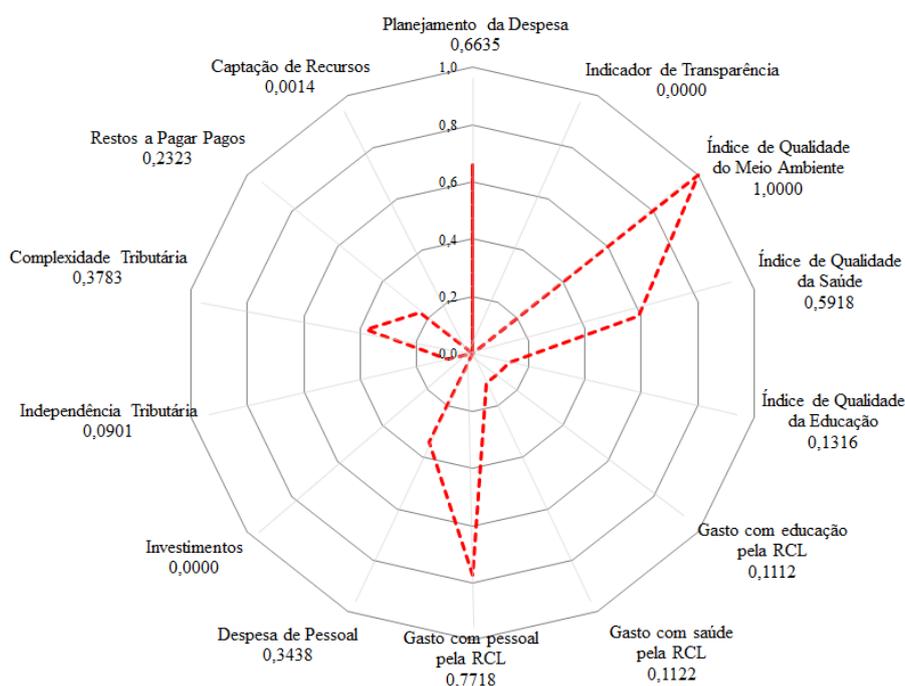
<i>Ranking</i>	Município	Região de Planejamento	População	Índice ICGM 2021
79°	Paramoti	Sertões de Canindé	12.276	0,3163
78°	Acarape	Maciço de Baturité	15.140	0,3223
77°	Monsenhor Tabosa	Sertões de Crateús	17.264	0,3537
76°	Umirim	Litoral Oeste / Vale do Curu	19.976	0,3563
75°	São Luís do Curu	Grande Fortaleza	13.086	0,3639
74°	Jati	Cariri	8.150	0,3692
73°	Farias Brito	Cariri	19.330	0,3702
72°	Apuiarés	Litoral Oeste / Vale do Curu	14.742	0,3728
71°	Potiretama	Vale do Jaguaribe	6.455	0,3768
70°	Saboeiro	Centro Sul	15.757	0,3775

Fonte: IPECE.

Os Gráficos 22 a 24 apresentam os valores padronizados dos indicadores dos três municípios que obtiveram os menores resultados no ICGM 2021, no tocante ao conjunto de municípios classificados como do Grupo Populacional 4.

Dentre os municípios do Grupo Populacional 4, **Paramoti** (Gráfico 22) que obteve a última posição em 2021 obteve valor máximo apenas no indicador Índice de Qualidade do Meio Ambiente e apresentou apenas três indicadores com valores acima de 0,5: Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; Planejamento da Despesa; e Índice de Qualidade da Saúde. Dez indicadores tiveram resultado abaixo de 0,5: Complexidade Tributária; Despesa de Pessoal; Restos a Pagar Pagos; Índice de Qualidade da Educação; Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida; Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida; Independência Tributária; Captação de Recursos; Investimentos; e o Indicador de Transparência.

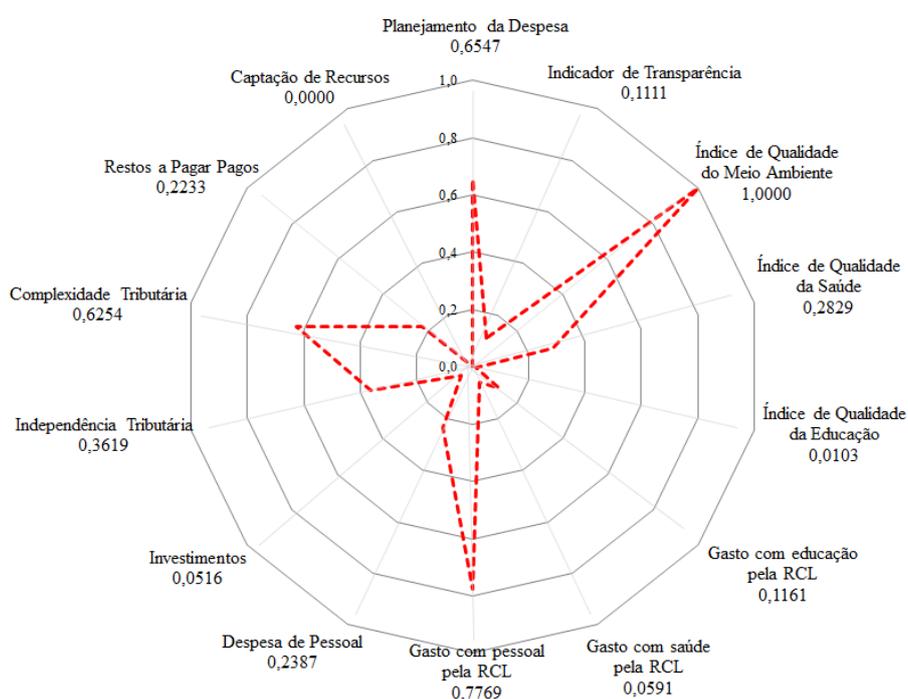
**Gráfico 22:** Valores padronizados dos indicadores para o município de **Paramoti** (79º lugar)



Fonte: IPECE.

Na sequência, o município de **Acarape** (Gráfico 23), ocupando a 78ª posição no *Ranking* dos municípios do Grupo Populacional 4, que também teve apenas o indicador Índice de Qualidade do Meio Ambiente com valor 1,0 e anotou bons resultados em apenas três indicadores, com valores acima de 0,5: Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; Planejamento da Despesa; e Complexidade Tributária. Os indicadores Independência Tributária; Índice de Qualidade da Saúde; Despesa de Pessoal; Restos a Pagar Pagos Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida; Indicador de Transparência; Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida; Investimentos; Índice de Qualidade da Educação; e Captação de Recursos tiveram resultado abaixo de 0,5.

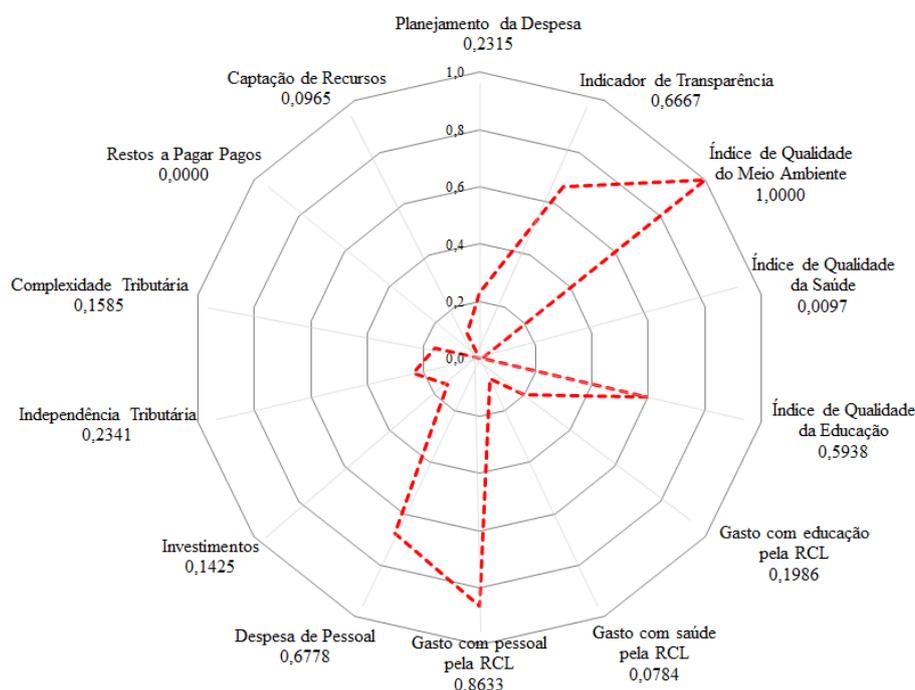
**Gráfico 23:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Acarape** (78º lugar)



Fonte: IPECE.

Por fim, **Monsenhor Tabosa** (Gráfico 24) ficando na 77ª posição no *Ranking* do ICGM 2021 dentre os municípios do Grupo Populacional 4, conseguiu apresentar valor máximo no indicador Índice de Qualidade do Meio Ambiente, e os indicadores Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida; Despesa de Pessoal; Indicador de Transparência; e obtiveram resultados acima de 0,5. Nove indicadores tiveram resultado abaixo de 0,5: Independência Tributária; Planejamento da Despesa; Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida; Complexidade Tributária; Investimentos; Captação de Recursos; Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida; Índice de Qualidade da Saúde; e Restos a Pagar Pagos.

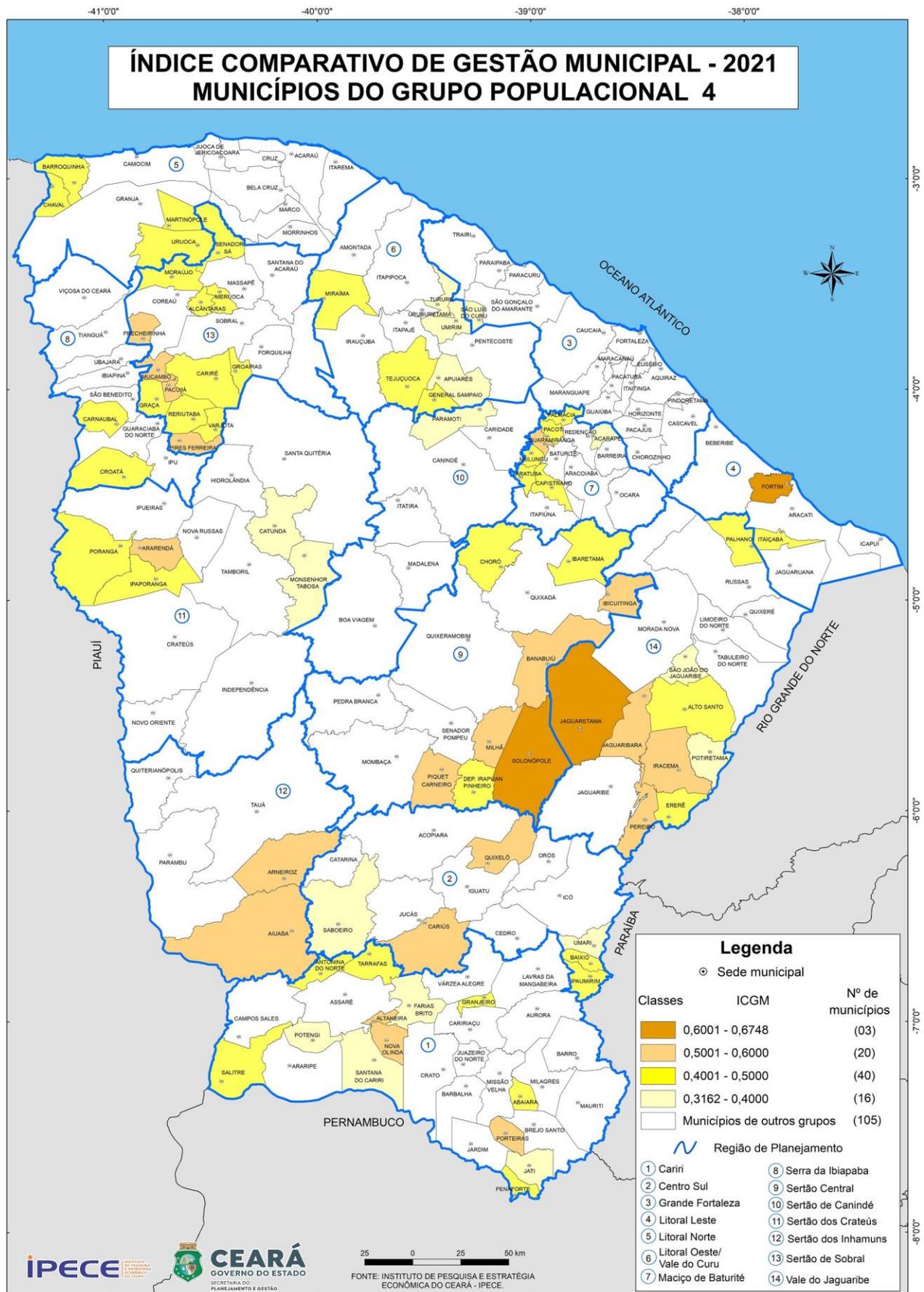
**Gráfico 24:** Valores padronizados dos Indicadores para o município de **Monsenhor Tabosa** (77º lugar)



Fonte: IPECE.

A Tabela 5.2, no Apêndice 3, apresenta os valores dos indicadores, sem padronização, por ordem alfabética, para os municípios do Grupo Populacional 3.

O Mapa 4 apresenta a classificação geográfica do ICGM 2021 quanto aos municípios do **Grupo Populacional 4**, verificando-se que um total de 3 municípios tiveram o valor do ICGM 2021 superior a 0,6, tendo-se em seguida um total de 20 municípios com valores entre 0,5001 e 0,6000.



Mapa 4: ICGM 2021 dos municípios do Grupo Populacional 4. Fonte: IPECE.

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande desafio de um gestor público estar na superação dos desafios e limites financeiros, além das adversidades exógenas, como por exemplo, os aspectos naturais. Mesmo diante esses obstáculos, o gestor público deveria buscar soluções para melhorar a qualidade de vida de cada cidadão e realizar o desenvolvimento sustentável do município.

A gestão pública deve, assim, estar alicerçada em evidências e diante disto conhecer a realidade do município. Conhecer informações sobre receitas, despesas, gastos com serviços de saúde e educação passam a ser pontos essenciais. Diante essa necessidade o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) resolveu desenvolver um índice geral capaz de consolidar todas essas informações, possibilitando o monitoramento da gestão pública municipal através de uma análise comparativa com o desempenho dos demais municípios localizados no estado do Ceará, criando para isso o Índice Comparativo de Gestão Municipal (ICGM).

O ICGM propõe-se, assim, subsidiar a gestão pública municipal na elaboração de políticas com base nos resultados alcançados, gerar uma competitividade saudável entre os municípios e estimular uma maior integração entre governo e a sociedade.

Para tornar a análise mais apropriada e comparável, o cálculo do ICGM fez uso do corte por porte populacional, visto que a gestão municipal é fortemente afetada por aspectos demográficos, especialmente pelo porte hierárquico do município. Isso ajuda também a perceber melhor o grau de influência de seus pares, aspecto que vem sendo frequentemente utilizado como variável de estratificação de municípios brasileiros em vários estudos, envolvendo a gestão pública.

Desta forma, os municípios foram separados em quatro grupos cada um apresentando diferentes cortes populacionais: Grupo Populacional 1 com 9 municípios (população acima de 100 mil habitantes); Grupo Populacional 2 com 28 municípios (população acima de 50 mil e menor que 100 mil habitantes); Grupo Populacional 3 com 68 municípios (população acima de 20 mil e menor que 50 mil habitantes); e Grupo Populacional 4 com 79 municípios (população até 20 mil habitantes).

Dando seguimento aos aspectos metodológicos, destaca-se que o referido índice é composto por quatorze indicadores, que disponibilizam informações comuns aos 184 municípios e que permite uma coleta de forma continuada e de fácil acesso anualmente, agrupados em quatro dimensões: Planejamento, Recursos Financeiros, Serviços e Transparência. Tais indicadores foram coletados e padronizados, considerando-se valores de 0 a 1. Assim, para cada porte populacional, tem-se que o cálculo do ICGM corresponde à média aritmética simples dos quatorze indicadores.

É possível observar, como principais resultados encontrados, por grupo populacional, que dentre os nove municípios que compõem o **Grupo Populacional 1**, aquele que apresentou o maior ICGM 2021 foi **Sobral** (0,7307), seguido por **Crato** (0,6416) e **Fortaleza** (0,5787), revelando-se como os três municípios de melhor gestão municipal neste grupo. Enquanto isso, o menor resultado foi observado em **Maranguape** (0,3696), acompanhado de **Iguatu** (0,3804) e **Caucaia** (0,3946).

Em relação aos vinte e oito municípios considerados do **Grupo Populacional 2**, **Granja** apresentou o maior ICGM 2021 (0,6143), seguido por **Russas** (0,5852) e **Eusébio** (0,5670), revelando-se como um *benchmarking* a ser alcançado pelos demais municípios deste grupo. Em

contrapartida, **Tianguá** apresentou o menor índice (0,3646) dentre os municípios considerados do Grupo Populacional 2, seguido por **Aquiraz** (0,3833) e **Morada Nova** (0,3983).

Com relação ao **Grupo Populacional 3** que abrange sessenta e oito municípios, o maior ICGM 2021 foi evidenciado por **Itatira** (0,7120), seguido por **Senador Pompeu** (0,6418) e **Jijoca de Jericoacoara** (0,6377), ou seja, os municípios referência em gestão pública municipal do citado grupo. Considerando os municípios com menores ICGM 2021, neste grupo, tem-se **Missão Velha** (0,3345), posteriormente **Milagres** (0,3482) e **Catarina** (0,3819)

E por fim, dentre os setenta e nove municípios do **Grupo Populacional 4**, aquele que alcançou a melhor nota foi **Solonópole** (0,6742), seguido dos municípios de **Jaguaretama** (0,6615) e **Fortim** (0,6333), isto é, os municípios com melhor gestão municipal dentro do grupo dos municípios menos populosos. Enquanto **Paramoti** apresentou o menor ICGM 2021 (0,3163), ficando acima dele, **Acarape** (0,3223) e **Monsenhor Tabosa** (0,3537)

Desta forma o IPECE, por meio do ICGM 2021, oferece um relevante instrumento de controle para toda a sociedade e mais uma ferramenta de gestão pública que poderá nortear as ações dos municípios cearenses que buscam o aprimoramento contínuo dos seus processos decisórios focado em evidências.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Jevuks M., SIQUEIRA, Rozane B. Demanda por gastos públicos locais: evidências dos efeitos de ilusão fiscal no Brasil. *Estud. Econ.* vol.46 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 13 de abril de 2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasil: Presidência da República, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 131 de 27 de maio de 2009 - Lei da Transparência. Brasil: Presidência da República, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm). Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. Brasil: Presidência da República, 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4769.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4769.htm). Acesso em: 19 de abril de 2021.

CEARÁ. Decreto Estadual nº 32.483 de 29 de dezembro de 2017 - Modifica IQM. Ceará: SEMA, 2017. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/legislacao-cota-parte-icms/>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

CEARÁ. Decreto Estadual nº 32.926 de 28 de dezembro de 2018 - Modifica IQM. Ceará: SEMA, 2017. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/legislacao-cota-parte-icms/>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

CEARÁ. Decreto Estadual nº 33.412 de 20 de dezembro de 2019 - Modifica IQE. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/legislacao-cota-parte-icms/>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

CEARÁ. Decreto Estadual nº 33.424 de 07 de janeiro de 2021 - Modifica IQS. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/legislacao-cota-parte-icms/>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

CLP. *Ranking* de Competitividade dos Municípios. Rio de Janeiro: CLP, 2021. Disponível em: <https://conteudo.clp.org.br/Ranking-de-competitividade-dos-municipios>. Acesso em: 18 de abril de 2021.

FAUSTO, M. C.R., GIOVANELLA, L, MENDONÇA, M. H. M. de, FONSECA, H. M. S., LIMA, J. G. A posição da estratégia saúde da família na rede de atenção à saúde na perspectiva das equipes e usuários participantes do PMAQ-AB 2012. *Saúde Debate*. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v38nspe/0103-1104-sdeb-38-spe-0013.pdf>. doi: 10.5935/0103-1104.2014S003. Acesso em: 01 de maio de 2021.

FIRJAN. Índice Firjan de Gestão Fiscal 2019 - Anexo Metodológico. Rio de Janeiro: Firjan, 2018. (Índice Firjan) (Pesquisas e Estudos Socioeconômicos). Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

IBGE. Perfil dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro. 2019. 94 pg. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101770>. Acesso em: 10 de março de 2021.

IPECE. Índice Comparativo de Gestão Municipal (ICGM) dos municípios cearenses - 2016. Fortaleza, Ce: IPECE, 2018. (Nota Técnica nº 67). Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/notas-tecnicas/>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, v 56 nº 2. Brasília: ENAP. Abr/Jun 2005. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/archive>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil - Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações. 6ª edição. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. 16ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

PONTES, Marcela Amaral, TAVARES, Noemia Uruth Leão, FRANCISCO, Priscila Maria Stolses Bergamo, NAVES, Janeth de Oliveira Silva. Aplicação de recursos financeiros para aquisição de medicamentos para atenção básica em municípios brasileiros. Revista Ciência & Saúde Coletiva. Vol. 22 - nº 8. Rio de Janeiro-RJ: Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), agosto/2017. Disponível em: <https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/edicoes/assistencia-farmacologica-e-acesso-a-medicamentos/170>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

RIANI, Flávio. Economia do Setor Público: Uma Abordagem Introdutória. Editora Atlas S.A., 4ª Edição, São Paulo. 2002.

SEIDL, H. M. F., VIEIRA, S. P., FAUSTO, M. C. R., LIMA, R. C. D., GAGNO, J. L. Gestão do trabalho na atenção básica em saúde: uma análise a partir da perspectiva das equipes participantes do PMAQ-2012. Saúde Debate. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v38nspe/0103-1104-sdeb-38-spe-0094.pdf>. doi: 10.5935/0103-1104.2014S008. Acesso em: 01 de maio de 2021.

SESI PR. Construção e Análise de Indicadores. Curitiba - PR: Serviço Social da Indústria. Departamento Regional do Estado do Paraná. Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade, 2010. Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/construcao-e-analise-de-indicadores.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/construcao-e-analise-de-indicadores.pdf). Acesso em: 25 de abril de 2021.

TCESP. Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Manual 2021, dados do exercício 2019. São Paulo: TCESP, 2019. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/manual-ieg-m-2021>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

WILLEMANN, M. C. A., MEDEIROS, J. M., LACERDA, J. T., CALVO, M. C. M. Atualização intercensitária de estratificação de municípios brasileiros para avaliação de desempenho em saúde, Epidemiol. Serviço de Saúde [Internet] 2019; 28(3):e2018377. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-96222019000300700.pdf](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222019000300700.pdf). doi: 10.5123/S1679-49742019000300004. Acesso em: 01 de maio de 2021.

**APÊNDICES**

## Apêndice 1: Ficha Técnica dos Indicadores

### PLANEJAMENTO

#### ❑ **Indicador:** Planejamento da Despesa (PD)

- Descrição do Indicador: Participação da despesa que não foi paga no próprio exercício. Mensura a adequação do planejamento de despesas do município
- Fórmula: Despesa de Exercício Anterior (DEA) dividida pela despesa total do município (despesas orçamentárias no total geral de despesas empenhadas) x 100
- Unidade de Medida: Porcentagem (%)
- Intervalo de Variação: De 0% a 100%
- Polaridade: Quanto **menor**, melhor. Quanto maior esse indicador mais o município paga as despesas do ano anterior no presente ano
- Periodicidade: Anual
- Ano da Informação: 2021
- Data da Coleta: 06/03/2023
- Fonte: SICONFI. Despesas Orçamentárias (Anexo I-D)
- Endereço: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

#### ❑ **Indicador:** Captação de Recursos

- Descrição do Indicador: Avalia a capacidade de captação de recursos do município. Valor de recursos captados em convênio dividido pela receita corrente total do município
- Fórmula: (Valor de recursos captados em convênio / receita corrente total do município) x 100
- Unidade de Medida: Porcentagem (%)
- Intervalo de Variação: De 0% a 100%
- Polaridade: Quanto **maior**, melhor
- Periodicidade: Anual
- Ano da Informação: 2021
- Data da Coleta: 06/03/2023
- Fonte: SICONFI. Despesas Orçamentárias (Anexo I-C)
- Endereço: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

#### ❑ **Indicador:** Restos a Pagar Pagos (RPP)

- Descrição do Indicador: Identificar os municípios com melhor planejamento de longo prazo, dado que valores implicam que os gestores estão preocupados com a solvência das contas públicas para os exercícios futuros.
- Fórmula:  $100 * \frac{Rp \text{ não processados pagos} + RP \text{ Processados Pagos}}{RP \text{ não processados} + RP \text{ Processados}}$
- Unidade de Medida: Porcentagem (%)
- Intervalo de Variação: De 0% a 100%
- Polaridade: Quanto **maior**, melhor
- Periodicidade: Anual
- Ano da Informação: 2021
- Data da Coleta: 23/02/2023
- Fonte: SICONFI. Execução de Restos a Pagar por Função (Anexo I-G)
- Endereço: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

**RECURSOS FINANCEIROS****Composição da Receita****❑ Indicador:** Independência Tributária

- Descrição do Indicador: Tem por objetivo medir o quanto as receitas próprias representam na receita corrente.
- Fórmula:  $100 * \frac{Rec.Tributária}{Rec.Corrente}$
- Unidade de Medida: Porcentagem (%)
- Intervalo de Variação: De 0% a 100%
- Polaridade: Quanto **maior**, melhor
- Periodicidade: Anual
- Ano da Informação: 2021
- Data da Coleta: 06/03/2023
- Fonte: SICONFI. Despesas Orçamentárias (Anexo I-C)
- Endereço: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

**❑ Indicador:** Complexidade Tributária

- Descrição do Indicador: O Indicador de Complexidade Tributária, sugerido por Araújo e Siqueira (2016)<sup>(9)</sup>, utiliza o índice de Hirschman-Herfindah (IHH) para identificar o quanto a receita tributária é concentrada entre os tributos locais
- Fórmula:

$$R_i = \frac{\sum_i \left( \frac{R_i}{\sum_i R_i} \right)^2}{IPTU, ITBI, ISSQN, Taxas e Contr. Melhoria}$$

- Unidade de Medida: Adimensional
- Intervalo de Variação: De 0 a 100
- Polaridade: Quanto **menor**, melhor. Quanto mais próximo de 0,2 melhor, indicando que a receita própria do município é distribuída em vários tributos
- Periodicidade: Anual
- Ano da Informação: 2021
- Data da Coleta: 06/03/2023
- Fonte: SICONFI. Despesas Orçamentárias (Anexo I-C) / Informe IPECE nº 165/2019
- Endereço: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

**Alocação de Despesa****❑ Indicador:** Despesa de Pessoal (DP)

- Descrição do Indicador: Participação da despesa de pessoal na despesa corrente, deve-se frisar que se espera valores mais elevados, dado que a despesa com pessoal é, de uma forma geral a principal despesa dos municípios
- Fórmula:  $100 * \frac{Despesa\ Pessoal}{Despesa\ Corrente}$
- Unidade de Medida: Porcentagem (%)
- Intervalo de Variação: De 0% a 100%
- Polaridade: Quanto **menor**, melhor
- Periodicidade: Anual

- Ano da Informação: 2021
- Data da Coleta: 06/03/2023
- Fonte: SICONFI. Despesas Orçamentárias (Anexo I-D)
- Endereço: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

### ❑ **Indicador:** Investimentos (I)

- Descrição do Indicador: Participação da despesa de capital na despesa orçamentária
- Fórmula:  $100 * \frac{Investimentos}{Desp.Corrente+Desp.Capital}$
- Unidade de Medida: Porcentagem (%)
- Intervalo de Variação: De 0% a 100%
- Polaridade: Quanto **maior**, melhor
- Periodicidade: Anual
- Ano da Informação: 2021
- Data da Coleta: 06/03/2023
- Fonte: SICONFI. Despesas Orçamentárias (Anexo I-D)
- Endereço: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

## Comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL)

### ❑ **Indicador:** Gasto com Pessoal pela Receita Corrente Líquida

- Descrição do Indicador: Comprometimento da RCL com o pagamento pessoal
- Fórmula:  $100 * \frac{Desp.Total\ Pessoal}{RCL}$
- Unidade de Medida: Porcentagem (%)
- Intervalo de Variação: De 0% a 100%
- Polaridade: Quanto **menor**, melhor
- Periodicidade: Anual
- Ano da Informação: 2021
- Data da Coleta: 06/03/2023
- Fonte: SICONFI. Despesas Orçamentárias (Anexo I-D) / Anexo 03 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
- Endereço: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

### ❑ **Indicador:** Gasto com Saúde pela Receita Corrente Líquida

- Descrição do Indicador: Comprometimento da RCL com despesas na função de saúde
- Fórmula:  $100 * \frac{Gasto\ Saúde}{RCL}$
- Unidade de Medida: Porcentagem (%)
- Intervalo de Variação: De 0% a 100%
- Polaridade: Quanto **maior**, melhor
- Periodicidade: Anual
- Ano da Informação: 2021
- Data da Coleta: 06/03/2023
- Fonte: SICONFI. Despesas por Função (Anexo I-E) / Anexo 03 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
- Endereço: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

❑ **Indicador:** Gasto com Educação pela Receita Corrente Líquida

- Descrição do Indicador: Comprometimento da RCL com despesas na função de educação
- Fórmula:  $100 * \frac{\text{Gasto Educação}}{RCL}$
- Unidade de Medida: Porcentagem (%)
- Intervalo de Variação: De 0% a 100%
- Polaridade: Quanto **maior**, melhor
- Periodicidade: Anual
- Ano da Informação: 2021
- Data da Coleta: 06/03/2023
- Fonte: SICONFI. Despesas por Função (Anexo I-E) / Anexo 03 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
- Endereço: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

### SERVICOS

❑ **Indicador:** Índice de Qualidade da Educação (IQE)

- Descrição do Indicador: Decreto Nº 33.412 - 20/12/2019.
- Fórmula: SPAECE-ALFA, Fundamental (matemática e português), Taxa de Aprovação Ensino Fundamental
- Unidade de Medida: Adimensional
- Intervalo de Variação: De 0 a 100
- Polaridade: Quanto **maior**, melhor
- Periodicidade: Anual
- Ano da Informação: 2021
- Data da Coleta: 01/03/2023
- Fonte: IPECE
- Endereço: <https://www.ipece.ce.gov.br/cota-parte-do-icms/>

❑ **Indicador:** Índice de Qualidade da Saúde (IQS)

- Descrição do Indicador: Decreto Nº 33.424 - 07/01/2021.
- Fórmula: Taxa de Mortalidade Infantil, Número de óbitos por AVC e IAM, Mortes por acidente de trânsito envolvendo motocicletas.
- Unidade de Medida: Adimensional
- Intervalo de Variação: De 0 a 100
- Polaridade: Quanto **maior**, melhor
- Periodicidade: Anual
- Ano da Informação: 2021
- Data da Coleta: 01/03/2023
- Fonte: IPECE
- Endereço: <https://www.ipece.ce.gov.br/cota-parte-do-icms/>

### ❑ **Indicador:** Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM)

- Descrição do Indicador: Decretos nº 32.483 - 29/12/2017 e nº 32.926 - 28/12/2018
- Fórmula:
  - Implantação da Estrutura Operacional definida pelo PGIRSU
  - Implantação da Coleta Sistemática
  - Implantação da Coleta Seletiva
  - A apresentação da Licença de Instalação válida para a disposição final dos Resíduos Sólidos Urbanos, preferencialmente consorciada
  - Apresentação da Lei Municipal que Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos Sólidos ou Consórcio Público para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
- Unidade de Medida: Adimensional
- Intervalo de Variação: De 0 a 100
- Polaridade: Quanto **maior**, melhor
- Periodicidade: Anual
- Ano da Informação: 2021
- Data da Coleta: 01/03/2023
- Fonte: IPECE
- Endereço: <https://www.ipece.ce.gov.br/cota-parte-do-icms/>

## TRANSPARÊNCIA

### ❑ **Indicador:** Indicador de Transparência (IT)

- Descrição do Indicador: Mede a situação de transparência dos municípios cearenses ao longo de um determinado ano, com base no monitoramento mensal do TCE, visando cumprir os dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e da Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência), avaliando dois aspectos: (i) Transparência na Gestão Fiscal e (ii) Tempo Real, podendo ser: **Regular** (1) ou **Irregular** (0).
- Fórmula:  $IT_i = \frac{\sum_{i=1}^n I_{ij}}{n}$
- Unidade de Medida: Adimensional.
- Intervalo de Variação: De 0 a 1.
- Polaridade: Quanto **maior**, melhor.
- Periodicidade: Anual.
- Ano da Informação: 2021
- Data da Coleta: 21/03/2022
- Fonte: TCE, IPECE.
- Endereço: <https://www.tce.ce.gov.br/>, <https://www.ipece.ce.gov.br/>

## Apêndice 2: Indicadores, sem padronização, por ordem alfabética para os municípios do Grupo Populacional 1.

Tabela 2.1: Indicadores, sem padronização, por ordem alfabética para os municípios do Grupo Populacional 1.

Ranking	Município	Planejamento da Despesa (%) (P1 / P2)	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
1°	Caucaia	1,49	1,06	24,44	0,51	12,80	13,88	53,66
2°	Crato	0,01	2,25	85,48	0,47	9,69	8,88	53,87
3°	Fortaleza	0,92	0,24	78,26	0,43	27,11	10,20	53,91
4°	Iguatu	0,04	0,31	0,00	0,49	6,82	2,58	53,04
5°	Itapipoca	0,30	1,27	11,65	0,49	5,45	9,63	55,17
6°	Juazeiro do Norte	0,03	0,26	31,06	0,45	14,79	9,21	67,81
7°	Maracanaú	0,05	0,07	89,78	0,46	11,05	9,28	57,55
8°	Maranguape	0,10	1,15	15,03	0,42	5,67	4,37	62,62
9°	Sobral	0,05	0,95	82,79	0,35	10,89	12,87	40,75

(continuação)

Ranking	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
1°	Caucaia	53,59	82,81	126,47	0,0019	0,0052	0,0040	0,67
2°	Crato	52,54	110,18	77,38	0,0051	0,0049	0,0058	0,92
3°	Fortaleza	56,60	98,62	72,40	0,0040	0,0051	0,0058	1,00
4°	Iguatu	47,85	104,80	75,00	0,0019	0,0049	0,0058	0,75
5°	Itapipoca	54,06	104,87	111,87	0,0045	0,0047	0,0058	0,92
6°	Juazeiro do Norte	62,43	81,47	98,98	0,0025	0,0047	0,0058	0,92
7°	Maracanaú	51,07	91,40	84,44	0,0038	0,0053	0,0035	0,83
8°	Maranguape	60,54	89,51	109,09	0,0041	0,0050	0,0017	0,83
9°	Sobral	38,34	110,14	87,02	0,0081	0,0040	0,0058	0,83

Fonte: IPECE.

**Apêndice 3: Região de Planejamento, População, Resultados do ICGM 2021 e os indicadores, sem padronização por *Ranking* para os municípios do Grupo Populacional 2.**

**Tabela 3.1:** Região de Planejamento, População e Índice do ICGM 2021 por *Ranking* para os municípios do Grupo Populacional 2.

<i>Ranking</i>	Município	Região de Planejamento	População	Índice ICGM 2021
1º	Granja	Litoral Norte	55.170	0,6143
2º	Russas	Vale do Jaguaribe	79.550	0,5852
3º	Eusébio	Grande Fortaleza	55.035	0,5670
4º	Crateús	Sertões de Crateús	75.241	0,5656
5º	Quixeramobim	Sertão Central	82.455	0,5640
6º	Aracati	Litoral Leste	75.392	0,5459
7º	Acaraú	Litoral Norte	63.556	0,5402
8º	Camocim	Litoral Norte	64.147	0,5353
9º	Trairi	Grande Fortaleza	56.653	0,5275
10º	Brejo Santo	Cariri	50.195	0,5197
11º	Limoeiro do Norte	Vale do Jaguaribe	60.232	0,5152
12º	Cascavel	Grande Fortaleza	72.706	0,5117
13º	Horizonte	Grande Fortaleza	69.688	0,5042
14º	Icó	Centro Sul	68.303	0,4907
15º	Viçosa do Ceará	Serra da Ibiapaba	61.916	0,4808
16º	Canindé	Sertões de Canindé	77.484	0,4783
17º	Tauá	Sertões de Inhamuns	59.259	0,4440
18º	Pacajus	Grande Fortaleza	74.145	0,4392
19º	Barbalha	Cariri	61.662	0,4190
20º	Boa Viagem	Sertões de Canindé	54.680	0,4173
21º	Beberibe	Litoral Leste	54.315	0,4172
22º	Quixadá	Sertão Central	88.899	0,4066
23º	Acopiara	Centro Sul	54.687	0,4041
24º	Pacatuba	Grande Fortaleza	85.647	0,4027
25º	Itapajé	Litoral Oeste / Vale do Curu	53.448	0,4000
26º	Morada Nova	Vale do Jaguaribe	61.590	0,3983
27º	Aquiraz	Grande Fortaleza	81.581	0,3833
28º	Tianguá	Serra da Ibiapaba	77.111	0,3646

Fonte: IPECE.

**Tabela 3.2:** Indicadores, sem padronização, por ordem alfabética para os municípios do Grupo Populacional 2.

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
1º	Acaraú	0,03	4,49	14,53	0,55	6,18	8,98	54,49
2º	Acopiara	0,42	1,38	54,52	0,66	4,25	4,96	54,24
3º	Aquiraz	0,71	0,23	30,52	0,39	24,62	5,02	56,54
4º	Aracati	0,49	0,68	34,68	0,37	10,93	15,02	52,54
5º	Barbalha	3,32	0,21	51,59	0,60	3,81	1,26	37,30
6º	Beberibe	0,35	0,64	22,11	0,36	8,86	2,21	67,92
7º	Boa Viagem	0,07	0,77	17,95	0,42	3,97	7,22	69,65
8º	Brejo Santo	0,34	0,30	0,00	0,39	4,87	17,13	54,20
9º	Camocim	0,02	0,82	32,08	0,37	4,33	4,99	50,49
10º	Canindé	0,76	0,19	48,20	0,41	5,94	4,19	65,77

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
1º	Acaraú	50,63	79,74	129,81	0,0065	0,0045	0,0058	0,67
2º	Acopiara	53,26	77,67	90,12	0,0032	0,0044	0,0058	0,83
3º	Aquiraz	55,75	78,72	102,28	0,0034	0,0050	0,0017	0,67
4º	Aracati	51,35	83,01	99,30	0,0038	0,0067	0,0058	0,83
5º	Barbalha	38,02	192,22	68,21	0,0066	0,0049	0,0058	0,33
6º	Beberibe	67,48	71,35	122,10	0,0038	0,0052	0,0058	0,92
7º	Boa Viagem	74,81	76,70	108,37	0,0039	0,0088	0,0058	0,67
8º	Brejo Santo	48,87	113,31	111,00	0,0035	0,0046	0,0058	1,00
9º	Camocim	49,27	100,31	117,71	0,0067	0,0043	0,0058	0,83
10º	Canindé	67,41	84,78	114,22	0,0049	0,0086	0,0058	0,92

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
11º	Cascavel	0,09	0,79	67,54	0,39	5,95	6,69	57,98
12º	Crateús	0,03	2,58	20,11	0,46	6,63	6,90	50,49
13º	Eusébio	0,44	0,30	28,05	0,33	31,21	8,01	51,27
14º	Granja	0,20	1,55	90,83	0,51	4,07	16,06	50,84
15º	Horizonte	0,06	0,60	69,16	0,39	9,84	7,63	62,96
16º	Icó	0,34	2,93	39,63	0,63	4,11	6,29	47,91
17º	Itapajé	0,15	0,55	24,32	0,50	3,04	4,98	68,86
18º	Limoeiro do Norte	0,09	0,63	38,64	0,71	8,28	9,33	47,58
19º	Morada Nova	0,56	0,37	54,19	0,58	4,57	7,62	60,75
20º	Pacajus	3,11	0,28	52,95	0,33	6,14	5,74	59,04

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
11º	Cascavel	59,26	91,43	120,97	0,0043	0,0051	0,0058	0,83
12º	Crateús	45,99	104,47	114,06	0,0064	0,0039	0,0058	1,00
13º	Eusébio	45,03	75,01	77,79	0,0054	0,0056	0,0052	1,00
14º	Granja	46,11	78,02	142,70	0,0052	0,0043	0,0058	0,92
15º	Horizonte	57,65	78,16	111,85	0,0048	0,0049	0,0058	0,83
16º	Icó	45,92	96,14	120,36	0,0025	0,0049	0,0058	0,83
17º	Itapajé	71,21	77,75	120,11	0,0056	0,0045	0,0058	0,92
18º	Limoeiro do Norte	45,79	92,34	102,59	0,0044	0,0072	0,0058	0,92
19º	Morada Nova	61,07	73,29	104,77	0,0032	0,0062	0,0058	0,67
20º	Pacajus	57,54	81,55	102,09	0,0040	0,0060	0,0058	1,00

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
21°	Pacatuba	0,00	0,36	0,00	0,65	7,53	15,16	51,89
22°	Quixadá	1,71	0,32	23,49	0,41	7,94	1,65	63,97
23°	Quixeramobim	0,54	0,20	30,89	0,42	4,60	8,08	55,87
24°	Russas	0,00	1,19	43,46	0,32	8,10	4,44	52,89
25°	Tauá	2,34	1,80	30,76	0,52	3,62	3,85	51,79
26°	Tianguá	0,86	2,78	12,90	0,56	5,32	8,95	58,49
27°	Trairi	0,39	0,39	67,91	0,46	10,20	6,93	57,16
28°	Viçosa do Ceará	0,18	0,58	31,51	0,40	2,41	7,66	62,18

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
21°	Pacatuba	46,24	80,16	91,35	0,0038	0,0056	0,0035	0,75
22°	Quixadá	67,70	103,22	91,90	0,0033	0,0091	0,0058	0,83
23°	Quixeramobim	56,01	92,43	117,67	0,0081	0,0094	0,0058	0,75
24°	Russas	54,52	93,67	117,56	0,0062	0,0070	0,0058	0,92
25°	Tauá	34,84	74,85	56,76	0,0034	0,0091	0,0058	0,83
26°	Tianguá	52,03	102,84	111,13	0,0043	0,0046	0,0017	0,58
27°	Trairi	51,89	86,37	127,14	0,0044	0,0054	0,0058	0,92
28°	Viçosa do Ceará	56,56	61,78	142,91	0,0045	0,0040	0,0058	0,92

Fonte: IPECE.

**Apêndice 4: Região de Planejamento, População, Resultados do ICGM 2021 e os indicadores, sem padronização por *Ranking* para os municípios do Grupo Populacional 3.**

**Tabela 4.1:** Região de Planejamento, População e Índice do ICGM 2021 por *Ranking* para os municípios do Grupo Populacional 3.

<i>Ranking</i>	Município	Região de Planejamento	População	Índice ICGM 2021
1º	Itatira	Sertões de Canindé	22.018	0,7120
2º	Senador Pompeu	Sertão Central	25.418	0,6418
3º	Jijoca de Jericoacoara	Litoral Norte	20.351	0,6377
4º	Jaguaribe	Vale do Jaguaribe	34.592	0,6102
5º	Nova Russas	Sertões de Crateús	32.487	0,5790
6º	Tabuleiro do Norte	Vale do Jaguaribe	32.079	0,5769
7º	Mombaça	Sertão Central	43.917	0,5688
8º	Guaraciaba do Norte	Serra da Ibiapaba	40.921	0,5641
9º	Independência	Sertões de Crateús	26.196	0,5591
10º	Parambu	Sertões de Inhamuns	31.391	0,5432
11º	Morrinhos	Litoral Norte	22.830	0,5410
12º	Irauçuba	Litoral Oeste / Vale do Curu	24.450	0,5380
13º	Tamboril	Sertões de Crateús	26.199	0,5351
14º	Quiterianópolis	Sertões de Inhamuns	21.246	0,5321
15º	Orós	Centro Sul	21.342	0,5317
16º	Itarema	Litoral Norte	42.595	0,5301
17º	Paracuru	Grande Fortaleza	35.526	0,5285
18º	Várzea Alegre	Cariri	41.078	0,5283
19º	Pentecoste	Litoral Oeste / Vale do Curu	38.045	0,5266
20º	Ipu	Serra da Ibiapaba	42.148	0,5258
21º	Ubajara	Serra da Ibiapaba	35.295	0,5243
22º	Cruz	Litoral Norte	25.121	0,5241
23º	Pindoretama	Grande Fortaleza	20.964	0,5192
24º	Icapuí	Litoral Leste	20.183	0,5170
25º	Chorozinho	Grande Fortaleza	20.286	0,5140
26º	Aracoiaba	Maçico de Baturité	26.600	0,5130
27º	Madalena	Sertões de Canindé	20.031	0,5125
28º	Quixeré	Vale do Jaguaribe	22.432	0,5096
29º	Forquilha	Sertão de Sobral	24.680	0,5085
30º	São Benedito	Serra da Ibiapaba	48.354	0,5011
31º	Marco	Litoral Norte	27.822	0,5004
32º	Pedra Branca	Sertão Central	43.359	0,4980
33º	Redenção	Maçico de Baturité	29.238	0,4955
34º	Jucás	Centro Sul	24.949	0,4931
35º	Itaitinga	Grande Fortaleza	38.661	0,4875
36º	Barro	Cariri	22.834	0,4839
37º	Hidrolândia	Sertões de Crateús	20.126	0,4804
38º	Caridade	Sertões de Canindé	23.011	0,4789
39º	Cedro	Centro Sul	25.612	0,4774

## Índice Comparativo de Gestão Municipal - ICGM 2021

<b>Ranking</b>	<b>Município</b>	<b>Região de Planejamento</b>	<b>População</b>	<b>Índice ICGM 2021</b>
40°	Assaré	Cariri	23.537	0,4764
41°	São Gonçalo do Amarante	Grande Fortaleza	49.306	0,4674
42°	Itapiúna	Maciço de Baturité	20.653	0,4669
43°	Santa Quitéria	Sertões de Crateús	43.719	0,4621
44°	Campos Sales	Cariri	27.513	0,4608
45°	Ocara	Maciço de Baturité	25.958	0,4575
46°	Aurora	Cariri	24.567	0,4526
47°	Barreira	Maciço de Baturité	22.715	0,4482
48°	Ipueiras	Sertões de Crateús	38.064	0,4476
49°	Jaguaruana	Litoral Leste	33.960	0,4435
50°	Novo Oriente	Sertões de Crateús	28.737	0,4430
51°	Araripe	Cariri	21.707	0,4427
52°	Jardim	Cariri	27.187	0,4368
53°	Uruburetama	Litoral Oeste / Vale do Curu	22.223	0,4359
54°	Lavras da Mangabeira	Cariri	31.476	0,4269
55°	Mauriti	Cariri	48.370	0,4177
56°	Ibiapina	Serra da Ibiapaba	25.165	0,4177
57°	Guaiúba	Grande Fortaleza	26.508	0,4167
58°	Amontada	Litoral Oeste / Vale do Curu	44.195	0,4150
59°	Paraipaba	Grande Fortaleza	33.232	0,4108
60°	Santana do Acaraú	Sertão de Sobral	32.851	0,4106
61°	Massapê	Sertão de Sobral	39.341	0,4102
62°	Baturité	Maciço de Baturité	36.127	0,4056
63°	Coreaú	Sertão de Sobral	23.340	0,4045
64°	Bela Cruz	Litoral Norte	32.851	0,4014
65°	Caririaçu	Cariri	27.008	0,3886
66°	Catarina	Centro Sul	21.041	0,3819
67°	Milagres	Cariri	27.413	0,3482
68°	Missão Velha	Cariri	35.566	0,3345

Fonte: IPECE.

**Tabela 4.2:** Indicadores, sem padronização, por ordem alfabética para os municípios do Grupo Populacional 3.

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
1º	Amontada	0,13	2,06	13,68	0,62	4,39	10,23	76,20
2º	Aracoiaba	0,31	2,27	49,89	0,53	3,68	5,25	56,40
3º	Araripe	0,14	0,35	37,00	0,42	2,97	1,22	69,18
4º	Assaré	0,00	1,05	33,45	0,64	2,95	11,31	64,02
5º	Aurora	1,15	0,35	54,53	0,55	3,32	8,52	62,21
6º	Barreira	0,05	0,63	13,87	0,54	3,69	4,19	64,36
7º	Barro	0,13	0,56	64,22	0,87	2,85	2,72	64,55
8º	Baturité	0,02	0,46	1,40	0,51	3,90	4,29	50,65
9º	Bela Cruz	0,79	0,10	1,31	0,38	3,18	2,81	68,77
10º	Campos Sales	0,00	1,04	0,00	0,68	2,58	4,48	52,51

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
1º	Amontada	77,14	64,33	136,89	0,0026	0,0043	0,0058	0,92
2º	Aracoiaba	60,70	108,65	105,11	0,0034	0,0050	0,0058	0,92
3º	Araripe	72,54	78,52	118,65	0,0044	0,0050	0,0058	0,92
4º	Assaré	52,18	77,41	111,23	0,0049	0,0050	0,0058	0,83
5º	Aurora	54,74	93,72	98,27	0,0023	0,0047	0,0058	1,00
6º	Barreira	61,89	78,13	132,11	0,0036	0,0051	0,0058	1,00
7º	Barro	168,59	274,70	268,17	0,0028	0,0048	0,0058	1,00
8º	Baturité	53,60	126,09	103,99	0,0034	0,0049	0,0058	0,25
9º	Bela Cruz	68,85	95,05	131,28	0,0053	0,0039	0,0058	0,75
10º	Campos Sales	51,22	78,34	112,73	0,0067	0,0045	0,0058	0,83

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
11°	Caridade	2,51	0,46	52,32	0,72	2,15	0,54	44,95
12°	Caririaçu	0,00	0,71	25,09	0,83	2,84	4,99	68,90
13°	Catarina	0,02	0,82	57,97	0,72	2,84	8,16	63,91
14°	Cedro	0,00	0,50	33,13	0,66	4,22	8,56	56,52
15°	Chorozinho	0,23	1,36	41,96	0,61	3,73	7,89	58,22
16°	Coreaú	1,45	0,91	35,99	0,90	2,10	3,78	58,50
17°	Cruz	0,78	3,16	33,46	0,50	6,53	13,05	70,20
18°	Forquilha	0,02	1,68	48,71	0,47	2,57	5,88	60,70
19°	Guaiúba	0,09	0,07	27,52	0,76	2,90	6,42	62,45
20°	Guaraciaba do Norte	0,00	1,66	53,82	0,38	4,02	12,62	66,16

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
11°	Caridade	48,04	73,22	111,67	0,0079	0,0088	0,0058	0,50
12°	Caririaçu	65,60	78,07	112,70	0,0043	0,0039	0,0058	0,92
13°	Catarina	64,24	119,04	95,52	0,0040	0,0056	0,0000	0,67
14°	Cedro	51,11	95,98	110,86	0,0040	0,0040	0,0058	1,00
15°	Chorozinho	59,70	75,95	112,69	0,0071	0,0052	0,0058	0,83
16°	Coreaú	54,59	66,85	138,13	0,0073	0,0040	0,0058	0,67
17°	Cruz	64,56	83,47	118,18	0,0090	0,0043	0,0058	0,58
18°	Forquilha	54,82	70,59	103,65	0,0069	0,0052	0,0058	0,67
19°	Guaiúba	57,46	80,56	136,49	0,0050	0,0055	0,0058	0,58
20°	Guaraciaba do Norte	54,31	65,50	127,71	0,0059	0,0049	0,0058	1,00

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
21°	Hidrolândia	0,28	1,13	40,43	0,62	1,91	5,09	54,02
22°	Ibiapina	3,91	1,48	6,08	0,59	3,75	2,57	61,27
23°	Icapuí	0,00	4,46	54,77	0,83	8,56	19,62	64,83
24°	Independência	0,05	1,51	40,32	0,61	4,05	4,35	53,55
25°	Ipu	0,70	0,85	0,00	0,58	8,28	18,76	51,86
26°	Ipueiras	0,67	1,41	21,05	0,41	2,38	3,09	69,30
27°	Irauçuba	0,04	3,85	19,44	0,76	3,00	13,01	53,95
28°	Itaitinga	0,08	0,23	11,56	0,39	13,06	7,45	58,76
29°	Itapiúna	0,00	1,08	42,14	0,82	4,94	2,12	62,89
30°	Itarema	0,20	2,63	72,49	0,73	5,44	17,75	63,35

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
21°	Hidrolândia	49,39	87,34	106,70	0,0069	0,0043	0,0058	0,67
22°	Ibiapina	58,36	96,01	120,65	0,0085	0,0049	0,0058	0,83
23°	Icapuí	61,39	77,69	83,61	0,0044	0,0072	0,0000	1,00
24°	Independência	46,99	80,56	111,65	0,0082	0,0056	0,0058	1,00
25°	Ipu	50,89	98,10	131,75	0,0070	0,0039	0,0058	0,75
26°	Ipueiras	64,68	63,34	108,24	0,0055	0,0049	0,0058	0,92
27°	Irauçuba	50,27	70,79	125,39	0,0058	0,0046	0,0058	0,92
28°	Itaitinga	61,64	83,17	119,48	0,0037	0,0059	0,0058	0,67
29°	Itapiúna	76,09	84,05	154,26	0,0064	0,0048	0,0058	0,92
30°	Itarema	57,32	69,70	102,33	0,0047	0,0044	0,0058	0,83

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
31°	Itatira	0,15	2,94	76,57	0,54	2,87	13,87	46,67
32°	Jaguaribe	0,21	3,87	58,84	0,38	5,41	9,39	58,50
33°	Jaguaruana	0,28	0,04	38,21	0,66	3,87	2,67	65,53
34°	Jardim	0,01	0,06	46,25	0,51	5,73	4,96	74,23
35°	Jijoca de Jericoacoara	0,11	1,37	57,11	0,43	24,21	9,83	51,05
36°	Jucás	0,04	1,50	8,01	0,35	4,71	6,62	57,22
37°	Lavras da Mangabeira	0,00	0,09	56,59	0,78	2,86	7,06	66,25
38°	Madalena	0,07	0,35	39,88	0,55	3,50	4,72	59,37
39°	Marco	0,09	1,47	0,00	0,52	3,59	16,66	65,13
40°	Massapê	3,37	1,30	51,42	0,69	2,41	1,55	63,44

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
31°	Itatira	41,96	69,47	135,33	0,0087	0,0094	0,0058	0,92
32°	Jaguaribe	52,87	105,77	108,67	0,0056	0,0065	0,0058	0,75
33°	Jaguaruana	66,01	78,42	91,70	0,0043	0,0069	0,0058	1,00
34°	Jardim	63,94	74,56	126,16	0,0046	0,0050	0,0058	0,75
35°	Jijoca de Jericoacoara	44,52	72,96	102,53	0,0079	0,0041	0,0058	0,83
36°	Jucás	56,09	74,48	129,50	0,0047	0,0048	0,0058	0,75
37°	Lavras da Mangabeira	56,70	90,16	106,57	0,0034	0,0050	0,0058	0,83
38°	Madalena	57,18	75,78	125,50	0,0038	0,0086	0,0058	0,92
39°	Marco	55,40	73,14	133,00	0,0061	0,0042	0,0058	0,92
40°	Massapê	60,56	63,82	129,52	0,0074	0,0043	0,0058	0,83

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
41°	Mauriti	0,67	0,18	34,75	0,68	4,63	2,98	64,54
42°	Milagres	0,83	0,00	9,69	0,76	4,29	1,38	63,13
43°	Missão Velha	1,13	0,38	56,08	0,69	3,06	1,43	70,12
44°	Mombaça	0,00	0,88	79,81	0,47	4,47	3,65	57,04
45°	Morrinhos	0,41	3,19	22,37	0,59	1,52	9,66	59,11
46°	Nova Russas	0,26	1,95	32,13	0,45	4,44	13,41	56,08
47°	Novo Oriente	0,71	0,80	1,12	0,79	2,14	7,10	53,77
48°	Ocara	0,00	1,70	24,61	0,55	3,02	5,28	62,37
49°	Orós	0,07	2,52	85,68	0,60	4,13	7,31	58,53
50°	Paracuru	0,36	0,09	46,10	0,42	5,04	7,38	60,73

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
41°	Mauriti	0,67	0,18	34,75	0,0028	0,0045	0,0058	64,54
42°	Milagres	0,83	0,00	9,69	0,0035	0,0049	0,0058	63,13
43°	Missão Velha	1,13	0,38	56,08	0,0023	0,0048	0,0058	70,12
44°	Mombaça	0,00	0,88	79,81	0,0083	0,0040	0,0058	57,04
45°	Morrinhos	0,41	3,19	22,37	0,0076	0,0043	0,0058	59,11
46°	Nova Russas	0,26	1,95	32,13	0,0082	0,0036	0,0058	56,08
47°	Novo Oriente	0,71	0,80	1,12	0,0079	0,0034	0,0058	53,77
48°	Ocara	0,00	1,70	24,61	0,0034	0,0046	0,0058	62,37
49°	Orós	0,07	2,52	85,68	0,0039	0,0049	0,0058	58,53
50°	Paracuru	0,36	0,09	46,10	0,0069	0,0052	0,0058	60,73

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
51°	Paraipaba	0,05	0,00	22,78	0,43	5,10	14,67	60,03
52°	Parambu	0,32	0,10	44,50	0,74	2,40	22,38	59,07
53°	Pedra Branca	0,01	1,05	29,37	0,60	2,81	4,58	72,36
54°	Pentecoste	0,01	1,30	60,64	0,72	3,55	13,02	66,30
55°	Pindoretama	0,22	1,09	48,60	0,40	5,07	6,99	64,85
56°	Quiterianópolis	0,01	0,92	76,73	0,72	2,30	5,88	55,66
57°	Quixeré	0,00	0,55	62,52	0,75	5,08	10,21	61,55
58°	Redenção	0,10	1,48	73,52	0,62	4,22	6,33	64,30
59°	Santa Quitéria	0,05	0,10	46,12	0,41	3,57	2,35	64,31
60°	Santana do Acaraú	1,22	0,37	21,47	0,69	1,91	2,42	66,51

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
51°	Paraipaba	52,41	70,93	123,85	0,0027	0,0050	0,0000	0,83
52°	Parambu	46,43	60,79	117,72	0,0041	0,0090	0,0058	0,92
53°	Pedra Branca	70,74	86,29	135,41	0,0085	0,0089	0,0058	0,58
54°	Pentecoste	60,36	91,26	130,07	0,0062	0,0053	0,0058	0,92
55°	Pindoretama	62,33	80,47	140,30	0,0044	0,0054	0,0058	0,92
56°	Quiterianópolis	61,42	76,91	120,14	0,0074	0,0043	0,0058	1,00
57°	Quixeré	58,78	112,83	103,94	0,0040	0,0066	0,0058	0,92
58°	Redenção	63,64	97,17	86,88	0,0045	0,0054	0,0058	0,83
59°	Santa Quitéria	67,82	100,14	143,62	0,0081	0,0039	0,0017	0,92
60°	Santana do Acaraú	62,57	77,46	130,32	0,0077	0,0035	0,0058	0,92

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
61°	São Benedito	0,31	1,31	20,48	0,46	4,16	9,42	56,85
62°	São Gonçalo do Amarante	0,12	0,24	31,60	0,92	23,55	9,65	45,30
63°	Senador Pompeu	0,05	4,36	55,16	0,46	3,46	8,03	58,73
64°	Tabuleiro do Norte	0,12	2,71	54,07	0,59	5,52	9,06	52,58
65°	Tamboril	0,04	4,04	30,50	0,60	2,47	9,60	66,87
66°	Ubajara	0,99	1,38	48,50	0,50	3,43	12,18	60,59
67°	Uruburetama	0,22	0,02	58,37	0,69	2,52	5,35	65,14
68°	Várzea Alegre	0,55	3,07	56,49	0,53	3,30	11,33	58,59

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
61°	São Benedito	50,53	89,37	135,11	0,0067	0,0043	0,0058	0,58
62°	São Gonçalo do Amarante	42,39	90,59	89,07	0,0056	0,0053	0,0000	0,83
63°	Senador Pompeu	54,04	115,43	82,06	0,0060	0,0091	0,0058	0,92
64°	Tabuleiro do Norte	51,84	104,57	107,01	0,0034	0,0066	0,0058	1,00
65°	Tamboril	60,19	94,27	120,93	0,0084	0,0041	0,0058	0,75
66°	Ubajara	50,52	84,27	125,38	0,0061	0,0041	0,0058	0,92
67°	Uruburetama	59,53	84,05	124,83	0,0031	0,0055	0,0058	0,83
68°	Várzea Alegre	49,97	89,31	101,41	0,0056	0,0042	0,0058	0,92

Fonte: IPECE.

**Apêndice 5: Região de Planejamento, População, Resultados do ICGM 2021 e os indicadores, sem padronização por *Ranking* para os municípios do Grupo Populacional 4.**

**Tabela 5.1:** Região de Planejamento, População e Índice do ICGM 2021 por *Ranking* para os municípios do Grupo Populacional 4

<i>Ranking</i>	Município	Região de Planejamento	População	Índice ICGM 2021
1º	Solonópole	Sertão Central	18.389	0,6748
2º	Jaguaritama	Vale do Jaguaribe	18.133	0,6615
3º	Fortim	Litoral Leste	16.776	0,6333
4º	Guaramiranga	Maciço de Baturité	5.073	0,5734
5º	Pereiro	Vale do Jaguaribe	16.356	0,5707
6º	Ibicuitinga	Sertão Central	12.730	0,5573
7º	Porteiras	Cariri	14.920	0,5468
8º	Altaneira	Cariri	7.712	0,5462
9º	Arneiroz	Sertões de Inhamuns	7.848	0,5460
10º	Quixelô	Centro Sul	16.116	0,5450
11º	Iracema	Vale do Jaguaribe	14.351	0,5440
12º	Mucambo	Sertão de Sobral	14.561	0,5430
13º	Ararendá	Sertões de Crateús	10.983	0,5404
14º	Frecheirinha	Sertão de Sobral	14.195	0,5393
15º	Pacujá	Sertão de Sobral	6.565	0,5323
16º	Aiuaba	Sertões de Inhamuns	17.584	0,5279
17º	Piquet Carneiro	Sertão Central	17.210	0,5173
18º	Cariús	Centro Sul	18.700	0,5163
19º	Banabuiú	Sertão Central	18.313	0,5141
20º	Pires Ferreira	Sertão de Sobral	11.052	0,5060
21º	Milhã	Sertão Central	13.129	0,5032
22º	Nova Olinda	Cariri	15.798	0,5029
23º	Jaguaribara	Vale do Jaguaribe	11.580	0,5008
24º	Uruoca	Litoral Norte	13.988	0,4987
25º	Cariré	Sertão de Sobral	18.470	0,4984
26º	Croatá	Serra da Ibiapaba	18.201	0,4961
27º	Mulungu	Maciço de Baturité	11.056	0,4959
28º	Choró	Sertão Central	13.608	0,4904
29º	Ipaporanga	Sertões de Crateús	11.597	0,4892
30º	Alto Santo	Vale do Jaguaribe	16.077	0,4867
31º	Deputado Irapuan Pinheiro	Sertão Central	9.698	0,4858
32º	Granjeiro	Cariri	4.784	0,4847
33º	Groaíras	Sertão de Sobral	11.219	0,4823
34º	Moraújo	Sertão de Sobral	8.833	0,4787
35º	Poranga	Sertões de Crateús	12.358	0,4744
36º	Pacoti	Maciço de Baturité	12.313	0,4686
37º	Martinópole	Litoral Norte	11.407	0,4661
38º	Alcântaras	Sertão de Sobral	11.846	0,4657

## Índice Comparativo de Gestão Municipal - ICGM 2021

<b>Ranking</b>	<b>Município</b>	<b>Região de Planejamento</b>	<b>População</b>	<b>Índice ICGM 2021</b>
39°	Meruoca	Sertão de Sobral	15.309	0,4648
40°	Miraíma	Litoral Oeste / Vale do Curu	13.965	0,4604
41°	Reritaba	Sertão de Sobral	18.279	0,4567
42°	Palmácia	Maçico de Baturité	13.553	0,4523
43°	Antonina do Norte	Cariri	7.402	0,4504
44°	Baixio	Centro Sul	6.318	0,4504
45°	Varjota	Sertão de Sobral	18.520	0,4503
46°	Salitre	Cariri	16.714	0,4479
47°	Aratuba	Maçico de Baturité	11.759	0,4458
48°	Senador Sá	Sertão de Sobral	7.758	0,4402
49°	Chaval	Litoral Norte	13.112	0,4395
50°	Tarrafas	Cariri	8.555	0,4388
51°	Ibaretama	Sertão Central	13.385	0,4336
52°	Palhano	Vale do Jaguaribe	9.458	0,4270
53°	Ererê	Vale do Jaguaribe	7.254	0,4259
54°	Carnaubal	Serra da Ibiapaba	17.763	0,4259
55°	Penaforte	Cariri	9.207	0,4211
56°	Capistrano	Maçico de Baturité	17.830	0,4211
57°	Itaiçaba	Litoral Leste	7.904	0,4187
58°	Abaicara	Cariri	11.965	0,4162
59°	General Sampaio	Litoral Oeste / Vale do Curu	7.767	0,4082
60°	Barroquinha	Litoral Norte	15.069	0,4074
61°	Tejuçuoca	Litoral Oeste / Vale do Curu	19.551	0,4055
62°	Ipaumirim	Centro Sul	12.507	0,4011
63°	Graça	Sertão de Sobral	14.415	0,4011
64°	Umari	Centro Sul	7.740	0,3974
65°	Potengi	Cariri	11.165	0,3952
66°	Catunda	Sertões de Crateús	10.410	0,3948
67°	São João do Jaguaribe	Vale do Jaguaribe	7.557	0,3922
68°	Santana do Cariri	Cariri	17.726	0,3910
69°	Tururu	Litoral Oeste / Vale do Curu	16.588	0,3836
70°	Saboeiro	Centro Sul	15.757	0,3775
71°	Potiretama	Vale do Jaguaribe	6.455	0,3768
72°	Apuiarés	Litoral Oeste / Vale do Curu	14.742	0,3728
73°	Farias Brito	Cariri	19.330	0,3702
74°	Jati	Cariri	8.150	0,3692
75°	São Luís do Curu	Grande Fortaleza	13.086	0,3639
76°	Umirim	Litoral Oeste / Vale do Curu	19.976	0,3563
77°	Monsenhor Tabosa	Sertões de Crateús	17.264	0,3537
78°	Acarape	Maçico de Baturité	15.140	0,3223
79°	Paramoti	Sertões de Canindé	12.276	0,3163

Fonte: IPECE.

**Tabela 5.2:** Indicadores, sem padronização, por ordem alfabética para os municípios do Grupo Populacional 4.

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
1º	Abaiara	0,11	0,20	70,51	0,75	1,97	2,24	66,57
2º	Acarape	1,07	0,00	19,33	0,56	4,57	1,49	68,71
3º	Aiuaba	0,06	0,63	57,60	0,40	4,07	6,54	49,51
4º	Alcântaras	0,00	2,56	0,00	0,53	2,45	7,83	53,87
5º	Altaneira	0,18	1,04	36,16	0,38	2,15	15,05	59,63
6º	Alto Santo	0,00	2,74	6,34	0,72	2,37	11,94	67,52
7º	Antonina do Norte	0,15	0,08	61,12	0,75	1,32	0,83	56,04
8º	Apuiarés	1,01	0,40	8,76	0,79	2,02	1,37	57,68
9º	Ararendá	0,04	0,52	39,15	0,62	2,38	14,52	58,37
10º	Aratuba	0,07	0,75	44,43	0,53	1,49	3,55	63,44

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
1º	Abaiara	66,98	86,35	116,93	0,0040	0,0045	0,0058	0,83
2º	Acarape	63,46	73,38	109,78	0,0022	0,0057	0,0058	0,33
3º	Aiuaba	45,59	73,16	103,69	0,0035	0,0092	0,0058	0,58
4º	Alcântaras	51,90	82,47	105,12	0,0073	0,0045	0,0058	0,58
5º	Altaneira	55,55	78,01	116,87	0,0088	0,0050	0,0058	0,83
6º	Alto Santo	62,16	83,80	100,76	0,0082	0,0062	0,0058	0,92
7º	Antonina do Norte	55,47	84,34	101,90	0,0075	0,0041	0,0058	0,83
8º	Apuiarés	54,17	84,67	106,77	0,0027	0,0063	0,0058	0,92
9º	Ararendá	52,23	63,74	144,33	0,0096	0,0056	0,0058	0,83
10º	Aratuba	59,80	84,54	119,55	0,0044	0,0051	0,0058	0,83

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
11º	Arneiroz	0,39	3,07	57,19	0,78	2,07	9,09	47,52
12º	Baixio	0,00	3,40	71,88	0,40	2,27	1,41	72,40
13º	Banabuiú	0,05	0,87	43,22	0,55	2,23	7,15	56,65
14º	Barroquinha	1,84	0,09	34,54	0,87	2,36	4,36	59,00
15º	Capistrano	0,12	0,00	41,33	0,62	2,85	0,53	68,19
16º	Cariré	0,35	1,71	34,57	0,54	3,10	11,86	59,70
17º	Cariús	0,00	1,76	64,06	0,65	2,56	19,94	60,79
18º	Carnaubal	0,12	1,05	32,78	0,39	2,39	4,90	64,76
19º	Catunda	3,10	0,32	32,55	0,61	2,33	4,39	62,19
20º	Chaval	0,02	1,18	40,57	0,51	2,68	5,49	66,32

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
11º	Arneiroz	42,10	83,22	95,27	0,0042	0,0095	0,0058	0,92
12º	Baixio	62,49	82,52	80,83	0,0043	0,0040	0,0058	0,67
13º	Banabuiú	56,54	84,92	112,38	0,0043	0,0098	0,0058	0,83
14º	Barroquinha	57,93	76,17	114,25	0,0080	0,0048	0,0058	0,92
15º	Capistrano	76,15	96,00	94,72	0,0055	0,0044	0,0058	1,00
16º	Cariré	50,24	73,66	99,14	0,0074	0,0047	0,0058	0,75
17º	Cariús	47,66	75,44	114,24	0,0031	0,0049	0,0058	0,83
18º	Carnaubal	64,06	100,35	123,21	0,0035	0,0044	0,0058	0,58
19º	Catunda	56,65	86,32	134,24	0,0085	0,0043	0,0058	0,75
20º	Chaval	59,37	83,28	117,27	0,0033	0,0043	0,0058	0,83

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
21°	Choró	0,00	1,87	53,90	0,71	2,49	6,26	62,78
22°	Croatá	0,04	2,81	0,00	0,36	3,12	9,03	57,03
23°	Deput. Irapuan Pinheiro	0,29	1,14	15,18	0,42	3,08	4,57	61,48
24°	Ererê	2,02	1,89	8,06	0,51	0,92	7,59	72,45
25°	Farias Brito	2,46	0,19	33,29	0,68	3,53	6,09	64,42
26°	Fortim	0,03	1,34	69,10	0,33	10,38	15,59	56,61
27°	Frecheirinha	0,32	0,88	76,82	0,69	3,23	10,58	58,39
28°	General Sampaio	2,82	1,09	72,80	0,88	1,75	2,93	53,90
29°	Graça	0,06	0,73	19,48	0,88	2,02	6,08	63,34
30°	Granjeiro	1,09	7,48	37,24	0,94	1,71	13,71	57,24

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
21°	Choró	65,24	89,38	104,26	0,0058	0,0101	0,0058	0,58
22°	Croatá	44,84	72,53	106,08	0,0068	0,0049	0,0058	0,67
23°	Deput. Irapuan Pinheiro	55,49	85,33	86,59	0,0073	0,0050	0,0058	1,00
24°	Ererê	61,01	90,35	87,79	0,0054	0,0115	0,0058	0,75
25°	Farias Brito	55,96	83,62	112,03	0,0062	0,0038	0,0058	0,67
26°	Fortim	54,86	81,74	87,97	0,0061	0,0079	0,0058	0,75
27°	Frecheirinha	52,05	71,13	118,97	0,0076	0,0048	0,0058	1,00
28°	General Sampaio	57,28	81,77	108,40	0,0058	0,0052	0,0058	0,92
29°	Graça	56,44	61,15	143,22	0,0075	0,0036	0,0058	0,67
30°	Granjeiro	50,85	71,50	95,13	0,0066	0,0034	0,0058	0,83

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
31°	Groaíras	1,32	3,82	15,33	0,70	4,34	7,06	59,53
32°	Guaramiranga	0,04	0,12	67,46	0,34	11,41	9,21	57,65
33°	Ibaretama	0,00	0,28	23,71	0,47	3,11	3,35	77,54
34°	Ibicuitinga	0,00	3,94	41,47	0,71	2,07	8,17	60,43
35°	Ipaporanga	0,60	0,89	21,26	0,43	1,41	4,98	53,08
36°	Ipaumirim	0,76	1,49	51,99	0,55	2,74	7,99	62,85
37°	Iracema	0,03	3,42	53,91	0,55	3,97	6,77	65,88
38°	Itaiçaba	0,12	0,40	11,31	0,82	2,40	2,23	63,77
39°	Jaguaretama	0,00	5,10	66,68	0,56	3,29	21,30	50,92
40°	Jaguaribara	0,00	1,18	60,82	0,44	2,56	3,78	64,16

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
31°	Groaíras	54,07	81,95	112,13	0,0080	0,0039	0,0058	1,00
32°	Guaramiranga	57,34	82,24	106,95	0,0044	0,0043	0,0058	0,92
33°	Ibaretama	69,47	72,36	117,64	0,0062	0,0093	0,0058	0,58
34°	Ibicuitinga	56,60	68,01	135,00	0,0074	0,0086	0,0058	1,00
35°	Ipaporanga	49,53	69,53	100,84	0,0085	0,0036	0,0058	1,00
36°	Ipaumirim	57,53	96,97	100,11	0,0022	0,0039	0,0058	0,50
37°	Iracema	66,10	97,28	108,41	0,0071	0,0075	0,0058	0,83
38°	Itaiçaba	60,83	86,51	108,02	0,0062	0,0083	0,0058	0,75
39°	Jaguaretama	47,09	101,23	110,43	0,0062	0,0080	0,0058	0,92
40°	Jaguaribara	62,06	93,72	118,92	0,0038	0,0061	0,0058	1,00

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
41°	Jati	1,18	0,52	55,04	0,90	5,39	6,44	68,25
42°	Martinópolis	0,38	1,02	18,29	0,73	2,30	7,47	50,11
43°	Meruoca	0,05	2,38	6,06	0,63	3,26	3,41	60,58
44°	Milhã	0,00	2,02	16,56	0,54	1,64	4,85	59,91
45°	Miraíma	0,11	1,88	72,50	0,91	2,06	6,43	67,02
46°	Monsenhor Tabosa	2,38	0,72	0,00	0,87	3,20	3,43	52,48
47°	Moraújo	0,01	7,45	38,81	0,93	2,56	20,00	55,52
48°	Mucambo	0,18	4,02	0,00	0,42	2,76	8,64	58,76
49°	Mulungu	0,36	0,14	54,26	0,38	2,84	4,67	55,70
50°	Nova Olinda	0,04	1,39	62,27	0,41	2,77	6,46	64,37

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
41°	Jati	54,79	83,13	98,27	0,0042	0,0044	0,0058	0,50
42°	Martinópolis	46,72	75,95	121,06	0,0071	0,0042	0,0058	0,83
43°	Meruoca	54,37	80,35	103,60	0,0078	0,0041	0,0058	0,92
44°	Milhã	52,83	87,11	99,75	0,0083	0,0082	0,0058	0,75
45°	Miraíma	63,14	82,46	122,68	0,0043	0,0055	0,0058	1,00
46°	Monsenhor Tabosa	53,69	77,38	131,67	0,0066	0,0035	0,0058	0,75
47°	Moraújo	48,68	71,07	113,16	0,0041	0,0045	0,0058	0,25
48°	Mucambo	45,15	82,33	94,97	0,0094	0,0044	0,0058	1,00
49°	Mulungu	53,50	98,20	98,36	0,0060	0,0061	0,0058	0,67
50°	Nova Olinda	64,68	82,88	103,60	0,0053	0,0040	0,0058	1,00

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
51°	Pacoti	0,33	1,31	33,48	0,31	4,87	2,06	62,83
52°	Pacujá	0,02	4,73	24,09	0,80	1,86	10,85	52,40
53°	Palhano	0,10	0,65	47,40	0,51	3,33	1,89	64,92
54°	Palmácia	0,02	0,59	55,24	0,55	2,40	4,21	63,96
55°	Paramoti	1,04	0,01	20,12	0,73	1,66	0,39	64,83
56°	Penaforte	0,00	0,99	76,32	0,95	7,07	2,27	70,62
57°	Pereiro	0,02	1,95	61,99	0,86	6,50	17,20	61,45
58°	Piquet Carneiro	0,01	0,70	64,69	0,77	3,70	6,08	56,51
59°	Pires Ferreira	0,35	2,17	45,21	0,89	1,56	9,66	40,57
60°	Poranga	0,00	0,00	23,98	0,47	0,69	0,90	54,32

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
51°	Pacoti	62,63	79,31	101,55	0,0044	0,0050	0,0058	0,83
52°	Pacujá	50,16	78,32	101,48	0,0085	0,0059	0,0058	0,83
53°	Palhano	67,34	97,13	97,05	0,0032	0,0061	0,0058	0,67
54°	Palmácia	67,44	77,65	97,51	0,0058	0,0052	0,0058	0,75
55°	Paramoti	64,04	84,37	108,49	0,0031	0,0082	0,0058	0,25
56°	Penaforte	67,11	81,84	113,96	0,0053	0,0044	0,0058	0,58
57°	Pereiro	58,04	67,31	171,44	0,0064	0,0068	0,0058	0,92
58°	Piquet Carneiro	53,96	94,49	99,09	0,0070	0,0052	0,0058	1,00
59°	Pires Ferreira	38,25	75,56	95,04	0,0081	0,0045	0,0058	0,75
60°	Poranga	151,26	268,07	344,16	0,0063	0,0039	0,0058	0,50

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
61°	Porteiras	0,00	1,04	76,28	0,55	4,76	13,41	61,23
62°	Potengi	0,05	0,90	36,24	0,76	1,44	2,16	63,69
63°	Potiretama	0,03	2,25	4,77	0,98	1,84	5,67	66,57
64°	Quixelô	0,00	1,14	71,46	0,44	3,03	7,78	51,01
65°	Reriutaba	0,19	1,55	31,70	0,66	1,92	2,36	52,71
66°	Saboeiro	0,00	1,57	8,97	0,78	1,96	2,44	60,76
67°	Salitre	0,07	0,04	27,86	0,51	2,86	5,40	69,35
68°	Santana do Cariri	0,01	0,28	17,84	0,68	2,03	2,84	64,59
69°	São João do Jaguaribe	0,71	1,44	19,30	0,79	2,17	6,44	61,46
70°	São Luís do Curu	0,06	1,03	62,77	0,93	3,55	8,79	51,85

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com pessoal pela RCL (*)	Gasto com saúde pela RCL (*)	Gasto com educação pela RCL (*)	IQE	IQS	IQM	Indicador de Transparência
61°	Porteiras	56,26	69,43	142,67	0,0039	0,0051	0,0058	1,00
62°	Potengi	61,81	98,22	104,49	0,0023	0,0039	0,0058	1,00
63°	Potiretama	62,42	72,62	90,42	0,0084	0,0061	0,0058	0,42
64°	Quixelô	49,87	84,39	116,37	0,0034	0,0054	0,0058	1,00
65°	Reriutaba	51,58	92,77	107,46	0,0079	0,0038	0,0058	0,67
66°	Saboeiro	45,64	64,92	79,00	0,0060	0,0050	0,0058	0,50
67°	Salitre	65,82	76,71	135,29	0,0071	0,0035	0,0058	0,92
68°	Santana do Cariri	56,61	66,70	94,00	0,0027	0,0050	0,0058	1,00
69°	São João do Jaguaribe	55,52	97,24	80,35	0,0033	0,0069	0,0058	0,67
70°	São Luís do Curu	51,20	103,74	106,36	0,0022	0,0048	0,0000	0,58

Ordem	Município	Planejamento da Despesa	Captação de recursos (%) (P3 / P4)	Restos a Pagar Pagos (%) (RPP)	Complexidade Tributária (%)	Independência Tributária (%)	Investimentos (I) (%)	Despesa de Pessoal (DP) (%)
71°	Senador Sá	0,02	1,79	0,00	0,63	0,98	9,74	50,47
72°	Solonópole	0,55	6,04	53,17	0,38	3,41	21,68	64,05
73°	Tarrafas	0,09	0,00	86,59	0,85	1,82	4,24	68,30
74°	Tejuçuoca	0,19	2,41	32,75	0,86	1,71	11,98	63,24
75°	Tururu	0,04	0,02	34,89	0,73	1,66	0,42	62,41
76°	Umari	1,58	0,51	37,27	0,87	2,21	3,93	54,89
77°	Umirim	1,16	0,90	52,59	0,89	3,82	4,89	53,05
78°	Uruoca	0,21	2,45	26,27	0,84	3,28	13,79	57,62
79°	Varjota	2,68	0,71	81,06	0,62	3,81	4,14	58,93

(Continuação)

Ordem	Município	Gasto com Pessoal pela RCL	Gasto com Saúde pela RCL	Gasto com Educação pela RCL	Índice de Qualidade da Educação	Índice de Qualidade da Saúde	Índice de Qualidade do Meio Ambiente	Indicador de Transparência
71°	Senador Sá	45,34	65,59	111,04	0,0069	0,0038	0,0058	0,58
72°	Solonópole	60,23	83,16	86,93	0,0082	0,0109	0,0058	1,00
73°	Tarrafas	61,33	80,64	93,10	0,0083	0,0062	0,0058	0,50
74°	Tejuçuoca	54,46	75,76	104,39	0,0046	0,0058	0,0017	0,92
75°	Tururu	57,56	73,47	133,65	0,0034	0,0057	0,0058	0,67
76°	Umari	52,87	85,01	89,30	0,0043	0,0049	0,0058	1,00
77°	Umirim	50,44	84,13	113,28	0,0040	0,0050	0,0017	0,58
78°	Uruoca	49,20	66,89	119,03	0,0066	0,0044	0,0058	1,00
79°	Varjota	57,01	96,50	117,94	0,0079	0,0045	0,0058	0,67

Fonte: IPECE.



O **Índice Comparativo de Gestão Municipal - ICGM 2021** e outras publicações do IPECE encontram-se disponíveis na internet através do endereço: [www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)